



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: UMA ESTRATÉGIA PARA CONSERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Raimundo Claudio Gomes Maciel

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Raimundo Claudio Gomes Maciel** em 01/02/2007 e orientado pelo Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon.*

CPG, 01 / 02 / 2007

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Instituto de Economia/UNICAMP**

M187c

Maciel, Raimundo Claudio Gomes.

Certificação ambiental: uma estratégia para a conservação da Floresta Amazonica / Raimundo Claudio Gomes Maciel. – Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Bastiaan Philip Reyndon.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Política ambiental - Brasil. 2. Proteção ambiental - Brasil. 3. Gestão ambiental - Brasil. 4. Planejamento estratégico. 5. Reservas extrativistas – Brasil. I. Reydon, Bastiaan Philip. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

07-005-BIE

Título em Inglês: Environmental certification: a strategy for the conservation of the Amazonian Forest.**Keywords :** Environmental policy – Amazonian; Environmental protection – Amazonian; Strategic planning; Extractives reserves; Strategic management.**Área de concentração :** Desenvolvimento Economico, Espaço e Meio Ambiente.**Titulação :** Doutora em Economia Aplicada.**Banca examinadora :** Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon.

Prof. Dra. Maria Carolina de Azevedo Ferreira de Souza.

Prof. Dr. Pedro Ramos.

Prof. Dr. Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti.

Prof. Dr. Peter Herman May.

Data da defesa: 01/02/2007**Programa de Pós-Graduação:** Economia Aplicada

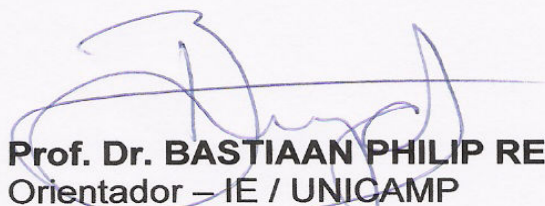
Tese de Doutorado

Aluno: RAIMUNDO CLAUDIO GOMES MACIEL


**“Certificação Ambiental: Uma Estratégia para a
Conservação da Floresta Amazônica “**

Defendida em 01 / 02 / 2007

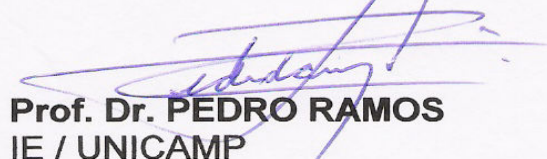
COMISSÃO JULGADORA



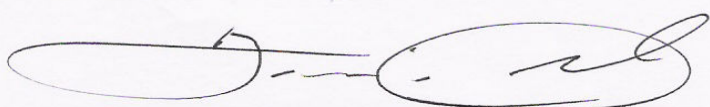
Prof. Dr. BASTIAAN PHILIP REYDON
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dra. MARIA CAROLINA DE AZEVEDO FERREIRA DE SOUZA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. PEDRO RAMOS
IE / UNICAMP



Prof. Dr. FRANCISCO CARLOS DA SILVEIRA CAVALCANTI
Universidade Federal do Acre



Prof. Dr. PETER HERMAN MAY
UFRRJ

À Elizângela, Daniella e
Estela, amores de minha vida.

À minha mãe (em memória)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Elizângela e minhas filhas Daniella e Estela, pelo carinho, amor, atenção, compreensão, paciência e, sobretudo, pelos incentivos que me deram mesmo diante de todas as adversidades (que não foram poucas) que enfrentamos. Amo vocês!

Aos meus pais, cujas contribuições vão estar sempre presente em minha vida.

À minha cunhada Ângela Maria, pela amizade, incentivos e auxílios ao longo do processo de pós-graduação.

Aos professores do Departamento de Economia da UFAC, que me proporcionaram a oportunidade de trabalhar com pesquisa e pelo contínuo apoio na missão de desenvolver trabalhos em áreas rurais na região acreana.

Aos amigos do projeto ASPF, tanto os novos quanto os antigos, pelo convívio, amizade, incentivos mútuos, além das discussões e reflexões que ampliaram nossos conhecimentos e experiência.

Aos amigos Fadell, Gardênia e o pessoal da Cooperacre, pelo auxílio nas informações sobre a castanha-do-Brasil, além, claro, dos diversos incentivos para a consecução do presente trabalho.

Aos seringueiros que sempre nos apoiaram em nossas idas e vindas aos seringais da RESEX “Chico Mendes”, tanto para a coleta de informações quanto para a discussão dos resultados obtidos com as pesquisas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bastiaan Reydon, por sua orientação sempre precisa e coerente e, também, por sua amizade e incentivo que foram essenciais, principalmente nos momentos mais difíceis.

À Universidade Federal do Acre (UFAC) e a CAPES, pelo apoio administrativo e financeiro, essenciais para a consecução da pós-graduação.

À Prefeitura Municipal de Rio Branco, por intermédio do Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco – ZEAS –, pelo apoio financeiro no processo de conclusão da tese.

Aos meus colegas de mestrado/doutorado, em especial os que ativamente participaram de nosso grupo de discussão: Pedro, Glenda, Manoel, Joelson, Cássia, Aristides e Marcelo;

pelo companheirismo, amizade, convivência, além do aprendizado de nossas discussões acadêmicas.

Ao amigo Pedro Paulo, pelo auxílio na revisão ortográfica e gramatical.

Aos professores Pedro Ramos e Maria Carolina, que participaram da banca de qualificação, pelas valiosas sugestões ao texto inicial deste trabalho.

Ao amigo Carlito, pelas sugestões nas discussões iniciais da tese, além dos diversos incentivos ofertados ao longo de todo o trabalho.

E, por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a consecução deste trabalho e que por alguma falha de memória não tenham sido citados.

RESUMO

O processo de ocupação econômica da Amazônia tem produzido sérios problemas sociais, econômicos e ambientais. O dano mais visível é o desflorestamento que ameaça os alicerces que mantêm o equilíbrio das funções sócio-econômicas e ambientais na região. Corre-se o risco de perdas irreversíveis, como da biodiversidade e do desaparecimento das populações tradicionais. As comunidades florestais estão cada vez mais marginalizadas, mesmo aquelas que moram em áreas de conservação, notadamente nas Reservas Extrativistas (RESEX). Um dos desafios do desenvolvimento sustentável na região é a viabilidade econômica dessas populações. O ponto nevrálgico para o desenvolvimento sustentável está no nível de desempenho econômico da produção de origem florestal sustentável, face aos sistemas convencionais de exploração, visto que os atributos intangíveis das explorações sustentáveis, tais como a manutenção do equilíbrio ecológico, não são capturados pelo mercado. A certificação ambiental florestal surge como um mecanismo que pode capturar, em termos monetários, os fluxos econômicos das funções ambientais da floresta, auxiliando no sustento das famílias e da conservação do meio ambiente florestal. O objetivo geral do presente trabalho é estudar a certificação ambiental como um diferencial competitivo na manutenção de vantagens competitivas sustentáveis para as comunidades extrativistas da Amazônia. O presente estudo tem como referência teórica as recentes abordagens heterodoxas sobre gestão estratégica, especialmente a perspectiva das capacitações dinâmicas, numa visão neoschumpeteriana. Ademais, discute-se um estudo de caso sobre os impactos da certificação ambiental da castanha-do-Brasil, produzida na RESEX Chico Mendes, na manutenção dos extrativistas. De acordo com os resultados encontrados, por intermédio da utilização de medidas de resultado econômico e de eficiência econômica, constata-se que a certificação ambiental em comunidades florestais gera preços justos apropriados pelos produtores florestais, justamente quando estes participam efetivamente de sua gestão e quando encontram nichos de mercados sustentáveis, corroborando a hipótese deste trabalho. Além disso, faz-se uma avaliação estratégica dos recursos e capacitações disponíveis aos extrativistas, na perspectiva de identificar os possíveis gargalos para a sustentabilidade dos resultados econômicos alcançados, além de asseverar a racionalidade econômica na utilização das florestas pelas comunidades florestais da Amazônia.

Palavras-Chave: certificação ambiental; gestão estratégica; desenvolvimento sustentável; comunidades florestais; Amazônia; reservas extrativistas - RESEX.

ABSTRACT

The process of economic occupation in the Amazon region has produced serious social, economic and environmental problems. The damage most visible is the deforestation that threat the foundations that the balance of the social, economic and ambient functions in the region keeps. The risk of irreversible losses is run, as of the biodiversity and the disappearance of the traditional populations. Kept out of society the forest communities are each time more, exactly those that live in conservation areas, remarkably in Extractives Reserves (RESEX). One of the challenges of the sustainable development in the region is the economic viability of these populations. The intricate point for the sustainable development is in the level of economic performance of the production of sustainable forest origin face to the conventional systems of exploration, since the intangible attributes of the sustainable explorations, such as the maintenance of the ecological balance, are not captured by the market. The forest environmental certification appears as a mechanism that can capture (in monetary terms) the economic flows of the ambient functions of the forest, assisting in the sustenance of the families and the conservation of the forest environment. The aims of this work are to study the environmental certification as a competitive differential in the maintenance of sustainable competitive advantages for the forest communities of the Amazon region. The present study it has as theoretical reference the recent heterodox approaches on strategic management, especially the perspective of the dynamic capabilities, in a neoschumpeterian vision. Argues a case study on the impacts of the environmental certification of the Brazil Nuts (produced in the RESEX Chico Mendes) in the maintenance of the forest communities. In accordance with the found results, for intermediary of the use of measures of economic result and economic efficiency, evidence that the environmental certification in forest communities generates appropriate rents for the forest producers, exactly when these participate effectively of its management and when they find niches of sustainable markets, corroborating the hypothesis of this work. Moreover, one becomes a strategic evaluation of the resources and available capabilities to the forest communities, in the perspective to identify the possible obstacles for the maintenance of the reached economic results, beyond to assert the economic rationality in the use of the forests for the forest communities in the Amazon region.

Key-words: forest certification; strategic management; sustainable development; forest communities; Amazon region; extractives reserves – RESEX.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área Florestal Certificada no mundo, 1997-2005	66
Gráfico 2 - Produção de Castanha-do-Brasil (com casca) - Brasil, Bolívia e Mundo - 1990/2005 (toneladas).....	98
Gráfico 3 - Valor da Exportação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - Bolívia Brasil e Mundo - 1994/2004 (1000 US\$)	101
Gráfico 4 - Valor da Importação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - EUA e União Européia - 1994/2004 (1000 US\$)	102
Gráfico 5 – Preço de Mercado da Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - EUA e União Européia - 1994/2004 - (US\$/Kg)	103
Gráfico 6 – Arranjo institucional moldado para fortalecer o desenvolvimento do comércio exterior boliviano.....	108
Gráfico 7 – Quantidade produzida (ton) x preços de mercado (R\$/Lata de 10 Kg) da castanha- do-Brasil <i>in natura</i> – Acre – 1990/2004.....	111
Gráfico 8 – Comparação entre os preços pagos pelas cooperativas (Política de preços justos) e os preços pagos pelo mercado na aquisição da castanha <i>in natura</i> – Acre – 1999/2004 (atualizados em R\$/2006)	114
Gráfico 9 – Exportações do estado do Acre – principais produtos – 1999/2005 (1000 US\$)	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lições preliminares aprendidas dos estudos de casos sobre certificação ambiental	80
Quadro 2 – Tipos de Sistemas de Certificação Esperados de acordo com a composição das variáveis níveis de organização da sociedade civil, reputação e concentração industrial	93
Quadro 3 – Comparação entre as lições preliminares aprendidas de estudos de casos da castanha-do-Brasil certificada, na Bolívia – 2003 – e Brasil, Acre, RESEX Chico Mendes – 2006.	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Valor Econômico Total da Pecuária extensiva, do Extrativismo Tradicional da Reserva Extrativista “Chico Mendes” (RESEX) e de alternativas produtivas como as Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) – Acre, Brasil/2002 – Valores em R\$/ano.....	20
Tabela 2 - Tipos de certificação relevantes	63
Tabela 3 – Percentual de Áreas de Florestas Certificadas por Região, 2005	67
Tabela 4 - Valor da Exportação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - Bolívia Brasil e Mundo - 1994/2004 (1000 US\$).....	100
Tabela 5 – Exportação de Castanha-do-Brasil, com casca – Brasil – 2005.....	117
Tabela 6 – Comparação entre a composição da Renda Bruta gerada na RESEX Chico Mendes como um todo e entre as famílias que venderam castanha certificada – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2005/2006	129
Tabela 7 – Comparação entre os resultados econômicos da RESEX Chico Mendes como um todo e das famílias pioneiras na comercialização de castanha certificada – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2004/2005	132
Tabela 8 -Comparação entre indicadores econômicos da castanha convencional x castanha certificada – RESEX Chico Mendes – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2005/2006	134
Tabela 9 – Vantagens e desvantagens na disponibilidade de recursos e capacitações entre as colocações dos extrativistas, na RESEX Chico Mendes – 2006	144
Tabela 10 – Algumas estratégias competitivas adotadas pelos extrativistas da RESEX Chico Mendes – 2006.....	146

LISTA DE SIGLAS

ASPF – Projeto Análise Econômica de Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural no Estado do Acre

BASA – Banco da Amazônia S/A

CAEX – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

CIRAD – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

FNO – Fundo Constitucional do Norte

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

RESEX – Reservas Extrativistas

SAFs – Sistemas Agroflorestais

UCs – Unidades de Conservação

UFAC – Universidade Federal do Acre

UICN – União Mundial para a Natureza (IUCN – *The World Conservation Union*)

UPF – Unidade de Produção Familiar

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A QUESTÃO AMBIENTAL, AS COMUNIDADES FLORESTAIS E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS	7
1.1. Degradação sócio-ambiental na Amazônia.....	7
1.2. Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Florestais	12
1.2.1. Reservas Extrativistas	13
1.3. Desenvolvimento Sustentável e a Valorização dos Recursos Florestais	16
1.4. A Valorização dos Recursos Florestais e a Certificação Ambiental.....	22
2. GESTÃO ESTRATÉGICA, CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS COMUNIDADES FLORESTAIS DA AMAZÔNIA: UM OLHAR NEOSCHUMPETERIANO	29
2.1. A Moderna Teoria da Firma, Gestão Estratégica e a Certificação Ambiental.....	30
2.2. Abordagem das capacitações dinâmicas.....	38
2.3. As capacitações dinâmicas das comunidades florestais e a certificação ambiental.....	48
3. ARRANJO INSTITUCIONAL, CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS COMUNIDADES FLORESTAIS	53
3.1 – Visão geral sobre instituições e o pensamento evolucionário: a importância da mudança institucional	53
3.2 – Mudança institucional, desenvolvimento sustentável e comunidades florestais	61
3.3 – Arranjo institucional, certificação ambiental e comunidades florestais	63
3.3.1 – Certificação florestal madeireira.....	65
3.3.2 – Certificação ambiental (florestal, orgânica e social) de Produtos Florestais Não Madeireiros	77
3.4 – Sistema de certificação ambiental mais adequado para as comunidades florestais da Amazônia, em particular nas RESEX.....	88
4. O CASO DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL DA CASTANHA-DO-BRASIL, PRODUZIDA NA RESEX CHICO MENDES	97
4.1. O mercado da castanha-do-Brasil, a hegemonia boliviana e os desafios impostos aos extrativistas das RESEX	97

4.2. Avaliação Econômica da Produção de Castanha (convencional e certificada) na RESEX Chico Mendes e seus impactos na manutenção das famílias extrativistas.....	120
4.2.1. Metodologia	122
4.2.2. Indicadores Econômicos	124
4.2.3. Principais Resultados Econômicos Encontrados	128
4.3. Avaliação Estratégica dos Ativos e capacitações disponíveis para os extrativistas dentro da RESEX Chico Mendes.....	141
4.3.1. Metodologia	141
4.3.2. Indicadores de avaliação estratégica.....	141
4.3.3. Resultados da Avaliação Estratégica	143
CONCLUSÕES	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161

INTRODUÇÃO

Atualmente o grande desafio na Amazônia é a implementação de políticas públicas que alterem a forma de ocupação econômica vigente, no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente, de forma conservacionista. Há um crescente reconhecimento de que as atuais formas predatórias de ocupação na região acarretam pesados ônus sócio-econômicos e ambientais.

As Unidades de Conservação (UCs) surgem como resultado de políticas ambientais independentes do processo de ocupação econômica da Amazônia, essencialmente após os anos 1960, inicialmente baseadas em ilhas estratégicas de conservação de biodiversidade, de uso indireto. Com o crescente movimento ambientalista mundial aliado ao crescente movimento das populações tradicionais, em especial do seringueiro, excluídas do processo de desenvolvimento, ganham destaque as UCs de uso direto, em particular as Reservas Extrativistas (RESEX), que surgiram como uma alternativa para atenuar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e de conservar a biodiversidade no território amazônico.

No entanto, uma questão que se coloca na discussão do desenvolvimento sustentável é a viabilização econômica das comunidades florestais, uma vez que as baixas rendas auferidas com a comercialização de seus produtos são insuficientes para a manutenção dessas populações, tornando-se uma ameaça também para o meio ambiente.

Todavia, ressalta-se que os extrativistas não dependem exclusivamente do mercado para sobreviver. Porém, há certa dependência do mercado que tem ser satisfeita, uma vez que as famílias precisam “fazer dinheiro” para adquirir bens e serviços que não são produzidos/coletados dentro da floresta.

Do ponto de vista privado, as atividades florestais sustentáveis empreendidas pelos extrativistas não conseguem competir com os lucros das atividades insustentáveis. Destaca-se que os principais atributos dessas atividades estão na manutenção das funções econômicas e ecológicas das florestas e os benefícios sociais associados, cujos valores não são capturados pelo mercado. Assim, o ponto nevrálgico para o desenvolvimento sustentável é o nível de

desempenho econômico da produção de origem florestal sustentável face aos sistemas convencionais de exploração.

Neste sentido, a certificação ambiental de produtos oriundos das áreas comunitárias surge como um diferencial competitivo que pode capturar os fluxos econômicos das funções ambientais florestais, em termos monetários, auxiliando no sustento das famílias e na conservação das florestas.

Neste ponto reside a questão central da presente tese: será que, para os extrativistas, é possível concorrer no mercado de produtos florestais a partir da estratégia da certificação ambiental, contribuindo na sua manutenção e conservação das florestas?

Trabalha-se com a hipótese de que em decorrência da vantagem competitiva auferida, a certificação ambiental florestal bem sucedida, geram sobre-preços a serem apropriados pelos produtores, auxiliando na sua manutenção e da floresta, desde que participem de sua gestão e se encontrarem nichos de mercados sustentáveis.

A certificação ambiental representa, em última instância, uma imagem pró-ambiente, ou seja, um atributo ou ativo intangível que tem se traduzido num diferencial competitivo de muitas organizações ao redor do mundo, seja na obtenção de sobre-preços, mediante a comercialização de produtos com tais atributos, seja na manutenção de parcelas de mercado ou no acesso a nichos de mercados.

Por outro lado, as comunidades florestais da Amazônia, notadamente os extrativistas que moram nas RESEX, vêm construindo uma reputação pró-ambiente desde as lutas contra os desmantelamentos dos seringais, nos anos 1970. O ápice desse processo pode ser vislumbrado na própria criação dessas Unidades de Conservação – uma certificação ambiental oficial –, que se tornaram importantes diferenciais competitivos para as famílias que produzem e comercializam os produtos originários dessas áreas.

Pode-se inferir que a manutenção das atividades extrativistas como principal gerador de renda para os produtores extrativistas é um ganho significativo procedente da implementação da RESEX.

Ademais, a RESEX (vista como um mecanismo de certificação ambiental) se transformou num importante diferencial competitivo para as famílias extrativistas, uma vez que se traduziu num bilhete de entrada dos produtos extrativistas – em particular, a castanha-do-Brasil – no exigente mercado europeu.

Todavia, as dificuldades de manutenção dos extrativistas indicam que são necessárias inovações complementares à implementação das RESEX. Aliás, a própria trajetória tecnológica do extrativismo evidencia a necessidade de ações efetivas para a modernização das atividades extrativistas, que não seriam resolvidas com a criação das RESEX, como num passe de mágica.

No processo de consolidação das RESEX, bem como na introdução de novas tecnologias, por dentro do extrativismo vegetal, surgem algumas possibilidades produtivas para os extrativistas dessas áreas. Entre elas, emerge a produção e comercialização da castanha-do-Brasil certificada, na RESEX Chico Mendes.

O processo de disseminação da produção de castanha certificada, com a introdução de novas práticas ao processo produtivo, tais como, planejamento da produção e manejo e armazenamento adequado dos ouriços, gerou a aquisição de duas novas certificações ambientais – orgânica e *fair trade*.

Desse modo, tem-se a produção e comercialização de um Produto Florestal Não Madeireiro (PFNM) com tripla certificação ambiental – florestal (IBAMA/RESEX), orgânica (IBD – Instituto Biodiâmico) e *fair trade* (FLO - *Fairtrade Labelling Organizations International*).

Os resultados desse processo indicam o fortalecimento das atividades extrativistas, especialmente do ponto de vista econômico, e, conseqüentemente, da própria RESEX, no seu papel de auxiliar na manutenção da floresta e de sua população.

Assim, o objetivo geral do trabalho é investigar o papel da certificação ambiental como diferencial competitivo e fonte de vantagens competitivas para os produtores florestais comunitários da Amazônia, especialmente nas RESEX.

Do ponto de vista teórico, propõe-se trabalhar como referência as recentes abordagens heterodoxas sobre Gestão Estratégica, cujas discussões remontam o seminal trabalho de Edith Penrose (1959), sendo aprofundadas por referenciais neoschumpetrianos, em particular na perspectiva das *capacitações dinâmicas*.

Ressalta-se, de antemão, que a utilização de conceitos teóricos empregados nos estudos de firmas, especialmente as industriais, não significa que se está colocando no mesmo patamar as firmas e os extrativistas florestais. Ora, ambas as organizações, embora humanas, têm objetivos claramente distintos. As firmas buscam incessantemente o lucro, cerne da

acumulação de capitais. Os extrativistas buscam incessantemente a reprodução das famílias, mediante a garantia do sustento das mesmas, que pressupõe a manutenção da floresta e, claro, de sua própria cultura.

Contudo, tanto as firmas quanto os extrativistas dependem da comercialização de seus produtos no mercado para alcançarem seus objetivos. Em alguns mercados ou nichos de mercados, como é o caso das nozes e castanhas, empresas e comunidades florestais disputam os mesmos espaços. Portanto, o diferencial competitivo torna-se primordial para ambas as organizações, tornando-se factível o emprego do referido referencial teórico no estudo das populações extrativistas, obviamente com as pertinentes adequações.

Por outro lado, dada a preponderância das políticas públicas na promoção do desenvolvimento sustentável na região, busca-se complementar a discussão sobre estratégias competitivas para as comunidades florestais – como é o caso da certificação ambiental –, enfatizando a importância das instituições nesse processo, notadamente do papel do arranjo institucional no fomento de diferenciais competitivos aos produtores extrativistas.

A presente pesquisa pretende contribuir no conhecimento sobre a discussão do papel da certificação ambiental na região amazônica e seus impactos sobre as comunidades florestais extrativistas. Busca-se, também, a possibilidade de internalização dos benefícios oriundos da pesquisa às comunidades estudadas. Além disso, os resultados poderão subsidiar políticas públicas na região para implementação de um efetivo desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, faz-se uma sucinta revisão sobre o processo de ocupação econômica da Amazônia pós-1970 e seus deletérios impactos sócio-econômicos e ambientais, enfocando especialmente a degradação ambiental mais visível desse processo, o desflorestamento. Além disso, evidenciam-se os desafios do desenvolvimento sustentável, em particular, no tocante à valorização dos produtos florestais oriundos de explorações sustentáveis da floresta, especialmente nas RESEX, áreas prioritárias das comunidades florestais extrativistas.

No segundo capítulo, a finalidade é investigar o papel dos ativos intangíveis como diferenciais competitivos e fontes de vantagens competitivas sustentáveis na dinâmica concorrencial capitalista, relacionando a discussão à produção dos extrativistas dentro das RESEX. Para tanto, foram utilizadas conceituações teóricas de recentes abordagens heterodoxas sobre Gestão Estratégica, sendo empregada a abordagem das **capacitações**

dinâmicas, como principal referência para o estudo da produção extrativista, seguindo uma visão neoschumpeteriana.

No terceiro capítulo, evidencia-se a importância das instituições e do arranjo institucional, em particular sob o pensamento evolucionário/neoschumpeteriano, para a efetiva sustentabilidade das comunidades florestais e, claro, do meio ambiente, face às discussões propostas em torno da certificação ambiental. Destaca-se ainda, a discussão sobre os impactos da certificação ambiental de produtos madeireiros e de não-madeireiros produzidos em áreas extrativistas comunitárias, como é o caso das RESEX, além de discorrer sobre qual tipo de certificação ambiental seria mais adequado às comunidades florestais da Amazônia.

No quarto capítulo, apresenta-se um estudo de caso com a finalidade de avaliar os impactos da certificação ambiental da castanha-do-Brasil, produzida na RESEX Chico Mendes, situada no Acre, Brasil, na manutenção das famílias extrativistas. Desse modo, faz-se uma sucinta discussão sobre o mercado da castanha-do-Brasil, enfocando, à luz do referencial teórico desenvolvido ao longo do presente trabalho, as raízes da hegemonia boliviana nesse mercado, bem como a resposta das organizações extrativistas aos desafios desse setor. Segue a avaliação econômica da castanha-do-Brasil, convencional e certificada, produzida no interior da RESEX Chico Mendes, além da avaliação estratégica dos ativos e capacitações disponíveis aos produtores extrativistas.

Na última seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho mediante conclusões efetuadas ao longo dos capítulos anteriores, além de algumas reflexões sobre a continuidade das discussões sobre o tema.

1. A QUESTÃO AMBIENTAL, AS COMUNIDADES FLORESTAIS E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS

O objetivo do presente capítulo é demonstrar que as formas de ocupação econômica da Amazônia, desde o final dos anos 1960, foram extremamente perniciosas do ponto de vista sócio-ambiental. Além disso, evidencia-se que as pressões do movimento seringueiro e ambientalista reorientaram as políticas públicas para a região, enfatizando-se o papel das comunidades florestais, das explorações produtivas sustentáveis na busca do desenvolvimento sustentável e na conservação da floresta. Entretanto, a reversão da degradação ambiental da região perpassa pela valorização dos recursos florestais. Portanto, a certificação ambiental é apresentada como um mecanismo que pode capturar os fluxos ambientais em termos monetários.

O capítulo está assim dividido: no item 1.1, é apresentada uma breve discussão sobre a degradação sócio-ambiental na Amazônia; na sequência (1.2), discute-se o encaminhamento do desenvolvimento sustentável por intermédio das Unidades de Conservação, particularmente expressas pelas RESEX (Reservas Extrativistas); no tópico 1.3, aborda-se o tema do desenvolvimento sustentável frente aos imensos ganhos privados das explorações produtivas insustentáveis do ponto de vista ambiental, enfatizando-se a necessidade de valorização dos recursos florestais; e, no item 1.4, discute-se a valorização dos recursos florestais por intermédio da certificação ambiental.

1.1. Degradação sócio-ambiental na Amazônia

No final dos anos 60 e início dos 70, a Amazônia Ocidental, mais especificamente o Acre, passou por profundas transformações econômicas, que modificaram as relações sociais locais existentes, levando à desestruturação da atividade extrativista (Rêgo, 1996). Tais

transformações foram resultado de políticas governamentais implementadas para a Amazônia¹, fundamentadas essencialmente na expansão da fronteira agrícola, incentivando a “transferência” de terras a compradores do Centro-Sul do país, os quais introduziram na região a prática da pecuária extensiva, transformando parte da estrutura da floresta em pastagens (Silva, 1990).

Segundo Oliveira (1982), a desestruturação dos seringais – mediante mercantilização para os grandes grupos econômicos do país – provocou um intenso processo de expulsão de milhares de seringueiros dessas terras para os centros urbanos, constituindo-se, assim, as periferias das cidades e todos os problemas decorrentes dessa constituição, tais como: a falta de trabalho, a miséria e as péssimas condições de domicílio.

Conforme Costa Filho (1995), em resposta a todo esse processo, inicia-se, na década de 1970, “um movimento de resistência contra a expulsão. A organização dos seringueiros vai escrever um outro capítulo da luta pela terra no Acre” (p. 16). A base desse movimento constitui-se de seringueiros autônomos que mesmo com a venda dos seringais ficaram como posseiros em suas colocações e defendiam a manutenção dos seringais e das florestas que garantiam seu sustento. Desse modo, motivaram o acirramento de conflitos (luta pela posse da terra) entre seringueiros e os novos donos da terra (pecuaristas e especuladores). Não obstante, ainda segundo o autor, esses seringueiros ganharam importantes aliados na luta pela terra, quais sejam - o poder público regional, a Igreja e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que “vão contribuir para pôr freio na avassaladora corrida pelas terras do Acre” (p. 16). No entanto,

o Acre inicia a década de oitenta sem resolver a questão fundiária. A luta pela terra continua. A concentração fundiária, que é uma característica histórica da região, aumenta, assim como a violência contra os trabalhadores rurais. A luta pela reforma agrária, pela resolução dos problemas fundiários passa então a ser a bandeira dos seringueiros e dos trabalhadores rurais em geral no Estado. (idem, p. 19).

Por outro lado, na década de 80, consolida-se o movimento ambientalista em termos nacionais e internacionais, iniciado de forma efetiva na década anterior, que se tornou no

¹ Para análise detalhada sobre políticas governamentais para a Amazônia, ver Mahar (1978); Mahar (1989); e Magalhães (1990).

principal aliado do movimento seringueiro na luta pela terra e em defesa das florestas amazônicas. Um marco desse período é a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), intitulado *Nosso Futuro Comum*, em 1987, denominado *Relatório Brundtland*. Esse relatório discute as relações entre o desenvolvimento econômico e o Meio Ambiente em todo o mundo, na busca de um desenvolvimento sustentável, pois o estilo de desenvolvimento planetário estava (e está) causando imensos danos ambientais globais que ameaçam a sobrevivência da espécie humana (CMMAD, 1991).

No Brasil, o movimento ambientalista focalizou as atenções para a violenta degradação ambiental que ocorria na região amazônica, face ao amplo processo de ocupação econômica implementado. Conforme Mahar (1989), a rápida expansão da fronteira agrícola constituiu-se no principal fator para o acelerado desflorestamento da Amazônia, principalmente a partir da segunda metade da década de 70. Isso significa que as políticas governamentais implementadas na região tiveram um papel chave nesse processo, em particular na mudança do extrativismo para a pecuária – atividade líder em desflorestamento entre as décadas de 1970/80, segundo o autor – que para seu desenvolvimento requeria a “limpeza” da floresta (considerada um empecilho). Ressalta-se ainda que o desmatamento era considerado, para a maioria dos gestores públicos e empresários, sinônimo de progresso econômico (Sachs, 1986).

Atualmente, conforme Margulis (2000), a pecuária continua soberana como líder dos desmatamentos, pois ocupa quase 80% das terras convertidas na Amazônia e é justamente nas áreas consolidadas, ocupadas por grandes proprietários, que ocorre a maior parte dos desmatamentos. Além disso, esses desmatamentos “obedecem menos a uma lógica de ocupação de fronteira [de cunho especulativo] e mais àquela de capitalistas que decidem investir na expansão de suas atividades” (p. 11 – ênfase no original).

Segundo Margulis (2000, p. 3):

Com relação às causas dos desmatamentos nós podemos associá-las a variáveis como proximidade de estradas, preço dos produtos agropecuários, disponibilidade de crédito, e também ao crescimento populacional (este último nem sempre verdadeiro). No entanto, não existe apenas uma variável chave ou um único processo capaz de explicar a dinâmica dos desmatamentos na Amazônia. Isto pode parecer um tanto frustrante, mas também facilmente compreensível quando pensamos na dimensão da região e na escala em que se dão os desmatamentos.²

O desmatamento é a degradação ambiental mais visível da forma predominante de ocupação econômica na Amazônia, embora sua medida seja complexa metodologicamente (Hall, 2000b). Decorrem dos desmatamentos, sérios impactos ambientais, tais como perda da biodiversidade, emissão dos gases de efeito estufa e perda da ciclagem da água, além de impactos sociais como o desaparecimento de populações tradicionais. De acordo com Pearce, Putz e Vanclay (1999) esses impactos se traduzem em risco para as funções ecológicas e econômicas das florestas, cujas avaliações estão sendo realizadas pelos diversos fóruns mundiais sobre o tema.

A maioria das áreas desflorestadas é transformada em pastagens de gado, que se degradam num prazo em torno de uma década (Fearnside, 2000). Adicionalmente, ressalta-se que essa transformação, segundo Machado e Aguiar (2001), ocasiona a perda imediata dos *habitats* naturais, conduzindo, primariamente, a extinção local de populações e espécies da fauna e da flora, tornando-se a maior ameaça mundial à biodiversidade³.

Um fato que torna ainda mais sombrio esses danos ambientais é a evidência de que as taxas anuais de desflorestamento na região amazônica são apresentadas como as maiores do mundo (Hall, 2000b; Fearnside, 2000; Pádua, 1996). Além disso, destaca-se que no período 2001-2002 foi registrado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)⁴ o segundo maior desmatamento na Amazônia, em torno de 25.500 Km², que só perdeu para o biênio 1994-1995 – aproximadamente 29.000 Km² de florestas desmatadas –, cujo alarmante índice de devastação suscitou fortes pressões internacionais (Ângelo e Constantino, 2003).

² Para maiores discussões sobre as causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia, ver Brasil (2001); Margulis (2000 e 2003); e Kaimowitz et al. (2004).

³ Ver também Lovejoy (2000).

⁴ Ver <http://www.obt.inpe.br/prodes/>

O marco que vincula toda essa discussão ambiental com o movimento social, em particular do seringueiro no estado do Acre e que vai assinalar o início de todo processo de reorientação das políticas públicas governamentais, na busca da sustentabilidade para a região amazônica, sem dúvida é o assassinato de Chico Mendes. De acordo com Costa Filho (1995):

as queimadas na Amazônia e o assassinato do líder sindical, ecologista e seringueiro Chico Mendes, em 1988, acirraram as críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental no Brasil. Isso induz o governo brasileiro a criar, em janeiro de 1989, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, oriundo da fusão da SEMA com órgãos de florestas (IBDF), pesca (SUDEPE) e borracha (SUDHEVEA) (p. 25).

Vale notar que as pressões ambientais internacionais já existiam desde a década de 1970, porém, devido ao modelo de ocupação econômica adotado pelo Governo Militar, a questão ambiental ficou marginalizada por esse processo. A partir da segunda metade da década de 80, as políticas públicas em relação à ocupação econômica da Amazônia entram num período de transição, ou seja, numa fase de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a questão ambiental. Conforme Kitamura (1995), a questão ambiental ganhou força no Brasil após a constituição de 1988 e a adoção de fortes mecanismos que possibilitam uma melhor regulação da gestão dos recursos naturais.

Neste contexto, já como fruto das pressões exercidas pelo movimento seringueiro e ambiental, surgem as Reservas Extrativistas (RESEX), no início dos anos 1990, como alternativas sustentáveis de desenvolvimento para a região. Portanto, a discussão em torno do manejo florestal sustentável se concretiza e, ao mesmo tempo, acirra o embate junto àquelas atividades consideradas insustentáveis – em especial do ponto de vista sócio-ambiental –, notadamente a pecuária e a madeireira, embora sejam protagonistas da ocupação econômica da Amazônia.

Contudo, a sustentabilidade das RESEX, bem como da própria floresta amazônica, perpassa a viabilização econômica dos produtos provenientes dessas áreas, em detrimento das atividades econômicas rentáveis do ponto de vista privado, mas claramente insustentáveis do ponto de vista sócio-ambiental. Essa discussão tornou-se recorrente nos últimos quinze anos e está no cerne do presente trabalho, sendo encaminhada a partir dos próximos tópicos.

1.2. Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Florestais

Atualmente o grande desafio na Amazônia é a implementação de políticas públicas que alterem o padrão de desenvolvimento vigente, no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente, de forma conservacionista. Há um crescente reconhecimento de que as atuais formas predatórias de ocupação econômica na região acarretam pesados ônus sócio-econômicos e ambientais, buscando-se, concomitantemente, alternativas de desenvolvimento sustentáveis. (Becker, 2001)

Ressalta-se a dificuldade de interpretação do termo “desenvolvimento sustentável”, que se constitui numa expressão amplamente aceita, mas não se sabe exatamente seu significado e cujo conceito normativo⁵, que surgiu inicialmente com o nome de ecodesenvolvimento, indica um tipo de desenvolvimento que leva em consideração a eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social (Daly, 1996; Romeiro, 2001).

Apesar disso, Sachs (1986) idealiza a questão, asseverando que “o planejamento do desenvolvimento envolve a elaboração de políticas no intuito de moldar ou, pelo menos, influenciar a ação do homem em relação à natureza e a si mesmo, no processo de utilização do meio natural” (p. 46). Nesse sentido, este estudo focaliza a preservação da floresta face à premente necessidade de manutenção das comunidades florestais da região e ainda, o desenvolvimento sustentável na Amazônia, mediante duas faces ambientais complementares: a conservação da biodiversidade concomitante com a manutenção das populações tradicionais, em especial nas RESEX (Hall, 2000a).

⁵ Para o CMMAD (1991, p. 46) “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

1.2.1. Reservas Extrativistas

Conforme Hall (2000b), as Unidades de Conservação (UCs) surgem como resultado de políticas ambientais independentes do processo de ocupação econômica da Amazônia, essencialmente após os anos 1960, inicialmente baseadas em ilhas estratégicas de conservação de biodiversidade, de uso indireto.

Com o crescente movimento ambientalista mundial aliado ao crescente movimento das populações tradicionais, em especial do seringueiro, excluídas do processo de ocupação econômica da região, ganham destaque as UCs de uso direto, em particular as RESEX, que surgiram como uma alternativa para atenuar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e de conservar a biodiversidade no território amazônico (Allegretti, 1989; Costa Filho, 1995).

Hall (2000b) admite que as UCs obtiveram algumas realizações promissoras, mas enfatiza a existência de uma incógnita sobre seu potencial de proteção ambiental, em virtude de sua limitada abrangência e essencialmente pela força poderosa do desenvolvimento. Além disso, há a necessidade premente de implementação de novas UCs⁶, em particular as de conservação produtiva, como as RESEX, e conseqüentes avaliações de seus potenciais. Todavia, conforme UICN (1995),

As Reservas Extrativistas não são a panacéia para os problemas da Amazônia, nem a solução mágica para a sua ocupação, mesmo porque mais da metade da área já foi ocupada e colonizada através de diferentes projetos, especialmente agropecuários. Da superfície total, talvez apenas 20% apresente condições exigidas por lei para a implantação daquelas. Exatamente porque estão chegando já um pouco tarde, é preciso acelerar o processo, para proteger as áreas que ainda podem ser protegidas (p. 2).

Ainda que as RESEX sejam indicadas como alternativa de sustentabilidade para a região amazônica, alguns autores divergem desse conceito. De acordo com Homma (1993), as RESEX que têm como cerne o extrativismo vegetal tradicional, mais precisamente, a produção de borracha, não podem ser consideradas como modelo de desenvolvimento viável para a

⁶ Em recente Conferência sobre Biodiversidade Amazônica, Rosa Lemos de Sá, do WWF-Brasil, afirma que "a Amazônia é um mosaico com 23 ecorregiões e, em algumas delas, não há uma só unidade de conservação" (apud Campanili, 2002).

Amazônia. Para o autor, os baixos rendimentos da terra e da mão-de-obra, aliados ao progresso tecnológico, incentivam o processo de domesticação - plantios racionais - e a substituição por produtos sintéticos, conduzindo a atividade extrativa tradicional ao desaparecimento em médio e longo prazo.

Browder (1992), por sua vez, afirma que as RESEX foram criadas basicamente para proteger as oportunidades sócio-econômicas de um seleto grupo de moradores da floresta (seringueiros) e que não necessariamente coincidem com a proteção da biodiversidade. E, usando argumentos de autores como Homma, o autor afirma que fatalmente ocorrerá o contrário – maiores perdas de biodiversidade – em virtude das dificuldades de manutenção dos seringueiros. Além disso, enfatiza que o ideal para a conservação da floresta tropical é a implementação de Reservas Biológicas (Unidades de Conservação de uso indireto – sem a presença humana), ao invés das RESEX.

Pearce, Putz e Vanclay (1999), contrariamente ao argumento de Browder, afirmam que o modelo de proteção completo da floresta, tem limitada chance de êxito tendo em vista os altos custos de proteção, a necessidade de usar florestas lucrativamente, além do crescimento populacional. Acrescentam ainda que “em muitos lugares a administração de silvicultura sustentável oferece a única chance de manter florestas e biodiversidade” (p. 5). Esse é o caso da floresta tropical ainda intacta da Amazônia.

Cavalcanti (2002), em relação à abordagem de Homma, faz duas contraposições de caráter mais geral: a primeira enfatiza que Homma, como também outros críticos, analisa a RESEX como se fosse o velho extrativismo vegetal, esquecendo-se de que este é apenas um componente daquela. Portanto, “confunde-se uma atividade econômica como o extrativismo, com uma proposta ampla, que envolve política ambiental e política fundiária, entre outras dimensões” (p. 73).

A outra consideração diz respeito ao aporte teórico (neoclássico) que baliza as discussões de Homma e que mostra uma realidade regida pela lógica do mercado, uma vez que as análises de custo-benefício privadas, utilizadas por este autor, são inadequadas para avaliar todas as externalidades (positivas ou negativas) provenientes do uso das florestas e, conseqüentemente, a partir dessa abordagem não é possível indicar a inviabilidade das RESEX.

Por outro lado, ao invés do olhar estreito e pontual da abordagem de Homma, alguns autores como Kageyama (1996) e Rego (1996 e 1999)⁷ afirmam que é possível modernizar o extrativismo vegetal justamente a partir das RESEX, visto que pode ser admissível caminhar para um novo sistema produtivo denominado Neoextrativismo: “o sistema neoextrativista supõe a construção de uma nova base técnica ou um desenvolvimento técnico por dentro do extrativismo, subordinado aos padrões e exigências sócio culturais dos seringueiros” (Rego, 1996, p. 1). Este autor também enfatiza a importância das RESEX como impulsionadoras de “uma economia baseada nas atividades extrativas e na organização familiar do trabalho” (p. 05) na região amazônica.

Um ponto comum entre todos os autores é a afirmação sobre o imenso atraso tecnológico existente nas regiões extrativistas vegetais da Amazônia e a necessidade urgente de superação desse entrave para um efetivo desenvolvimento. Nota-se, com base nas discussões, que uma das premissas básicas para efetiva sustentabilidade das RESEX é a implementação de instrumentos econômicos que estimulem alternativas produtivas promotoras do processo de inovação tecnológica. Isso é evidente quando da constatação de que as implementações de formas singulares de políticas de comando e controle, corporificadas nas RESEX, não são suficientes para viabilizá-las, pois além de não garantirem a manutenção dos extrativistas, não estão contendo o desflorestamento. Além disso, percebe-se que nessas áreas, ao invés da conservação do meio ambiente, o que se está conservando são os baixos rendimentos, oriundos de sua atividade econômica principal, o extrativismo vegetal.

Entretanto, há que se destacar o papel das RESEX, enquanto uma política fundiária que, ao mesmo tempo faz parte de uma política ambiental ampla para a região amazônica, pois imprimem uma forte regulação institucional no sentido de maior sustentabilidade ecológica e sócio-cultural no processo de desenvolvimento econômico regional.⁸ Dessa forma, as RESEX podem ser consideradas como uma solução parcial para a manutenção dos extrativistas e a conservação da floresta, uma vez que não atacam frontalmente a dimensão econômica do processo de desenvolvimento. Todavia, indiretamente, essa mudança institucional tem caráter

⁷ Com o trabalho intitulado “Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo”, Rêgo (1999) lança um primeiro ensaio no sentido de organizar e clarificar a abordagem neoextrativista impingindo uma visão mais ampla sobre o extrativismo vegetal.

⁸ Para um maior detalhamento do papel das RESEX no processo de desenvolvimento sustentável, ver Cavalcanti (2002).

decisivo no fortalecimento do arranjo produtivo que envolve os agentes relacionados ao sistema de produção extrativista e, portanto, abre amplas possibilidades para a ocorrência do progresso tecnológico no setor – principal desafio para a mudança econômica.

Na busca de possibilidades produtivas sustentáveis para as RESEX, necessitam particular atenção aquelas alternativas que promovam inovações no processo produtivo das atividades existentes – cujo atraso tecnológico está essencialmente na raiz do processo –, pois notadamente estão intimamente relacionadas com a forma de exploração (manejo) da floresta e sua conservação.

Destarte, trabalhos recentes (Maciel, 2003; Andrade, 2003) investigaram duas alternativas produtivas sustentáveis consideradas neoextrativistas – as Ilhas de Alta Produtividade implementada na RESEX “Chico Mendes”/Acre e o Couro Vegetal implementado na RESEX do Alto Juruá/Acre. Os resultados demonstraram a viabilidade dessas inovações tecnológicas frente ao extrativismo vegetal tradicional, evidenciando um desempenho econômico amplamente superior. No entanto, quando comparadas com explorações não sustentáveis, como a pecuária extensiva, aquelas alternativas produtivas apresentam desempenho econômico largamente inferior. Dessa forma, percebe-se que toda a sustentabilidade promovida aos recursos florestais não foi traduzida ou capturada do ponto de vista monetário, ou seja, as externalidade positivas (por exemplo, a manutenção dos serviços ambientais da floresta) não foram valorizadas adequadamente.

1.3. Desenvolvimento Sustentável e a Valorização dos Recursos Florestais

Para um efetivo desenvolvimento sustentável na Amazônia, o ponto nevrálgico é o nível de desempenho econômico da produção de origem florestal sustentável, face aos sistemas convencionais de exploração. Conforme Becker (2001, p. 18):

A questão do desenvolvimento florestal com sustentabilidade não se deve resumir à questão do desmatamento e sim às potencialidade para competir. (...) O lucro da agricultura e da extração da madeira é tão poderoso que o desmatamento continuará mesmo que a política florestal procure incrementar a lucratividade e sustentabilidade do manejo florestal. (...) Soma-se ao poder econômico da madeira, o poder político.

Além disso, segundo Margulis (2003), a lucratividade da pecuária é o fator chave para explicar o grosso dos desmatamentos da região, ou seja, “o motor do processo dos desmatamentos da Amazônia brasileira é a viabilidade financeira dos grandes e médios pecuaristas da fronteira consolidada” (p. 14). Esse aspecto tem implicações importantes em termos de políticas públicas para a região, pois

Sendo a pecuária economicamente viável (do ponto de vista privado), então a decisão de se controlar os desmatamentos e a conversão da floresta em pastagens envolverá um “trade-off”: uma perda econômica para os agentes privados locais, que deverá ser confrontada com os eventuais ganhos ecológicos envolvidos com a conservação, evidenciando serem muito mais controversas e difíceis de aplicar. (Margulis, 2000, p. 19)

Por outro lado, Margulis (2003, p. 17) afirma que o manejo florestal sustentado “mostra-se menos econômico do ponto de vista privado que a pecuária. Além disso, é uma técnica pouco disseminada e bastante ‘sofisticada’ quando comparada com o extrativismo madeireiro não sustentável ou com a pecuária, ambos amplamente praticados e percebidos como envolvendo baixos riscos”.

Pearce, Putz e Vanclay (1999) enfatizam que as desigualdades de rentabilidade encontradas nas comparações entre os sistemas convencionais e sustentáveis de exploração da floresta, não justificam a preferência pelos primeiros, visto que os cálculos dos custos e benefícios dos empresários são certamente diferentes para a sociedade.

Segundo Pearce, Putz e Vanclay (1999), uma maneira de melhor discutir essa questão é mudar o foco dos debates sobre o uso das florestas, já que na prática apenas os lucros financeiros são focalizados com adicionais descrições físicas dos danos ambientais. Desse modo, do ponto de vista privado, o uso da floresta será sempre orientado por opções que obtenham maiores taxas de retornos financeiros.

Para uma avaliação econômica completa, a focalização dos impactos ambientais é pertinente, identificando-se os paralelos entre as funções ecológicas e as magnitudes econômicas. Esse tipo de avaliação faz ajustamentos nas análises financeiras, incorporando-se os “verdadeiros” custos de oportunidade dos recursos envolvidos, além das externalidades (positivas ou negativas) decorrentes do uso da floresta para a sociedade. Contudo, os autores destacam que nem sempre é considerado que análise econômica e análise financeira são

bastante diferentes, uma vez que a primeira pode ratificar uma atividade econômica considerada insuficiente, do ponto de vista da segunda.⁹

Adicionalmente, a valoração econômica do meio ambiente florestal, em particular nas RESEX, é necessária tendo em vista que “a maioria dos bens e serviços ambientais e das funções providas ao homem pelo ambiente não é transacionada pelo mercado” (Marques e Comune, 1999, p. 23). Nesse sentido, “A valoração ambiental é essencial, se se pretende que a degradação da grande maioria dos recursos naturais seja interrompida antes que ultrapasse o limite da irreversibilidade” (Schweitzer, 1990 apud Marques e Comune, 1999, p. 24). Entretanto, conforme Kitamura (1999), ressalta-se a necessidade de se internalizar os benefícios intrínsecos ou extramercados, em favor das comunidades nativas da região amazônica e que, normalmente, ficam apenas com os custos de preservação. Este enfatiza ainda, que mesmo com o movimento global em torno da preservação da Floresta, o lado utilitário, de uso tangível imediato ou futuro, predomina no tocante ao valor econômico total da Floresta Amazônica.

Essa asserção de Kitamura é corroborada pela realidade encontrada dentre a população extrativista da RESEX “Chico Mendes”, que sofrem com o predomínio dos custos da preservação, enquanto aguardam os benefícios sonhados.

Desse modo, tendo em vista a racionalidade econômica dominante entre os agentes econômicos, cuja preponderância dos valores tangíveis de curto prazo na busca pela maximização do lucro é flagrante, evidencia-se, conforme a tabela 1, que os valores reais de uso direto indicam a preocupante atual situação do extrativismo vegetal praticado na RESEX “Chico Mendes” pois, o rendimento auferido anualmente é menor que o salário mínimo mensal vigente no país. Por outro lado, o autoconsumo das famílias minimiza os baixos rendimentos monetários, constituindo-se no principal suporte para sua manutenção.

Desse modo, não é de se estranhar a constatação de um aumento das áreas desflorestadas dentro da própria RESEX, visto que os baixos rendimentos induzem os produtores a buscar alternativas produtivas. Quando se deparam com os resultados econômicos oriundos da pecuária bovina com níveis de lucratividade, do ponto de vista estritamente econômico, extremamente elevada (tabela 1), é natural que haja interesse dos

⁹ Sobre esse assunto ver também Bamford et al. (2002).

extrativistas em converter a floresta em pastagem na luta pela sobrevivência, fato detectado por CIRAD (2001) em recente pesquisa. Evidenciando-se, assim, crescente risco à preservação do meio ambiente.

Há uma necessidade urgente no oferecimento, por parte dos gestores públicos, às populações extrativistas, alternativas de explorações sustentáveis da floresta em detrimento das atividades claramente insustentáveis do ponto de vista ambiental, como a pecuária bovina extensiva praticada na região. Além disso, tem que ser ressaltado que para esta atividade gerar rendimentos extraordinários tem que se derrubar quase que toda a floresta – gerando prejuízos incalculáveis ao ambiente – de uma unidade de produção (colocação) do seringueiro. Pois, de acordo com a tabela 1, a atividade torna-se insustentável também do ponto de vista econômico em pequenas áreas, além de não ser permitido desflorestar mais de 10% da área da colocação.

Tabela 1 Valor Econômico Total da Pecuária extensiva, do Extrativismo Tradicional da Reserva Extrativista “Chico Mendes” (RESEX) e de alternativas produtivas como as Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) – Acre, Brasil/2002 – **Valores em R\$/ano**

Discriminação	Situação atual		Alternativas Produtivas		
	Fazenda de Pecuária Bovina (1)	UPF/RESEX - Extrativismo Tradicional (2)	UPF/RESEX - C/ IAPs (Semente) (3)	UPF/RESEX - C/ IAPs (Clone) (3)	UPF/RESEX - C/ Pasto (1)
Área total utilizada (ha)	200	200*	5	5	5
Valor de Uso Direto (A)	-902.227,65	926.507,00	27.366,59	29.636,08	-22.555,69
Reais	21.772,35	2.507,00	4.266,59	6.536,08	544,31
Produtos - Renda Monetária**	21.772,35	146,00	4.266,59	6.536,08	544,31
Autoconsumo - Renda Não-Monetária		2.361,00			
Estimados	-924.000,00	924.000,00	23.100,00	23.100,00	-23.100,00
Combustível - biomassa	-24.000,00	24.000,00	600,00	600,00	-600,00
Informação genética - agricultura e farmacêutica	-900.000,00	900.000,00	22.500,00	22.500,00	-22.500,00
Valor de Uso Indireto (B)***	-1.027.500,00	1.027.500,00	25.687,50	25.687,50	-25.687,50
Regulação da função hidrológica - conservação do solo, oferta e qualidade da água etc.	-259.500,00	259.500,00	6.487,50	6.487,50	-6.487,50
Regulação da atmosfera global - fixação e armazenamento de carbono	-768.000,00	768.000,00	19.200,00	19.200,00	-19.200,00
Valor de Opção ou Existência (C)***	-4.200,00	4.200,00	105,00	105,00	-105,00
VALOR ECONÔMICO TOTAL (A+B+C)	-1.933.927,65	1.958.207,00	53.159,09	55.428,58	-48.348,19

Obs: UPF - Unidade de Produção Familiar (Colocação do seringueiro); ha - hectare; * - Assume-se essa área para fins de comparação, pois a média é algo em torno de 300 ha; ** - Renda Bruta deduzidos os gastos efetivos; *** - Valores estimados.

Fonte: Valores Reais: 1 - CIRAD (2001); 2 - Projeto ASPF - UFAC (valores de 1997, atualizados com inclusão do subsídio estadual - Lei "Chico Mendes" de 1999); 3 - Projeto IAPs/UFAC. Valores Estimados: Pearce e Pearce (2001), com conversão cambial: US\$ 1 = R\$ 3,00.

Portanto, as Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) surgem como outra possibilidade de produção sustentável, principalmente por proporcionar inovação tecnológica por dentro do extrativismo tradicional, notadamente no processo produtivo – cujo atraso tecnológico está, essencialmente, na raiz do processo – e que está intimamente relacionado com a forma de exploração (manejo) da floresta e sua conservação. Os valores previstos para o uso direto das IAPs, conforme a tabela 1, demonstram os impactos da inovação nos rendimentos da unidade de produção, os quais chegam até três salários mínimos mensais, no caso da IAP com base em seringueiras clonais, utilizando-se para tanto de uma área (desflorestada anteriormente) com apenas 5 ha – o extrativismo tradicional precisa de uma área média de 300 ha/colocação.

No entanto, os valores reais de uso direto atribuídos às IAPs não são suficientes para as tornarem atrativas do ponto de vista econômico, uma vez que os rendimentos proporcionados

à pecuária bovina extensiva são até cinco vezes maiores que os provenientes das IAPs, baseadas em seringueiras plantadas a partir de sementes.

Nessa mesma perspectiva, o estudo de CIRAD/UNICAMP (2001), realizado também no estado do Acre, a partir da análise econômica de sete produtos¹⁰ florestais não-madeireiros, potenciais para a região, de acordo com o governo estadual, verificou que mesmo com a exploração intensiva destes produtos os rendimentos gerados não suplantarão as rendas originárias da pecuária. Isso significa que há ainda uma maior atratividade por atividades insustentáveis para o meio ambiente, focalizadas para a obtenção de lucros no curto prazo sob a ótica privada.

Para que se possa mudar esse quadro, as decisões sobre políticas públicas que realmente possam promover as alternativas de exploração sustentável da floresta têm que focalizar não apenas os resultados econômicos sob a lógica privada, mas num valor econômico que gerem benefícios para toda a sociedade local, nacional ou global. Segundo a tabela 1, a pecuária que, por um lado gera excelentes rendimentos econômicos, por outro, causa um enorme prejuízo para a sociedade face às perdas – até mesmo irreversíveis – provocadas aos serviços do ecossistema florestal. Este fato fornece elementos suficientes para coibir a implantação de qualquer alternativa produtiva com base na pecuária extensiva ou outra qualquer atividade insustentável.

Não obstante, também não se pode apenas olhar para fluxos monetários estimados para as funções ou serviços ecossistêmicos, uma vez que, sob esse foco, o extrativismo tradicional praticado na RESEX gera imensos benefícios ambientais – externalidades positivas – para toda a sociedade, podendo ser estimados em termos de fluxos monetários. Mas, na prática não são traduzidos em rendimentos efetivos para os produtores extrativistas que continuam sua luta desesperada pela sobrevivência.

Todavia, as IAPs além promoverem a manutenção dessas externalidades – inclusive com a ampliação através do reflorestamento –, preconizam uma melhoria significativa dos rendimentos, principal gargalo para manutenção das famílias. A expressão desses atributos no valor econômico total das IAPs transforma essa alternativa produtiva de exploração da floresta

¹⁰ Os produtos são: Açaí, Buriti, Patauá, Andiroba, Copaíba, Murmurú e Unha de Gato.

numa atividade viável tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, superando as formas de exploração insustentáveis.

Essa superioridade somente poderá ser efetiva quando do desenvolvimento de instrumentos econômicos que possam capturar os fluxos monetários expressos pelos valores sociais das externalidades positivas geradas pela adoção de explorações sustentáveis da floresta. Nessa direção, é importante também, a consecução de uma escala adequada de competitividade com as explorações não-sustentáveis, como a pecuária extensiva, visto que muitas daquelas são alternativas pontuais e limitadas (Margulis, 2003). Claro que, observando-se os próprios limites ambientais.

Portanto, um mecanismo que pode capturar os fluxos monetários das externalidades positivas ambientais é a ***certificação ambiental***, constituindo-se num sobre-preço oriundo da certificação da eficiência sócio-ambiental, mediante aplicação de um selo verde, considerado um prêmio pago pelos consumidores, dispostos a pagarem por produtos sócio-econômicos e ambientalmente corretos.

Entretanto, como esse mecanismo é recente e carece de evidências concretas, necessita-se de mais estudos para avaliar seus possíveis impactos sócio-econômicos e ambientais, principalmente em virtude do fato de que as comunidades florestais das RESEX já utilizam a certificação ambiental como estratégia para a manutenção das famílias e da própria floresta amazônica.

1.4. A Valorização dos Recursos Florestais e a Certificação Ambiental

A Certificação ambiental tem se tornado crescentemente numa característica comum nos mercados nacional e global, como um modo de reconhecer produtos e práticas que cumprem padrões e requerimentos específicos. Enquanto alguns programas de certificação, como ISO, são orientados para a indústria, outros têm particular relevância para as comunidades rurais. Sistemas de agricultura orgânica e certificação florestal promovem o gerenciamento ético de recursos naturais. (Stewart et. al., 2003)

Atualmente, a certificação está sendo promovida por várias razões – de razões de gerenciamento florestal a razões de mercado. (Stewart et. al., 2003, ASIA, 2000)

A certificação de produtos florestais proposta inicialmente por grupos ambientalistas, no final da década de 1980, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, vem sendo usada como principal instrumento para proteção das florestas, tendo desde 1993, o Conselho de Manejo Florestal (FSC – *Forest Stewardship Council*) como principal certificador e com credibilidade mundial.

Teoricamente, a certificação ambiental é considerada pelo *mainstream* como um instrumento econômico ou de mercado, e como tal é visto como uma estratégia de *marketing*, gerando possibilidades de diferenciação, visando assegurar a permanência ou até mesmo a ampliação da participação nos mercados, além da criação de novos mercados, mediante o processo de conscientização do uso racional dos recursos naturais.¹¹

Segundo May e Veiga Neto (2000, p. 3):

O princípio básico por detrás da idéia de certificação é estimular, através de incentivos econômicos, os agentes que exploram a floresta a promoverem voluntariamente práticas mais sustentáveis de manejo em busca dos possíveis benefícios econômicos que possam auferir desta conversão ao ‘bom manejo florestal’. (...) podem ser prêmios (...) incremento ou manutenção de fatias de mercado (...) Segundo Johnson & Cabarle, citados em Viana *et alli* (1995), a *rationale* da certificação seria tornar o manejo da floresta tropical mais atraente economicamente do que os outros possíveis usos da terra, tais como o manejo convencional da exploração madeireira ou mesmo a agricultura e pecuária. Para Viana (2000), o grande desafio da certificação é transformar a conservação em um bom negócio, transformando assim os paradigmas que nortearam o nosso histórico florestal.

Viana apud May e Veiga Neto (2000), enfatizam que o sobre-preço advindo da certificação florestal, incluindo os diversos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, variou entre 15 e 40%. Mas, esses dados foram contestados por outros autores (Mastrangelli apud May e Veiga Neto, 2000) que alegam que os compradores não estão tão dispostos assim, e se o sobre-preço for de 10%, já é satisfatório.

¹¹ Conforme: May e Veiga Neto, 2000; Vita, 1999; Kenjen, 2002; CIRAD/UNICAMP, 2001.

Mas, uma vantagem que está sendo verificada sem contestações é a “maior facilidade de comercialização, abertura de mercado ou manutenção de ‘*market share*’, fato mencionado pelos detentores de produtos certificados ou em busca de certificação” (May e Veiga Neto, 2000).

No entanto, como o processo de certificação florestal é recente, há que se ter cautela quanto aos seus possíveis impactos sócio-econômicos e ambientais, tanto positivos quanto negativos, justamente pela falta de evidências concretas (Vita, 1999; Kenjen, 2002).

Ângelo (1999) afirma que há uma tendência em termos mundiais da ascensão da certificação, mas ao mesmo tempo, percebe-se que os mercados são localizados com destaque para países da comunidade européia e mercado norte-americano. Da mesma forma, Calejjon et al. apud May e Veiga Neto (2000) enfatizam que o mercado para produtos florestais de origem sustentável é incipiente, além da oferta e demanda por produtos certificados terem dificuldades de encontro.

De acordo com Vita (1999) a certificação, se usada de forma singular na Amazônia, tornar-se-á insuficiente, dadas as peculiaridades e problemas (institucionais, sócio-econômicos e políticos) da região na absorção e uso de tecnologias adequadas para a exploração sustentável das florestas. Além disso,

Deve ser ressaltado que a qualidade florestal não depende somente da adoção de programas de certificação, mas também de melhores condições econômicas e sociais que permitam criar mercados com uma forte consciência ambiental, e de condições políticas favoráveis, enquanto a certificação não pode solucionar as ineficiências existentes no país. (Vita, 1999, p. 137)

Uma contribuição para as discussões sobre o processo de certificação de produtos florestais na Amazônia, em particular no estado do Acre, está em CIRAD/UNICAMP (2001), que realizaram recente pesquisa no referido estado, com o intuito de gerar subsídios para o fortalecimento das atividades extrativistas na região, em especial aos produtos florestais não-madeireiros, priorizados pelo governo estadual. Seu relatório destaca que um dos principais gargalos mencionados pelos extrativistas é a falta de mercados.

Os resultados apresentados revelam que, em relação ao mercado nacional, faltam informações suficientes nos trabalhos disponíveis e devido ao curto período da pesquisa, foram formuladas prospecções sobre os mercados de polpas de frutas, em especial o Açaí, demonstrando que o produto acreano tem vantagens de qualidade e preço em relação ao Pará, principal fornecedor do produto. Além disso, a demanda nas grandes cidades está crescendo.

Em relação ao mercado internacional, o relatório enfatiza a existência de dois ou três mercados internacionais chave, quais sejam: fito-farmacêutico e cosmético. Mas, talvez existam em igual número, nichos de mercados ainda não identificados. Além disso, verificou-se que as empresas têm interesse em comprar produtos certificados. No entanto, são informações ainda inconsistentes que carecem de maiores pesquisas com efetiva quantificação. “Porém, as entrevistas com as indústrias mostram claramente que a demanda (final e derivada) está crescendo, com taxas anuais acima de 10%. Para qualquer negócio essa informação é muito importante e muito positiva” (CIRAD/UNICAMP, 2001, p. 43).

Ainda segundo CIRAD/UNICAMP (2001), a organização da cadeia produtiva dos produtos florestais não-madeireiros é um dos entraves para a efetiva ampliação do mercado, o que leva a problemas em relação à, entre outros, qualidade e baixos volumes comercializados. Nesse sentido, a certificação pode vir a ter um papel fundamental no estímulo de organizar a cadeia produtiva, bem como levar a eliminação dos atravessadores, agregando os ganhos destes aos rendimentos dos produtores extrativistas.

CIRAD/UNICAMP (2001) enfatiza que o mercado para produtos florestais não-madeireiros é apenas potencial, não existindo informações suficientes e nem confiáveis. O mercado nacional é ainda incipiente e pouco “eco-eficiente”, com os escassos sobre-preços, não oferecendo incentivos para novos selos-verdes, além de se referirem em sua grande maioria para produtos madeireiros.

Nota-se que apenas algumas empresas conseguiram um prêmio com a certificação no mercado externo, em torno de 7 a 8% - baseado na GETHAL/AM (May e Veiga Neto, 2000).

Entretanto, no estado do Acre, a floresta que viveu Chico Mendes, em Xapuri, tornou-se o primeiro manejo florestal sustentável comunitário a receber o selo-verde florestal – certificado pelo FSC – no Brasil, em 2002, compreendendo uma área de 900 ha de floresta para a produção de madeira que complementar as atividades tradicionais, como a borracha e a castanha. Há uma previsão pelos Coordenadores do projeto de manejo, de uma receita líquida

por unidade de produção (colocação) em torno de R\$ 3.200,00/ano (Machado, 2002; WWF, 2002a). Um aspecto importante é que o WWF-Brasil, que apoia o FCS no Brasil, cobriu todos os custos da certificação, conforme os padrões do FSC, “que são os mais elevados do mundo e mais aceito mundialmente” (WWF, 2002a).

Além disso, o governo do Acre se comprometeu publicamente, em 2001, a certificar até 2005, mais de 4 milhões de hectares, correspondendo a 25% das florestas do estado (WWF, 2002b).

Conforme Molnar et al. (2003), a ligação entre certificação ambiental e comunidades florestais é importante porque as comunidades são os principais responsáveis pelo manejo das florestas mundiais. Estima-se que $\frac{1}{4}$ (700-800 milhões de ha) das florestas do mundo subdesenvolvido são gerenciados ou de propriedades das comunidades. Ressalta-se que essa quantia dobrou nos últimos 15 anos e, provavelmente, irá dobrar novamente nos próximos 15 anos. No entanto, menos de 1% das florestas comunitárias é certificada.

O Forest Stewardship Council é responsável por 98% das certificações comunitárias, principalmente pela objetivação da eficiência sócio-ambiental. (Molnar et al., 2003)

Segundo Molnar et al. (2003), moradores e comunidades florestais têm tido alguns importantes benefícios indiretos da certificação florestal, tais como emprego e melhores condições de trabalho, além do auxílio na legitimação dos direitos de propriedade da terra.

Ressalta-se que em relação ao sobre-preço oriundo da certificação, que é um benefício direto e amplamente desejável, poucas comunidades já conseguiram obtê-lo. No entanto, comunidades que se encontram em áreas remotas, onde os mercados não estão desenvolvidos para produtos certificados, ainda não recebem o sobre-preço, o que dificulta inclusive os custos adicionais da certificação. (Molnar et al., 2003)

A certificação florestal foi pensada exclusivamente para madeira, mas uma discussão essencial para esse tipo de certificação é a certificação de produtos florestais não-madeireiros (PFNM), dado que a coleta de madeiras ocorre apenas durante quatro meses do ano e que as famílias dependem dos PFNM nos meses restantes do ano (Jones, 2003).

Segundo Pierce, Shanley e Laird (2003), os PFNM jogam um importante papel no sustento das comunidades rurais em termos mundiais e os recentes esforços para certificar os PFNM levantaram questões sobre os impactos deste tipo de certificação sobre os produtores e comunidades.

Segundo Walter et. Al (2003), alguns estudos de caso mostram que o comércio de PFNM certificados é ainda marginal, comparado com o comércio de produtos não certificados.

Além disso, ainda conforme os autores, relevantes esquemas de certificação para o uso e comércio de PFNM não focalizam somente em certificação de gerenciamento florestal, mas também incluem esquemas de certificação principalmente usados na agricultura tais como certificação orgânica e social (*fair and ethical trade*).

De qualquer maneira, tem-se um desafio na identificação dos possíveis impactos da certificação, frente ao desenvolvimento florestal sustentável de comunidades florestais, especialmente em Unidades de Conservação da Amazônia, em particular no Acre, além de sua expressão e extensão, em termos de fluxos monetários para as comunidades envolvidas, e em termos ambientais para a sociedade.

Como visto, o mercado para produtos florestais certificados é ainda incipiente com crescentes potenciais de expansão no Brasil e no mundo, mas voltado principalmente para produtos de origem madeireira, o que torna necessária a ampliação do foco para a certificação dos produtos florestais não-madeireiros, devido às diversas oportunidades de diferentes usos da floresta, ao invés de restringir a produtos madeireiros.

É importante ressaltar, de acordo com Viana (2002), que a certificação ambiental não pode e nem deve ser vista como panacéia para resolver todos os problemas sócio-econômicos, políticos, institucionais e ambientais da região. Todavia, se insere como uma poderosa estratégia competitiva – aliada a políticas de gestão ambiental – que pode estimular as comunidades envolvidas a optarem por explorações sustentáveis da floresta, mediante captura, em termos monetários, dos benefícios advindos da conservação florestal.

Agora, entender teoricamente a certificação ambiental como um diferencial competitivo é primordial para melhor compreensão de seus impactos nas comunidades florestais. Isso será discutido no próximo capítulo.

2. GESTÃO ESTRATÉGICA, CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS COMUNIDADES FLORESTAIS DA AMAZÔNIA: UM OLHAR NEOSCHUMPETERIANO

A certificação ambiental representa, em última instância, uma imagem pró-ambiente, ou seja, um atributo ou ativo intangível que tem se traduzido num diferencial competitivo de muitas empresas ao redor do mundo, seja na obtenção de sobre-preços, mediante a comercialização de produtos com tais atributos, seja na manutenção de parcelas de mercado ou no acesso a nichos de mercados.

Por outro lado, as comunidades florestais da Amazônia, notadamente os extrativistas que moram nas RESEX, vêm construindo uma reputação pró-ambiente desde as lutas contra os desmantelamentos dos seringais, nos anos 1970. O ápice desse processo pode ser vislumbrado na própria criação dessas Unidades de Conservação – uma certificação ambiental oficial –, que se tornaram importantes diferenciais competitivos para as famílias que produzem e comercializam no mercado os produtos originários dessas áreas.

Assim, o objetivo do presente capítulo é investigar o papel dos ativos intangíveis como diferenciais competitivos e fontes de vantagens competitivas sustentáveis, na dinâmica concorrencial capitalista, relacionando a discussão à produção dos extrativistas dentro das RESEX. Para tanto, o presente trabalho utiliza conceituações teóricas de recentes abordagens heterodoxas sobre Gestão Estratégica, justamente com o intuito de oferecer uma possibilidade de avaliação econômica distinta das avaliações do *mainstream*. A principal referência empregada para o estudo da produção extrativista é a abordagem das **capacitações dinâmicas**, seguindo uma visão neoschumpeteriana.¹²

¹² Do ponto de vista heterodoxo, também merece atenção a discussão sobre a relevância do ativo intangível ou imaterial a partir da tese do “fim do trabalho”, que confronta a economia política de Marx. Uma visão geral sobre essa discussão, que não é tratada no presente trabalho, ver: Antunes (2000, 2004); Castillo (2001); Prado (2003a, 2003b, 2004)

Ressalta-se que a utilização de conceitos teóricos empregados nos estudos de firmas, especialmente as industriais, não significa que se está colocando no mesmo patamar as firmas e os extrativistas florestais. Ora, ambas as organizações, embora humanas, têm objetivos claramente distintos. As firmas buscam incessantemente o lucro, cerne da acumulação de capitais. Os extrativistas buscam incessantemente a reprodução das famílias, mediante a garantia do sustento das mesmas, que pressupõe a manutenção da floresta e, claro, de sua própria cultura.

Contudo, tanto as firmas quanto os extrativistas dependem da comercialização de seus produtos no mercado para alcançarem seus objetivos. Em alguns mercados ou nichos de mercados, como é o caso das nozes e castanhas, empresas e comunidades florestais disputam os mesmos espaços. Portanto, o diferencial competitivo torna-se primordial para ambas as organizações, tornando-se factível o emprego do referido referencial teórico no estudo das populações extrativistas, obviamente com as pertinentes adequações.

Assim, o presente capítulo está dividido da seguinte forma: no tópico 2.1, evidencia-se a importância dos ativos intangíveis como diferencial competitivo das firmas, bem como das comunidades florestais, além das capacitações provenientes da combinação destes, a partir da discussão da moderna teoria da firma. A referência principal deste tópico é o seminal trabalho de Penrose (1959, 1995), intitulado “*The Theory of the Growth of Firm*”. Além disso, é encaminhada a discussão para a aproximação entre a Economia e o campo da Estratégia; no próximo tópico (2.2), detalham-se as concepções da abordagem das capacitações dinâmicas na discussão sobre a sustentabilidade dos diferenciais competitivos das firmas; e, na sequência (tópico 2.3), é apresentada uma discussão sobre as capacitações dinâmicas dos extrativistas das RESEX.

2.1. A Moderna Teoria da Firma, Gestão Estratégica e a Certificação Ambiental

A discussão sobre as vantagens competitivas sustentáveis das firmas faz parte de uma ampla literatura, compreendendo várias matizes teóricas, em Gestão Estratégica, que cresceu vertiginosamente a partir da década de 1980. Conforme Teece, Pisano e Shuen (1997), a

pergunta fundamental neste campo é como firmas alcançam e sustentam vantagens competitivas.

De acordo com Burlamaqui e Proença (2003, p. 80), “a evolução da literatura em Gestão Estratégica vem se constituindo em uma importante fonte de questionamento do modelo de empresa difundido pela teoria econômica Neoclássica”.

Segundo Lockett e Thompson (2001), é importante destacar que muitos trabalhos nesse campo são realizados a partir de *insights* de alguns pensadores¹³ do campo econômico e estes parecem ter auxiliado economistas treinados na tradição neoclássica a aceitar algumas de suas limitações teóricas.

A **firma**, na tradição neoclássica¹⁴, embutida na Teoria do Equilíbrio Geral, foi sempre tratada como uma “caixa preta”, algo que aplica a lógica de escolha (sempre bem definida dentro de um cardápio hipotético) na melhor forma de alocar seus fatores de produção – recursos tangíveis: terra, trabalho e capital –, dada às preferências e tecnologias, a partir de uma função de produção de determinado produto, condicionada pelo mercado (preços) e pela disponibilidade de fatores de produção (quantidade).

Tudo isso sob dois pressupostos fundamentais do *mainstream*: o princípio da racionalidade substantiva (comportamento maximizador) e do equilíbrio do sistema econômico (agentes e mercados). Claro que nesse mundo teórico neoclássico, as firmas são consideradas homogêneas e têm comportamentos simétricos, consoante com seus pressupostos, o que torna manejável os modelos econômicos construídos com uma ampla gama de ferramentas matemáticas. Dessa forma, alcançam vantagens competitivas as firmas mais eficientes e, conseqüentemente, mais lucrativas na alocação/otimização de seus recursos produtivos.

Claramente se observa que a teoria neoclássica em geral é limitada ou inadequada para tratar de problemas relacionados à realidade econômica das firmas, uma vez que muitos aspectos dessa realidade são reprimidos em suas análises – normalmente sob a expressão *ceteris paribus* –, e que cada vez mais têm recebido maiores atenções, inclusive por parte do

¹³ Os pensadores citados pelos autores (idem, p. 724 e 726) foram Penrose (1959), Richardson (1972) e Teece (1980).

¹⁴ Principalmente as firmas tratadas nos Manuais de Economia.

próprio *mainstream*, como, por exemplo, retornos crescentes, custos de transações, competição e informação imperfeita etc.¹⁵

Não obstante, a ortodoxia contemporânea representada pela moderna teoria dos jogos está cada vez mais flexível no sentido de acomodar teoricamente suas limitações, afrouxando (sem negar!) seus pressupostos conceituais.

Ou seja, estão tentando identificar o comportamento da rivalidade entre firmas a partir de estratégias competitivas, bem além de sua tradicional condição decisória entre preço/produto. A afirmação de Shapiro (1989, p. 127) é bem ilustrativa: “nós estamos finalmente desenvolvendo teorias que endereçam a riqueza do comportamento dos negócios, da P&D ao compartilhamento da informação, ao desenho do produto e mais”.

Conforme Nelson (1991), os economistas neoclássicos estão tentando olhar dentro da “caixa preta” da firma, além de tratar a tecnologia como uma variável e não um dado. No entanto, a maior parte dos trabalhos tem falhado nessa acomodação teórica por não conseguir relaxar um constrangimento teórico chave, a lógica da escolha, ou seja, tomar um conjunto de escolhas óbvias para a resolução de um particular conjunto de problemas e que sempre é feita a melhor escolha, também óbvia. De acordo com Nelson e Winter (1982, p. 8), “nunca o ator teórico está confuso sobre a situação ou distraído com preocupações insignificantes; nunca ele está preso em uma visão sistematicamente errônea [...]”.

Por outro lado, as dificuldades encontradas pela economia ortodoxa para superar suas limitações, também se relacionam aos modelos econométricos utilizados para analisar o comportamento das firmas, já que incorporam os dois princípios (maximização e equilíbrio) fundamentais da teoria neoclássica, que permitem a generalização dos resultados alcançados, mas que encontram dificuldades empíricas no mundo real. Ademais, tais modelos são construídos a partir de ampla variedade de ferramentas matemáticas, as quais são objetos de constantes refinamentos na tentativa de superar as dificuldades inerentes ao modelo, como se o problema fosse a utilização de uma ferramenta correta ou atualizada.¹⁶

Lockett e Thompson (2001) notam que a maioria dos trabalhos fundamentados pela teoria dos jogos, apesar de avançar na discussão sobre a rivalidade entre as firmas e na

¹⁵ Para uma crítica acurada à teoria neoclássica, ver Nelson e Winter (1982).

¹⁶ Tadelis (1997), fundamentado na moderna teoria de jogos, busca avançar na discussão sobre ativos intangíveis justamente refinando os modelos predecessores no assunto.

sofisticação matemática, ainda assumem firmas idênticas e comportamentos simétricos tendo em vista uma maior manejabilidade dos modelos econométricos.¹⁷

Desse modo, a observação de Nelson e Winter (1982, p. 13) é bastante pertinente:

Realmente, a extensão e a taxa de mudança do conjunto de dispositivos matemáticos empregados para explorar um conjunto de conceitos teóricos essencialmente constantes é algo que faz alguém suspeitar que os mecanismos chave do processo envolvem os níveis de sofisticação matemática alcançados pelos pesquisadores e seus públicos, e não qualquer profunda afinidade entre as ferramentas matemáticas e o assunto em questão.

Ora, percebe-se que a economia neoclássica tem dificuldades em tratar o conceito de firma e, portanto, em aceitar que há diferenças entre firmas e que essas diferenças importam em suas decisões. Para Lockett e Thompson (2001), isto se constitui num paradoxo, pois as firmas tomam decisões imediatas que afetam a alocação de recursos na economia, que é uma das preocupações centrais da ortodoxia econômica. Mas, esta não consegue entender bem o que é uma firma.

Essa evidência, por um lado, reflete a argumentação de Nelson (1991, p. 6): “economistas tendem ver as firmas como jogadores em um jogo econômico multi-ator, e seus interesses estão preferivelmente no jogo e seus resultados do que em um jogo particular ou desempenho de firmas individuais”. Assim, os “economistas não estão interessados no comportamento e desempenho no nível das firmas, mas antes em amplos agregados – amplo desempenho da indústria ou da economia” (p. 62).¹⁸

Portanto, a aproximação da Economia com o campo da Estratégia, constante na literatura que discute gestão estratégica, é extremamente pertinente, uma vez que os estudiosos em gestão de negócios, ao contrário dos economistas, focalizam seus trabalhos essencialmente

¹⁷ Além disso, os modernos teóricos de jogos – como Shapiro (1989) e Tadelis (1997) – tentam superar uma das principais limitações da teoria microeconômica convencional (ausência de dependência de trajetória – *path dependency*) dinamizando seus modelos com a incorporação de sucessivos estágios temporais. No entanto, conforme Lockett e Thompson (2001, p. 727), “a assunção de perfeita previsão e indução para trás, necessários para resolver um típico jogo, vai longe para esvaziar o conteúdo empírico do modelo descrito”.

¹⁸ Nelson (1991, p. 64/65) afirma que, “em fazer estudos sobre indústrias, economistas frequentemente são forçados a reconhecer, e até mesmo realçar, diferenças entre firmas, e diferenças que importam. Não se pode estudar sensivelmente a indústria de computadores sem prestar atenção às peculiaridades da IBM”.

na firma. Ora, se é a firma que toma decisões que afetam a economia, então se tem que abrir essa “caixa preta” e investigar profundamente seu conteúdo.¹⁹

Por outro lado, segundo Penrose (1995)²⁰, “a firma não é uma firma” de acordo com o arcabouço neoclássico. Normalmente a firma é apresentada como tomadora de decisões de preço e produto. Além disso, ela é representada por curvas de custos e receitas que demonstram uma ótima combinação de quantidades dos fatores de produção ou atributos tangíveis disponíveis – terra, trabalho e capital. Parece algo amorfo, sem a existência de pessoas responsáveis por seu comportamento e respectivas decisões. Nota-se que mesmo quando se fala de trabalho enquanto fator de produção, que teoricamente se diz representar os seres humanos, na verdade o *mainstream* não os trata como tais – conforme suas capacitações distintas de produção –, mas simplesmente como uma categoria homogênea que pode ser representada “apenas” pelas quantidades de homens/horas empreendidas no processo produtivo.

Ora, a firma pode ser apresentada, conforme o seminal trabalho de Penrose (1995), como uma organização econômica humana, cujo corpo gerencial planeja e decide as atividades produtivas que serão empreendidas na economia. Por conta disso, há muito mais atributos nela que não são levados em consideração pelo *mainstream*. Conforme Richardson (1972), a teoria convencional abstrai totalmente da função de produção os papéis da organização, conhecimento, experiência e habilidade – atributos inerentes aos recursos humanos da firma –, já que não são *convenientemente* representadas por curvas de custos e receitas.

Mas, qual a definição adequada para firma? E, qual a relação disto com o objeto de estudo do presente trabalho, ou seja, com as comunidades florestais?

De acordo com Penrose (1995), a firma, assim chamada pelos negociantes (hoje denominados empresários), é uma organização de natureza humana, cuja definição apropriada

¹⁹ Nota-se, de acordo com Nelson (1991), que as razões apresentadas pelos neoclássicos para as diferenças (quando admitidas!) entre as firmas são superficiais, ou seja, as firmas diferem por causa das condições iniciais de cada firma ou de um evento aleatório que fazem as diferentes escolhas lucrativas.

²⁰ Edith Penrose, com o seminal trabalho intitulado “*The theory of the growth of firm*” – Teoria do Crescimento da Firma –, publicado pela primeira vez em 1959, faz severas críticas à teoria formal da firma, apresentando concomitantemente alguns fundamentos daquela que seria uma moderna teoria da firma. A grande influência desta obra no pensamento recente, tanto em Economia quanto em Gestão Estratégica, notadamente a partir da segunda metade dos anos 1980, fez com que, depois de décadas, uma terceira edição fosse publicada em 1995, inclusive com um novo prefácio da própria Penrose comentando sobre a sua obra e seu impacto.

é derivada de sua função, como uma entidade econômica na economia, que está no cerne da teoria do crescimento da firma. Em suas próprias palavras:

A função econômica de uma firma foi assumida simplesmente ser aquela de adquirir e organizar recursos humanos e outros [coisas tangíveis] de maneira lucrativa para ofertar bens e serviços no mercado. Ela [firma] foi definida, portanto, como uma coleção de recursos ligados conjuntamente em um arcabouço administrativo, cujos limites são determinados pela ‘área de coordenação administrativa’ e ‘comunicação autoritária’. (p. xi – prefácio)

O objeto de análise de Penrose (idem) eram as firmas industriais, embora ela mesma tenha destacado que sua análise poderia se aplicar a outros tipos de firma também. Tanto isso é verdade, que a própria Penrose ficou surpresa em verificar que seus *insights* foram aplicados em estudos de empreendimentos agrícolas.²¹

Dessa forma, é factível relacionar os *insights* de Penrose com as comunidades florestais e suas atividades produtivas. Ora, as comunidades florestais, em particular as extrativistas da Amazônia, são também organizações humanas²² que têm função econômica – interligada com a sócio-ambiental – na sociedade, ofertando uma gama de bens e serviços de origem florestal no mercado ao redor do mundo. Possuem uma coleção de recursos humanos e coisas tangíveis, cujos atributos principais são os próprios extrativistas, a floresta e os serviços, que ambos simbioticamente podem render, por exemplo, os conhecimentos tradicionais ligados à medicina fitoterápica, cuja utilização pela medicina científica torna-se primordial no avanço do tratamento de muitas doenças crônicas.

A parte administrativa ou gerencial das atividades produtivas, dentro de cada seringal, tornou-se cada vez mais encorpada a partir da criação das associações e cooperativas, decorrentes do movimento de resistência seringueiro, objetivando o bem estar da coletividade no interior da floresta.

²¹ p. xii – prefácio.

²² Fortalecidas enquanto tal a partir da criação das associações e cooperativas decorrentes do movimento de resistência seringueiro.

A distinção entre recursos e serviços²³ já demonstra que se está olhando dentro da organização com o intuito de entender seu diferencial.²⁴

Conforme Penrose (1995),

Os serviços produzidos pelo recurso são funções do modo no qual eles são usados – exatamente quando os mesmos recursos forem usados para diferentes propósitos ou em diferentes modos e em diferentes combinações com diferentes tipos ou quantidades de outros recursos, eles proporcionarão um serviço ou conjunto de serviços diferentes. A importante distinção entre recurso e serviço não é sua relativa durabilidade; antes isto repousa no fato que recursos consistem em um pacote de serviços potenciais e podem, em sua maior parte, ser definidos independentemente de seu uso, enquanto serviços não podem ser assim tão definidos, a mera palavra ‘serviço’ implica uma função, uma atividade. [...] **é largamente nessa distinção que descobriremos a origem da unicidade de cada firma individual.** (p. 25, grifo RCGM)

Essa afirmação é um dos grandes legados de Penrose, visto que, ao contrário do pensamento convencional, a economia não é composta por organizações econômicas homogêneas, ou seja, há diferenças entre as firmas/organizações econômicas e, conforme escreveu Nelson (1991), diferenças que importam no processo competitivo capitalista.

Nesse sentido, do ponto de vista das comunidades florestais, a aceitação dessa heterogeneidade, principalmente em relação às firmas propriamente ditas, é de grande importância para uma melhor análise de suas estratégias competitivas.

As atividades desenvolvidas pelas populações extrativistas da Amazônia são únicas e não são passíveis de serem transplantadas para outro lugar, ou seja, fortalecer essa singularidade é o caminho mais natural para a comprovação de estratégias competitivas dessas populações.

²³ A literatura recente utiliza o termo “capacitações” (*capability*) como sinônimo do termo “serviços” (*services*), utilizado por Penrose (1995). Essa discussão será mais bem encaminhada mais adiante, a partir da utilização da literatura sobre Gestão Estratégica.

²⁴ Ademais, Penrose (idem) afirma que utiliza o termo recurso ao invés do termo convencional “fator de produção”, “justamente porque este não faz nenhuma distinção entre recursos e serviços, algumas vezes significando o primeiro e algumas vezes o segundo na literatura econômica” (p. 25, nota de rodapé).

Ora, o fato de que as comunidades florestais conseguem manejar, sustentavelmente, extensas áreas de florestas há mais de um século é um diferencial significativo de um distintivo serviço ofertado por essa população para a sociedade em geral.

A certificação ambiental pode servir justamente para capturar, em termos monetários, os benefícios desse diferencial. Aliás, as comunidades florestais, especialmente das RESEX, demonstram que sua maior dificuldade de manutenção é a constante necessidade de “fazer dinheiro” – expressão corriqueira entre os extrativistas.

Contudo, Penrose (1995) indica o caminho para fazer dinheiro com o fortalecimento das singularidades da produção comunitária: a utilização de serviços produtivos não usados. Em suas palavras:

Serviços produtivos não usados são, para a firma empreendedora, ao mesmo tempo um desafio para inovar, um incentivo para expandir e a origem de vantagem competitiva. Eles facilitam a introdução de novas combinações de recursos – inovação – dentro da firma. As novas combinações podem ser combinações de serviços para a produção de novos produtos, novos processos para a produção de velhos produtos, nova organização de funções administrativas. (p. 85-86)²⁵

Dessa forma, Penrose evidencia que a origem da vantagem competitiva não está no recurso em si, mas nos serviços, ou melhor, utilizando-se um termo mais recente, nas capacitações que estes podem render ao longo do tempo. Conforme Grant (1991, p. 119), “enquanto recursos são as origens das capacitações da firma, capacitações são as principais origens de sua vantagem competitiva”. Isto significa que o extrativista sem a floresta fica extremamente tolhido em suas capacitações. No entanto, da combinação entre os extrativistas e a floresta, ao longo do tempo, surgiram as RESEX, expressão de uma inovadora política ambiental para a Amazônia, *que se constitui oficialmente na primeira certificação ambiental florestal da região*, além de um relevante diferencial competitivo para os produtos oriundos dessas áreas.

Tendo em vista que Penrose não avançou sobre a clarificação dos conceitos relacionados à gestão estratégica da firma, já que não era objetivo de seu trabalho, a discussão sobre a manutenção e sustentabilidade das vantagens competitivas auferidas pelas

²⁵ Aqui se observa que as proposições de Penrose se assemelham às de Schumpeter (1984).

comunidades extrativistas será encaminhada a partir da abordagem denominada “**capacitações dinâmicas**”²⁶, numa clara visão neoschumpeteriana – tratada dentro da literatura sobre Gestão Estratégica²⁷.

2.2. *Abordagem das capacitações dinâmicas*

A emergente e promissora abordagem das *capacitações dinâmicas*, segundo Teece, Pisano e Shuen (1997), tem se empenhado em “identificar as dimensões das capacitações específicas das firmas que podem ser origem de vantagens, e para explicar como combinações de competências e recursos podem ser desenvolvidos, reorganizados e protegidos” (p. 510). Desse modo, o presente trabalho considera essa abordagem a mais adequada para uma melhor discussão sobre o desempenho econômico das comunidades florestais e suas estratégias competitivas, realçando o papel da certificação ambiental como origem de vantagens competitivas.²⁸

Em Teece, Pisano e Shuen (1997), se tem um esboço do arcabouço teórico da perspectiva das capacitações dinâmicas (PCD). A apresentação dessa estrutura torna-se essencial por evidenciar os aspectos/questões chaves a serem considerados nas análises sobre as origens da criação de riqueza e captura, por parte das organizações econômicas humanas, especialmente no tocante às comunidades florestais.

Para a PCD, recursos são **ativos específicos** da firma que são difíceis se não impossíveis de imitar. Além disso, há dificuldades de transferência desses ativos entre firmas, em razão, tanto dos custos de transação e transferência quanto por conter conhecimento tácito.

²⁶ Similarmente tem-se a *perspectiva baseada na competência*, ver Coriat e Dosi (2002)

²⁷ O foco das análises da literatura em gestão estratégica é sobre as vantagens competitivas sustentáveis alcançadas pelas firmas na geração/apropriação/manutenção de sobre-lucros ou lucros extraordinários, normalmente denominados pela literatura acadêmica como *rents* (rendas). Uma abordagem que também merece atenção é a Visão Baseada em Recursos (*Resource Based View*), que emergiu juntamente com a abordagem das capacitações dinâmicas. Ver, entre outras, as significantes contribuições de Teece (1980, 1982); Wernerfelt (1984) e Barney (1986, 1991 e 2001); Grant (1991); Peteraf (1993); Mahoney e Pandian (1992); Lockett e Thompson (2001).

²⁸ Ademais, será utilizada também a *perspectiva baseada na competência*, que focaliza suas análises também nas capacitações. Ver Coriat e Dosi (2002).

Os ativos específicos da firma reunidos de forma integrada numa organização possibilitam o desempenho de atividades distintivas, denominadas de rotinas e processos organizacionais, que, em seu conjunto, são evidenciadas como as **competências** da firma.

As **competências centrais** estão relacionadas com os negócios fundamentais da firma e podem ser deduzidas olhando através do seu conjunto de produtos e serviços. Observa-se que “o grau pelo qual uma competência central é distintiva depende de quão bem dotada a firma está frente a seus competidores e de quanto é difícil para os competidores replicar suas competências” (Teece, Pisano e Shuen, 1997, p. 516).

Portanto, Teece, Pisano e Shuen (1997) definem as capacitações dinâmicas como:

a habilidade para integrar, construir e reconfigurar competências internas e externas para tratar rapidamente mudanças no ambiente. Capacitações dinâmicas refletem, assim, uma habilidade da organização para alcançar novas e inovadoras formas de vantagens competitivas, dadas a dependência de trajetória e posições de mercado. (p. 516)²⁹

Mercado e capacitações estratégicas

Para compreender os aspectos estratégicos dos empreendimentos das firmas necessita-se identificar o que é estratégico. Uma capacitação estratégica é aquela que é adequada às necessidades dos consumidores, única e difícil de copiar. Portanto, ativos idênticos, que podem ser comprados e vendidos a partir de preços estabelecidos pelo mercado, não são considerados estratégicos. (Teece, Pisano e Shuen, 1997)

Dessa forma, a vantagem competitiva da firma pode ser explicada pela célebre distinção coasiana entre firmas e mercados, na qual a firma substitui o mercado. Pois, dentro das firmas podem-se realizar certos tipos de atividades econômicas, de maneira que não pode ser realizado pelos mercados. “Isto não é somente por causa dos custos de transação [...] mas também em razão de que há muitos tipos de arranjos onde incentivos auto-empoderados

²⁹ Conforme Coriat e Dosi (2002, p. 52/53), “dentro de qualquer organização, capacitações, em princípio objetivadas para ‘resolver problemas’ em um amplo sentido – variando de transporte de passageiros através do Atlântico à atividades mais intencionais de busca por novas drogas ou novas máquinas – surgem em qualquer caso simultaneamente com mecanismos específicos de governança de potenciais conflitos de interesses e incentivos”.

(como mercado) podem ser completamente destrutivos da atividade cooperativa e aprendizado” (Idem, p. 517).

Assim, o que é distintivo nas firmas é que as “competências/capacitações são modos de organizar e fazer coisas que não podem ser executadas meramente por usar um sistema de preços para coordenar a atividade. A real essência da maioria das capacitações/competências é que elas não podem ser facilmente reunidas através dos mercados” (Ibidem).

Além disso, os elementos da organização interna podem não ser replicáveis. A replicação, quando é possível, leva tempo e muitas vezes os competidores não conseguem identificar o que vão replicar – aquilo que os teóricos da VBR chamam de “ambigüidade causal”.³⁰

As especificidades/distinções de cada firma, que explicam a essência das capacitações dinâmicas e são origens das vantagens competitivas, podem ser apresentadas em termos de três dimensões estratégicas: **processos** gerenciais e organizacionais, **posições** dos ativos e **trajetórias**. (Teece, Pisano e Shuen, 1997; Coriat e Dosi, 2002)

Os processos gerenciais e organizacionais são “as maneiras como as coisas são feitas na firma, ou que pode ser referido como suas rotinas, ou os padrões de práticas correntes e aprendizagem”.

As posições dos ativos são “suas específicas dotações correntes de tecnologia, propriedade intelectual, ativos complementares, base de clientes e suas relações externas com fornecedores e complementors”.

Trajetórias são “as alternativas estratégicas disponíveis para a firma e a presença ou ausência de retornos crescentes e contínua dependência de trajetórias”. Destaca-se que processos e posições coletivamente circundam suas competências e capacitações (Teece, Pisano e Shuen, 1997, p. 518)

Os processos gerenciais e organizacionais têm três papéis: coordenação/integração (conceito estático); aprendizagem (conceito dinâmico) e reconfiguração (conceito transformacional).

³⁰ Teece, Pisano e Shuen (1997, p. 518) declaram que “competências e capacitações são ativos intrigantes visto que eles tipicamente devem ser construídos porque eles não podem ser comprados”.

A coordenação/integração das atividades dentro da firma é realizada pelos gestores e não pelo sistema de preços da economia. Identificar quanto eficiente é imprescindível.

Assim, algumas pesquisas empíricas apóiam “a noção de que o modo que a produção é organizada pela administração dentro da firma é a origem de diferenças nas competências das firmas em vários domínios”.

Além disso, “processos organizacionais freqüentemente exibem altos níveis de coerência e, sendo assim, replicação pode ser difícil por que isto requer mudança sistêmica por toda a organização e também entre ligações interorganizacionais, as quais podem ser muito difíceis de efetuar”. (idem, p. 519)

A aprendizagem, que possivelmente é mais importante que integração, “é um processo pelo qual repetição e experimentação permitem que tarefas sejam desempenhadas melhor e rapidamente. Isto também permite que novas oportunidades de produção sejam identificadas”. Dentre suas características chaves, aprendizagem “envolvem habilidades tanto organizacionais quanto individuais”. Além disso, “o conhecimento organizacional gerado por tais atividades reside em novos padrões de atividades, em ‘rotinas’, ou uma nova lógica da organização. [...] O conceito de capacitações dinâmicas como um processo de gestão coordenativa abre as portas para o potencial de aprendizagem interorganizacional”. (ibidem, p. 520)

Com relação à reconfiguração, tendo em vista ambientes de rápidas mudanças, “há obviamente valor na habilidade para sentir a necessidade de reconfigurar a estrutura de ativos da firma e executar a transformação necessária interna e externamente”. (Ibidem)

Conforme Teece, Pisano e Shuen (1997, p. 521), “a **posição estratégica** da firma é determinada não somente por seus processos de aprendizagem e pela coerência de seus processos e incentivos internos e externos, mas também por seus ativos específicos”. Como exemplo de ativos específicos tem-se plantas e equipamentos especializados. Dentre os ativos específicos da firma se incluem “seus ativos de conhecimento difíceis de comercializar e seus respectivos ativos complementares, bem como seus ativos reputacionais e relacionais. Tais ativos determinam sua vantagem competitiva em qualquer ponto do tempo”.

Os referidos autores identificam várias classes de ativos específicos:

- **Tecnológicos:** grande parte da tecnologia das firmas não é comercializada no mercado, em parte porque as empresas não estão dispostas a vendê-la e também em razão da dificuldade em transacioná-la no mercado. “Ativos tecnológicos podem ser ou não protegidos por instrumentos padrões de propriedade intelectual. [...] Proteção de propriedade e a utilização de ativos tecnológicos são claramente diferenciações-chave entre firmas” (p. 521);
- **Complementares:** “inovações tecnológicas requerem o uso de certos ativos relacionados para produzir e entregar novos produtos e serviços. Atividades prévias de comercialização requerem e habilitam firmas a desenvolver tais complementaridades” (idem);
- **Financeiros:** “No curto prazo, a posição de dinheiro em caixa e o grau de alavancagem podem ter implicações estratégicas” (idem);
- **Reputacionais:** “ativos reputacionais são melhores visualizados como um ativo intangível que permite as firmas alcançar vários objetivos no mercado. Seu principal valor é externo, visto que o que é crítico em relação à reputação é que isto é um tipo de resumo estatístico sobre as posições e os ativos correntes da firma e seu provável comportamento futuro” (idem);
- **Estruturais:** “o grau de hierarquia e o nível de integração vertical e lateral são elementos de estrutura específica da firma. Distintivos modos de governanças [governance] podem ser reconhecidos [...] e esses modos apóiam diferentes tipos de inovação para um grau maior ou menor” (idem, p. 521/522);
- **Institucionais:** “ambientes não podem ser definidos em termos do mercado isoladamente. [...] As próprias instituições são elementos críticos do ambiente de negócios”. Por exemplo, sistemas regulatórios, regimes de propriedade intelectual, leis antitrustes etc. (idem, 522)
- **Mercados (estrutura):** “posições do produto no mercado importam, mas não são frequentemente em tudo determinadores da posição fundamental do empreendimento em seu ambiente externo [...] frequentemente parecem melhores do que são”. Não obstante, o desempenho da firma está enraizado nas competências e capacitações e moldadas pelas posições e trajetórias (idem);

- **Limites organizacionais:** “limites não são somente significantes com respeito aos ativos tecnológicos e complementares contidos interiormente, mas também com respeito à natureza da coordenação que pode ser alcançada internamente quando comparada diretamente aos mercados”. Arranjos puros de mercado podem expor as partes a riscos de recontrato e de apropriabilidade. “Estruturas de controle hierárquico podem trabalhar melhor que os puros contratos à distância [arms-length]” (idem).
- **Perspicácia (*acumen*) política³¹:** definida como “a habilidade para influenciar políticas públicas de maneira que conferem uma vantagem competitiva”. Ademais, “habilidades políticas são recursos valoráveis e inimitáveis que podem ser usados para neutralizar, promover ou, por outro lado, administrar as clientelas externas”. (Russo e Fouts, 1997)

Contudo, os ativos específicos estruturais, institucionais e limites organizacionais podem ser agrupados dentro de uma discussão sobre arranjo institucional e mecanismos de governança. Portanto, destaca-se, conforme Coriat e Dosi (2002, p. 52), que “as teorias evolucionárias de mudança econômica finalmente começam a reunir análises institucionalmente embutidas de incentivos de governança” – numa discussão mais aprofundada e expansiva que na teoria dos custos de transação (TCE). Esse assunto será encaminhado mais adequadamente no próximo capítulo, especialmente vinculado às comunidades florestais e à certificação ambiental.

Além disso, Russo e Fouts (1997) realçam que dois ativos específicos intangíveis da firma podem levar ao aumento dos lucros tendo em vista o melhor desempenho ambiental. Isto é importante, visto que provavelmente, como se verá mais adiante, esses ativos são fundamentais para a construção/manutenção das vantagens competitivas das comunidades florestais, em particular na Amazônia.

O primeiro ativo intangível estratégico relacionado ao bom desempenho ambiental é a **reputação**, já que a reputação pela liderança em negócios ambientais, aumentará as vendas entre os consumidores que são sensíveis às questões ambientais.

³¹ Ativo específico relevante do ponto de vista ambiental, incorporado a partir de Russo e Fouts (1997).

De acordo com Russo e Fouts:

Quando uma firma desenvolve uma política ambiental, deve também desenvolver uma reputação para aquela política, desde que tal reputação seja ela mesma uma origem de vantagem de mercado. Observamos tal ligação entre reputação-lucro em negócios mundiais. Firmas da ARCO à Procter & Gamble geralmente creditam parte de seus lucros para uma reputação em razão de um comportamento pró-ambiente incorporado. [...] Uma reputação ambiental deve ser desenvolvida sobre topo de uma reputação geral pela qualidade. Uma vez obtida, uma reputação pró-ambiente é ela mesma um recurso [ativo] valorável inimitável. Haagen-Dazs não pode comprar a reputação da Ben & Jerry, nem pode efetivamente replicar aquela reputação no curto prazo. (Idem)

Obviamente que a reputação não provém apenas da incorporação de certos atributos (pró-ambiente, responsabilidade social etc.), mas também da posse de determinada marca da organização. Grant (1991) destaca que a vantagem competitiva proporcionada pela reputação pode ser mais duradoura, pois esta “mostra-se depreciar comparativamente demorada, e esses ativos podem normalmente ser mantidos por modestas taxas de investimento de reposição” (p. 124).

O outro ativo intangível estratégico relacionado aos lucros advindos do bom desempenho ambiental é a perspicácia (*acumen*) política da organização, que é definida como “a habilidade para influenciar políticas públicas de maneira que conferem uma vantagem competitiva”. Ademais, “habilidades políticas são recursos [ativos] valoráveis e inimitáveis que podem ser usados para neutralizar, promover ou, por outro lado, administrar as clientelas externas”. (Russo e Fouts, 1997) Claramente tais ativos relacionam-se às competências e capacitações dinâmicas da organização.

Trajetórias

A noção de que a “história importa”, ao contrário do pensamento convencional, traz para o primeiro plano a discussão sobre a dependência de trajetória como balizadora das mudanças econômicas. Conforme Teece, Pisano e Shuen (1997, p. 522), “onde uma firma pode ir é uma função de sua posição corrente e das trajetórias adiante. Sua posição corrente é frequentemente moldada pela sua trajetória passada”. Portanto, “prévios investimentos da

firma e seu repertório de rotinas (sua ‘história’) constroem seu comportamento futuro” (p. 522/523).

De acordo com Burlamaqui e Proença (2003, p. 84), “a inovação defensável competitivamente é, tipicamente, aquela que mais “carrega passado” — aquela que implica maior nível de comprometimento com uma determinada trajetória, mas que, como contrapartida, pode se revelar mais sensível a mudanças no ambiente”.

Ainda segundo os autores,

as decisões de elevado comprometimento estratégico implicam seguir determinado leque possível de trajetórias, e abandonar definitivamente outros percursos. Implicam apostar em determinadas possibilidades para determinados prazos, e assumir as consequências dos importantes efeitos culturais e políticos que terão na organização. Podem implicar a destruição de valor gerado pela situação presente de recursos. Podem conter em seu acerto ou erro a possibilidade da empresa sobreviver ou não às mudanças ambientais. E estão na gênese do fenômeno de “dependência em relação à trajetória”. (p. 97)

Ou seja, “o dilema do inovador aparece quando fica claro que, ao inovar, uma firma pode, justamente, soprar o vento da “destruição criadora” na direção mesma dos pilares que sustentam sua existência e seu sucesso”. (Idem, p. 103)

Conforme Teece, Pisano e Shuen (1997), “a importância da dependência de trajetória é amplificada onde as condições para adoção de retornos crescentes existem. Isto é um fenômeno do lado da demanda [*demand-side*] e tende a fazer tecnologias e os produtos que incorporam essas tecnologias mais atrativas quanto mais elas são adotadas” (p. 523). Não obstante, os retornos crescentes relacionados à adoção de tecnologias originam-se de vários fatores, como por exemplo, redes de externalidades, a presença de ativos complementares, aprender-usando (*learning by using*) e economias de escala de produção e distribuição. Assim, a “competição entre e intra-tecnologias é moldada pelos retornos crescentes” (ibidem).

A discussão sobre a dependência de trajetória ganha maior significado quando se considera a questão das oportunidades tecnológicas industriais. As atividades industriais são em grande parte constrangidas, devido suas oportunidades tecnológicas, as quais são, em geral, funções retardadas do fomento e da diversidade da ciência básica. Agora, o que se quer ressaltar é que as oportunidades tecnológicas não são completamente exógenas à indústria,

uma vez que são freqüentemente alimentadas pela própria atividade inovadora das firmas, noutras palavras, as oportunidades tecnológicas são “afetadas pelas estruturas organizacionais que ligam as instituições engajadas na pesquisa básica (primariamente a universidade) para o empreendimento dos negócios. [...] a existência de oportunidades tecnológicas pode ser completamente específica da firma” (ibidem, p. 523/524).

Conforme a abordagem das capacitações dinâmicas, os parâmetros de avaliação do desempenho das firmas reportam-se claramente à origem da vantagem competitiva, ou seja, às competências e capacitações das firmas. Estas, por sua vez, se apóiam nos processos organizacionais das organizações, que são moldadas pelas posições de seus ativos específicos e por sua trajetória evolutiva. Dessa forma, as rendas fluem não somente da estrutura de ativos da organização e do seu grau de imitabilidade, mas também da habilidade da organização para reconfigurar e transformar sua coleção de ativos. (Ibidem)

Segundo Teece, Pisano e Shuen (ibidem), as “competências somente podem providenciar vantagem competitiva e gerar rendas se elas estiverem baseadas sobre uma coleção de rotinas, habilidades e ativos complementares que sejam difíceis de imitar” (p. 524).

Apesar disso, para entender a imitação, deve-se primeiro entender o que é replicação. “Replicação envolve transferência ou reorganização das competências de um contexto econômico concreto para outro. Desde que o conhecimento produtivo está incorporado, isto não pode ser executado pela simples transmissão da informação”. Portanto, “replicação e transferência são geralmente impossíveis sem a transferência de pessoas, embora isto possa ser minimizado se investimento são feitos para converter conhecimento tácito em conhecimento codificado. Muitas vezes, no entanto, isto é simplesmente impossível”. (ibidem, p. 525)

Por outro lado, “a imitação é simplesmente a replicação executada por um competidor. Se a auto-replicação é difícil, a imitação é também provavelmente difícil. Em mercados competitivos, é a facilidade de imitação que determina a sustentabilidade da vantagem competitiva. Facilidade na imitação implica na rápida dissipação das rendas”. (ibidem, p. 526)

Destaca-se que quanto mais tácito for o conhecimento produtivo da organização, mais difícil será sua replicação/imitação. Além disso, sistemas de proteção da propriedade intelectual, tais como patentes, marcas registradas, direitos autorais etc., cada vez mais

sofisticados, servem justamente para impedir a imitação de competências/capacitações nos vários setores industriais, especialmente nos países mais avançados.³²

Desnecessário dizer, porém, que não se deve superestimar a importância da proteção da propriedade intelectual. Segundo Buainain e Carvalho (2003, p. ?),

as condições de apropriação e valorização dos ativos intangíveis variam conforme sua natureza e conforme a estrutura de mercado onde o conhecimento será utilizado. A natureza e o tipo da tecnologia condicionam, em primeiro lugar, a opção e a eficácia das várias formas de proteção (patentes, marcas, direitos autorais, proteção de cultivares, segredos ou a combinação desses) como instrumento de apropriação e valorização econômica dos ativos [...] O ambiente concorrencial no qual as empresas operam também condiciona a gestão dos intangíveis. Em estruturas de mercado oligopolistas, grandes empresas líderes convivem com pequenas, as quais ocupam segmentos e nichos de amplitude local, regional ou com especificidades cujas características não interessam ou não compensam para as líderes. A valorização dos ativos tende a apoiar-se na publicidade para fixar marcas e características dos produtos, no esforço de vendas e no contínuo lançamento de novos produtos e ou versões do mesmo produto.

Todavia, de acordo com os autores citados acima, “como função estratégica a propriedade intelectual pode ser um fator de barganha para acesso ou abertura de mercados específicos, ou seja, o ativo intangível de propriedade intelectual funciona como um ticket para entrar no jogo”.

Nesse sentido, outra função estratégia relaciona-se à aquisição de ativos intangíveis específicos complementares – especialmente os complexos e de alto custo de inovação – de empresas existentes mediante as incorporações, fusões, empreendimentos conjuntos e outras associações colaborativas, cujos objetivos correspondem a processos de expansão doméstica e estrangeira. (Buainain e Carvalho, 2003; Lockett e Thompson, 2001)

Conforme a abordagem das capacitações dinâmicas, a apropriabilidade das rendas geradas pela vantagem competitiva está relacionada à facilidade/dificuldade da imitação do conhecimento produtivo. Assim, a apropriabilidade é uma função tanto da facilidade de replicação quanto da eficácia dos direitos de propriedade intelectual em impor barreiras. Ou seja, a apropriabilidade será forte se a tecnologia em questão for difícil de replicar e o sistema

³² Para uma discussão sobre patentes, ativos do conhecimento e vantagem competitiva, ver Andersen (2003).

de proteção legal, for eficaz na imposição de barreiras à imitação. Caso contrário, a apropriabilidade será fraca. Claro que existem também situações intermediárias. (Teece, Pisano e Shuen, 1997)³³

2.3. As capacitações dinâmicas das comunidades florestais e a certificação ambiental

Um primeiro aspecto a ressaltar na discussão sobre estratégias competitivas é a percepção de que a própria sobrevivência na dinâmica concorrencial capitalista é um indicador de uma competência distintiva. Ora, o estudo da manutenção de extrativistas em torno das RESEX e seus posteriores desdobramentos pode identificar a chave de tal competência. Portanto, o que se propõe é um novo enfoque sobre as atividades produtivas das comunidades florestais no sentido de relacionar suas capacitações dinâmicas à obtenção de vantagens competitivas sustentáveis mediante práticas estratégicas – incluindo neste contexto a certificação ambiental.

A abordagem das capacitações dinâmicas enfatiza que as vantagens competitivas alcançadas pelas organizações advêm de seus processos gerenciais e organizacionais, moldados pelas posições de seus ativos específicos e pela evolução de suas trajetórias disponíveis. Dessa forma, buscar-se-á identificar dentro das organizações conformadas pelas comunidades florestais as capacitações/competências distintivas que podem ser traduzidas em vantagens competitivas.

Olhando a trajetória do extrativismo vegetal e os produtos oriundos ao longo do tempo, percebe-se que a competência central das comunidades florestais da Amazônia pode ser identificada como a extração de matérias-primas florestais não-madeireiras, cuja vantagem competitiva foi evidenciada no período áureo do ciclo da borracha, em fins do século XIX. Tal vantagem pode ser traduzida na exclusividade da oferta dessa matéria-prima para a indústria produtora de artefatos de borracha. Além disso, alta qualidade física da borracha produzida

³³ Como foi realçado anteriormente na discussão sobre a posição dos ativos específicos (limites organizacionais), no tocante à apropriabilidade não se pode ignorar a questão do oportunismo. Segundo Mahoney (2001), alguns trabalhos seminais em VBR ignoram essa questão. Conforme Williamson, “o mundo não deveria ser organizado para a vantagem do oportunista contra aqueles que são mais inclinados em manter suas promessas”. (apud Mahoney, 2001, p. 654)

nos seringais da região acreana era uma vantagem competitiva adicional para aqueles que produziam nessa área.

Em sua trajetória, da segunda metade do século XIX até os anos 1970 do século XX, o extrativismo vegetal esteve engessado pelas perniciosas relações sociais da economia do aviamento, cuja característica essencial era a total subordinação do seringueiro ao patrão (seringalista).³⁴

O resultado desse processo do ponto de vista da inovação foi que praticamente não houve progresso tecnológico no sistema de produção extrativista na região amazônica, uma vez que os lucros do seringalista advinham muito mais da exploração direta das trocas do que do processo produtivo em si e, portanto, não tinha o menor interesse em modernizar a extração do látex. Ou seja, esse sistema “simplesmente” não evoluiu.³⁵

Dessa forma, os extrativistas perderam suas vantagens competitivas já no início do século XX, uma vez que suas competências na produção do látex foram imitadas pelos competidores asiáticos. Além disso, com a derrocada do extrativismo da borracha na Amazônia, a diversificação produtiva efetuada na direção da produção de castanha-do-Pará (atualmente denominada de castanha-do-Brasil), utilizando-se das competências existentes, não foi suficiente para conter a desarticulação do sistema extrativista na região. Ora, faltavam ainda inovações complementares.

Todavia, na década de 1970, o movimento de resistência seringueiro contra a expulsão dos seringais de origem inscreve o início da construção de uma nova capacitação/competência dos extrativistas que está no cerne de sua sobrevivência, constituindo-se num dos principais ativos intangíveis específicos dessa comunidade florestal: a perspicácia política.

Esse ativo constitui-se claramente numa capacitação dinâmica, uma vez que representa a habilidade desta organização em alcançar novas formas de vantagem competitiva. Além disso, seu caráter estratégico é evidente, visto que foi construído, moldado dentro da trajetória das atividades extrativistas. Portanto, tal ativo intangível não pode ser comprado no mercado.

³⁴ Nesse sistema, o patrão adiantava os mantimentos e equipamentos básicos, a preços aviltantes, para o seringueiro, enquanto este pagava seu débito com a produção de borracha. O saldo dessa transação sempre era amplamente favorável ao patrão.

³⁵ Cf. Maciel (2003)

Ora, a perspicácia política dos extrativistas conseguiu desenvolver inovações no processo gerencial e organizacional das organizações humanas na floresta, renovando as capacitações e competências existentes nas comunidades extrativistas que, em última instância, culminou na implantação das RESEX. Eis algumas evidências:

- Integração das atividades internas das comunidades com as externas por intermédio de alianças e parcerias estratégicas, como por exemplo, com o movimento ambientalista em nível mundial;
- Incentivo ao processo de aprendizagem da população extrativista mediante a implantação de cursos, treinamentos, capacitações etc.
- Implantação de projetos pilotos na busca de novas alternativas produtivas ou mesmo de modernização dos produtos/processos existentes;
- Criação de conselhos, associações e cooperativas;
- Beneficiamento de alguns produtos;
- Incentivo à diversificação produtiva, etc.

Talvez as RESEX simbolizem materialmente o resultado dessa competência distintiva das comunidades florestais, uma vez que demonstra a extrema habilidade desse povo de adaptação, integração e reconfiguração das competências existentes, ou seja, as RESEX podem ser vislumbradas como um processo de reinvenção do extrativismo vegetal sobre novas bases, enfim, uma inovação.

Não obstante, no bojo desse processo foi sendo construído outro ativo intangível que cada vez mais se torna primordial na obtenção de vantagens competitivas: a reputação. A imagem da comunidade extrativista ao longo do processo de luta pela posse da terra e pela manutenção da floresta cada vez mais se cristaliza como sinônimo daquilo que é ético e ambientalmente correto. Atualmente comercializar um produto de origem de comunidade florestal representa antes de mais nada ter responsabilidade sócio-ambiental. Além disso, comprar um produto oriundo dos seringueiros da Amazônia, em particular do Acre, significa comprar um símbolo, uma marca, fruto de todo um processo de resistência contra a degradação sócio-ambiental, além de sua qualidade inerente por ser um produto natural.

Russo e Fouts (1997) enfatizam que a posse desses dois ativos intangíveis distintivos – perspicácia política e reputação – sugere que o melhor desempenho ambiental aumentará a capacidade de fazer dinheiro, ou seja, de aumentar o poder de compra. Ora, as RESEX exprimem a combinação de tais ativos distintivos, constituindo-se numa capacitação dinâmica das populações extrativistas, podendo ser evidenciada como ***um tipo de certificação ambiental florestal oficial***.

Contudo, mesmo com a implementação das RESEX, os extrativistas dessas áreas ainda continuaram com dificuldades de fazer dinheiro, a partir das atividades produtivas extrativas, embora sirva como excelente bilhete de entrada em alguns nichos de mercados. Somente a criação das RESEX, em si, não seria suficiente para a manutenção das famílias e, conseqüentemente, da sustentabilidade dessa estratégia competitiva.

Essa asserção faz sentido quando se leva em consideração a trajetória tecnológica do extrativismo. Se o extrativismo vegetal praticamente não evoluiu ao longo do tempo, não será a criação da RESEX, por decreto, que magicamente resolverá a questão da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos desenvolvidos pelos extrativistas.

Assim, a certificação ambiental florestal via RESEX tem que ser encarada com um ato contínuo e, claro, cumulativo, dentro da trajetória tecnológica do extrativismo. O fortalecimento dessa estratégia virá mediante a introdução de inovações complementares dentro ambiente interno das RESEX, ou seja, junto às competências centrais das famílias extrativistas. As inovações implementadas a partir do Couro Vegetal e das Ilhas de Alta Produtividades são endereçadas nessa direção. A complementaridade/cumulatividade das inovações é fundamental na geração de assimetrias e, obviamente, na garantia da sustentabilidade das estratégias competitivas, além da apropriabilidade das rendas auferidas na comercialização dos produtos.

Obviamente que a chave para o fortalecimento das RESEX está justamente nas capacitações dinâmicas dos extrativistas, na habilidade desse povo em desenvolver novas e inovadoras formas de vantagens competitivas. Vale notar que isto se relaciona diretamente com o fortalecimento do arranjo institucional em torno da produção extrativista, responsável pela criação da própria RESEX.

A capacidade de influenciar as políticas públicas está no cerne da obtenção de vantagens competitivas. Como evidenciado acima, a perspicácia política é um dos ativos

distintivos dos extrativistas. Destaca-se que as comunidades florestais influenciam diretamente as políticas públicas nas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) a partir de seus representantes, oriundos das próprias comunidades, como, por exemplo, a ministra do meio ambiente brasileiro, Marina Silva.

Portanto, no processo de valorização das RESEX e dos produtos de origem extrativista, no estado do Acre, ressalta-se a implantação, no final dos anos 1990, de duas políticas públicas estaduais extremamente relevantes na construção de diferenciais competitivos para as comunidades extrativistas: a denominada Lei Chico Mendes, consolidada em um subsídio estadual, que contribui para a elevação do preço pago pela borracha produzida na região acreana; e o programa de fortalecimento da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, que culminou na introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo deste produto – inclusive com o desenvolvimento da castanha certificada, que será analisada no estudo de caso do presente trabalho.

Destarte, percebe-se uma estreita ligação entre as capacitações/competências organizacionais dos extrativistas e as estruturas específicas de governança, esboçadas nos arranjos institucionais, como fonte e captura de riqueza e, conseqüentemente, de vantagens competitivas. A discussão sobre arranjo institucional e certificação ambiental carece de maior acuracidade para um melhor entendimento dessa questão e será encaminhado no próximo capítulo.

3. ARRANJO INSTITUCIONAL, CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E AS COMUNIDADES FLORESTAIS

O objetivo do presente capítulo não é de forma alguma fazer uma revisão aprofundada sobre as abordagens de diversas matizes que enfocam as instituições dentro da teoria econômica. Mas, evidenciar a importância das instituições, em particular sob o pensamento evolucionário/neoschumpeteriano, para a efetiva manutenção das comunidades florestais e, claro, do meio ambiente, na construção de diferenciais competitivos, articulando com as discussões propostas em torno da certificação ambiental.

O capítulo está dividido assim: no tópico 3.1, faz-se uma discussão sobre o conceito de instituições, evidenciando que instituições importam no processo de mudança econômica, além de enfatizar o papel do arranjo institucional em torno desse processo; no tópico seguinte (3.2), segue uma breve discussão sobre mudança institucional na consecução do desenvolvimento sustentável, ressaltando-se a importância das restrições não econômicas, principalmente no tocante às regiões florestais comunitárias; no item 3.3, faz-se uma avaliação dos impactos da certificação ambiental junto às comunidades florestais, enfatizando-se o papel do arranjo institucional na criação de assimetrias; e, no tópico 3.4, discute-se qual sistema de certificação é mais adequado aos produtores das RESEX.

3.1 – Visão geral sobre instituições e o pensamento evolucionário: a importância da mudança institucional

Várias abordagens discutem cada vez mais a importância das instituições em suas análises dos fenômenos econômicos, independente da filiação teórica, seja ortodoxa ou heterodoxa. Por um lado, o que chama a atenção é que o chamado “velho” institucionalismo, agora revigorado pelo neo-institucionalismo, surgiu vinculado ao pensamento heterodoxo, se opondo frontalmente aos pilares fundamentais do pensamento econômico neoclássico: a noção de equilíbrio, o comportamento maximizador e a racionalidade substantiva. Por outro lado, algumas abordagens institucionalistas recentes, como a Nova Economia Institucional (NEI),

que surgiu flertando com a heterodoxia, cada vez mais é identificado como filiado a uma versão “mais branda” do *mainstream* neoclássico. (PONDÉ, 2004; CONCEIÇÃO, 2002; PESSALI E FERNÁNDEZ, 1999)

Conforme Conceição (2002), as divergências entre teóricos do pensamento neo-institucional e da NEI seriam praticamente inconciliáveis, uma vez que para os primeiros persistem ainda sérios antagonismos em relação ao *mainstream* e que, para os últimos, suas concepções seriam complementares ao pensamento convencional. Nesse sentido, até o caráter “institucionalista” da NEI, em particular da Teoria dos Custos de Transação, é criticado por Muller (1993) em sua afirmação de que

a ortodoxia na verdade nunca excluiu o aspecto institucional da estrutura dos sistemas econômicos, mas havia considerado apenas um de seus componentes até o momento: o mercado. O que a TCT fez foi não mais que acrescentar um outro, a firma, ao cenário de análise, mas ainda com severas limitações. (apud Pessali e Fernández, 1999, p. 11)

No cerne dessas divergências está a definição de “instituição”, cujo termo, de acordo com Conceição (2002, p. 136), “encobre uma grande variedade de coisas que vão desde normas, leis, comportamentos até organizações, firmas e o próprio mercado”. Desse modo, o comentário de Mäki (1993) é pertinente: “é muito mais fácil insistir para se tomar seriamente as instituições como parte dos domínios da teoria econômica do que oferecer uma definição precisa, não ambígua, e ao mesmo tempo suficientemente rica e restrita, do conceito de instituição” (apud Pondé, 2004, p. 3).

Diante da grande variedade de definições na literatura, em suas diversas matizes teóricas, Pondé (2004) buscou reunir elementos básicos para um conceito mínimo de instituição, sendo identificado os seguintes elementos: as regularidades nas ações e interações sociais; seu caráter socialmente construído; e seu papel no ordenamento ou organização das atividades e processos econômicos. Definindo esses elementos em forma de conceito, tem-se:

instituições econômicas são regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico (p. 5).³⁶

³⁶ Como toda definição, algumas ressalvas são apresentadas em Pondé (2004, p. 5 e 6).

A intenção de Pondé é de que esse conceito pode servir como uma espécie de “guarda-chuva” conceitual para uma ampla gama de autores, obviamente incitando o debate. Além disso, em virtude da consecução de uma maior clareza de cada abordagem teórica, o autor propõe fazer uma distinção entre três diferentes dimensões ou “pilares” das instituições: o regulativo, o normativo e o cognitivo.

O pilar *regulativo* é definido por Scott (1995, p. 35) como envolvendo os processos sociais pelos quais são estabelecidas regras de comportamento, efetuado o monitoramento do seu cumprimento e introduzidas sanções - na forma de recompensas e punições - de maneira a influenciar as condutas para direções determinadas. Estão envolvidos aqui tanto “mecanismos informais e difusos (...) tais como se afastar de transgressores ou levá-los a se envergonharem” quanto mecanismos “altamente formalizados e designados para atores específicos, como a polícia e os tribunais” (p. 33). (PONDÉ, 2004, p. 7)

Conforme Pondé, esta dimensão pressupõe racionalidade instrumental e auto-interesse dos agentes econômicos. Dessa forma, observa-se que a maioria dos trabalhos da ortodoxia neoclássica focaliza o estudo das instituições exclusivamente no pilar regulativo mediante análises de estrutura de incentivos econômicos presentes no mercado.

O pilar *normativo* está associado a “regras que introduzem uma dimensão relacionada a prescrições, avaliações e obrigações na vida social” (ibidem, p. 37) e se materializa por meio de “valores” e “normas” - definidos, respectivamente, como “concepções do preferido ou do desejável, junto com a construção de padrões aos quais os comportamento ou estruturas existentes podem ser comparados e avaliados”, e especificações de “como as coisas devem ser feitas (...) [definindo] meios legítimos para perseguir fins válidos” (p. 37). Os valores e normas podem se aplicar a todos os membros da sociedade ou a apenas alguns indivíduos e grupos, assumindo um caráter especializado que permite a definição de papéis sociais, entendidos como “concepções de ações apropriadas para indivíduos particulares ou posições sociais especificadas” (ibidem, p. 38). (PONDÉ, 2004, p. 7/8)

A diferença do pilar normativo para o regulativo está na estruturação de mecanismos de governança que guiarão o comportamento dos agentes econômicos, ao invés do auto-interesse, e que não podem ser reduzidos a procedimentos racionais de decisão, o que dificulta o tratamento deste pilar por abordagens do *mainstream*.

O pilar *cognitivo* das instituições tem seus elementos básicos nas “regras que estabelecem [para os atores relevantes] a natureza da realidade e as estruturas através das quais os significados são produzidos” (p. 40), ou seja, nos sistemas de símbolos, representações, crenças e categorias que constroem as diferentes maneiras pelas quais os agentes percebem e interpretam o mundo natural e social, identificam e classificam suas partes constitutivas, concebem as linhas de ação possíveis e executam as atividades a estas associadas. (PONDÉ, 2004, p. 8)

De acordo com Pondé (idem), “a dimensão cognitiva das instituições se estende às regularidades do comportamento social incorporadas em conhecimentos e rotinas aplicados em contextos mais específicos, inclusive no que se refere às articulações coletivas de capacitações que torna possíveis os processos de reprodução material das sociedades”. Desta forma, alguns trabalhos oriundos da abordagem evolucionária/neoschumpeteriana enfocam o pilar cognitivo, por exemplo, o seminal trabalho de Nelson e Winter (1982).

A consideração dos diferentes pilares das instituições se torna proveitosa em virtude de poder identificar as possíveis divergências/convergências nas diversas contribuições sobre a teoria econômica das instituições, além de um melhor enquadramento desta ou daquela visão sobre as contribuições das instituições sobre os fenômenos econômicos.

Para uma melhor operacionalização da definição mínima de instituição, anteriormente citada, Pondé (2004) declara a necessidade da definição de três níveis de análise³⁷:

1. Ambiente Institucional – “definido como o conjunto de ‘regras do jogo’ econômicas, políticas, sociais, morais e legais que estabelecem as bases para produção, troca e distribuição de uma economia capitalista”. (p. 11)
2. Organizações e Mercados³⁸ – “entendendo as primeiras como entidades institucionais que configuram agrupamentos de indivíduos cujos comportamentos estão subordinados a determinadas metas e objetivos definidos para esta coletividade específica (como, por exemplo, uma empresa privada ou uma universidade pública), e os segundos como os espaços institucionais nos quais se processam as interações entre compradores, vendedores e competidores”. (idem)

³⁷ Desnecessário dizer que as análises referidas conformam-se dentro de uma economia de mercado, ou seja, supõe-se que as instituições básicas capitalistas já estão dadas.

³⁸ Denominado por Oliver Williamson como estruturas ou mecanismos de governança.

3. Padrões, regras ou disposições comportamentais – “imputados a indivíduos ou a grupos de indivíduos que não constituem uma organização na definição acima, nem se articulam em uma estrutura que os capacite a serem considerados parte do ambiente institucional”. (p. 11/12)

Apesar disso, conforme Pondé (idem) pode-se fazer um recorte específico no segundo nível de análise. Destaca-se que esse recorte é importante para o presente trabalho, pois será usado para um maior detalhamento das discussões a seguir, sobre a certificação ambiental e as comunidades florestais. Assim, no contexto das organizações e mercados,

o termo arranjo institucional pode ser utilizado em um sentido específico e, em princípio, aplicável em qualquer um dos níveis de análise acima, configurando unidades funcionais, ou seja, segmentos da tessitura institucional cuja delimitação é feita por meio da identificação de uma funcionalidade específica na organização das atividades econômicas. Assim, no âmbito das instituições empresariais, a estrutura hierárquica de uma unidade produtiva é um arranjo institucional, assim como as relações entre trabalhadores e gerentes na linha de produção, ou ainda os contratos de compra de insumos em uso. (p. 12)

Além disso, o autor afirma que

os arranjos caracterizados em um certo nível do sistema institucional quase sempre são parte de arranjos definidos em um nível superior, na medida em que a funcionalidade das instituições em um sistema econômico com alto nível de coesão e interdependência entre as suas partes se apresenta como uma propriedade que reflete os dilemas de uma estrutura produtiva assentada em uma extrema divisão do trabalho, na qual uma relativa autonomização de atividades específicas e locais é acompanhada de um imperativo de integrá-las organicamente. (idem)

Percebe-se que o caminho proposto por Pondé está na ênfase de que “instituições importam”, ao invés de polemizar se essa ou aquela abordagem é ou não institucionalista. A discussão, desse modo, enfocaria uma abordagem neoclássica como oferecendo uma análise institucional. Todavia, na visão de um heterodoxo, tal análise seria caracterizada como reducionista – “caracterizada por uma excessiva restrição das suas hipóteses teóricas quanto às propriedades dos comportamentos dos agentes e sua interação, nos mercados ou fora deles” (idem, p. 16). Assim, o desafio dos teóricos heterodoxos é de desenvolver abordagens não-reducionistas dentro da teoria econômica.

Isso significa, antes de mais nada, supor que os comportamentos são moldados por instituições que apresentam significativa diversidade, de modo que as condutas e decisões contêm variados graus de racionalidade e deliberação, bem como diferentes procedimentos de interpretação de fatos julgados relevantes e busca das ações mais adequadas a um dado contexto ambiental. [...] A questão fundamental aqui é que a heterogeneidade dos arranjos institucionais não pode ser inserida na teoria pela mudança das restrições em um modelo de conduta invariante, mas - mesmo em comportamentos deliberados e racionais - deve ser constitutiva de distintos processos de formação de preferências, aquisição de informações/conhecimentos e procedimentos de decisão. Neste contexto, os pilares normativos e cognitivos das instituições devem receber uma atenção bem maior que a dispensada pelas incursões institucionalistas do *mainstream*. (Pondé, 2004, p. 16/17)

Ora, uma abordagem alternativa ao *mainstream* não necessariamente tem que centralizar suas análises sobre as instituições, embora fundamentais, como o fazem as abordagens denominadas institucionalistas. Destarte, Conceição (2002, p. 137), citando Nelson (1995), declara que “a instituição só tem sentido em um processo evolucionário, porque a enorme diversidade de coisas que se abrigam sob tal designação exige referência a uma ‘teoria de evolução institucional’ de forma a constituir um ‘processo’ de maneira plural, já que diferentes formas de instituição evoluem de maneiras diferentes”. Ademais, ele enfatiza que “o pensamento evolucionário munuiu o institucionalismo de poderoso instrumental teórico e analítico à compreensão do complexo processo de mudança tecnológica, que tem nas instituições um importante, mas não decisivo, fator de sustentação” (p. 138).³⁹

Para os evolucionários, conceitos como desenvolvimento, crescimento, inovação tecnológica e arranjo institucional são elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento e mudança tecnológica. Portanto, conforme Conceição (2002, p. 139),

a evolução de instituições relevantes para certa tecnologia ou indústria revela uma complexa interação entre ações privadas de firmas em competição, associações industriais, órgãos técnicos, universidades, agências governamentais, aparelho jurídico etc. A forma de evolução dessas instituições, em conjunto, influencia a natureza e a organização das firmas, explicitando o caráter diferenciado e histórico dos vários padrões de desenvolvimento.

³⁹ Claro que esta interação é possível em virtude de preceitos semelhantes utilizados pelas abordagens evolucionárias e institucionalistas (em particular as heterodoxas), como, por exemplo, ênfase no estudo de processos de mudanças econômicas em detrimento das análises de equilíbrio, além do tratamento de outras instituições e não somente as de mercado. Nesse último aspecto, mesmo a NEI, considerada complementar à ortodoxia do *mainstream*, supera algumas das limitações do pensamento neoclássico, uma vez que busca analisar os modos alternativos em que a atividade econômica é organizada/coordenada por intermédio das firmas e dos mercados.

De acordo com Pondé (2004, p. 18), para os evolucionários, o processo fundamental para o entendimento da operação de uma economia de mercado é a concorrência, “inclusive no que se refere à freqüente mudança de suas instituições”. Assim, “determinados arranjos institucionais têm papel relevante na criação de assimetrias competitivas entre firmas”.

Conforme Coriat e Dosi (2002), vários estudos comparativos realçam a influência do contexto institucional sobre os padrões de difusão de inovações organizacionais. Os autores ressaltam ainda que

se as ‘maneiras de fazer coisas’ exibem algumas invariâncias específicas para cada atividade (e.g. fazer aço, ou desenhar/produzir carros de luxo, ou buscar por novos anticorpos monoclonais [extrair produtos vegetais das florestas] etc.) independente da nação onde são empreendidas, então pode-se observar ‘vantagens comparativas’ devido precisamente às características institucionais daquela localização que [...] ‘torna fácil para fazer aquela coisa particular, naquela maneira particular’ e naquele local particular. (p. 71/72)

Do ponto de vista das comunidades florestais na Amazônia, destaca-se o arranjo institucional organizado para proteger e apoiar a acumulação de um conjunto distinto de competências organizacionais em torno das RESEX – cuja criação em si pode ser considerada uma inovação institucional –, ou seja, apoiando inovações em um distintivo modo de fazer coisas.

Não obstante, conforme Pondé (2004, p. 18),

As instituições empresariais se caracterizam por apresentar uma forte dimensão local, gerando uma diferenciação nas morfologias institucionais associadas a grupos relativamente circunscritos de agentes, que se manifestam nas formas pelas quais empresas específicas organizam suas atividades e relações com outros agentes nos mercados. Estas se tornam, assim, importantes condicionantes dos desempenhos das firmas e de suas posições competitivas frente a rivais existentes e potenciais, o que, por outro lado, abre a possibilidade de que sua modificação no tempo seja regida por processos vinculados aos determinantes da *concorrência*. Para tanto, é necessário conceber a mudança institucional como o resultado da introdução e difusão de inovações, governadas por uma racionalidade que podemos denominar de “capitalista” e configurando um processo de *evolução institucional*, na medida em que as interações entre os agentes não só preservam uma dada articulação de arranjos, mas também abrem oportunidade para que estes sejam modificados pelas ações daqueles, que atuam estrategicamente frente a seus interesses e objetivos. (Ênfase no original)

Ainda segundo o autor,

apontar a racionalidade capitalista como um componente essencial para uma teoria da mudança institucional envolve adotar duas proposições básicas. Por um lado, supõe-se que procedimentos de decisão sensíveis a uma avaliação capitalista de perdas e ganhos de lucratividade estão razoavelmente difundidos na economia, afetando de maneira significativa decisões quanto a preservar um determinado arranjo institucional ou substituí-lo por um alternativo. Por outro, assume-se que a efetiva compreensão dos mecanismos que regem estas decisões exige uma investigação dos critérios - de origem sistêmica - que condicionam as transformações das morfologias institucionais e decorrem, em última análise, da forma como o processo de concorrência se desenrola. (p. 20)

Portanto, de forma resumida, de acordo com Pondé (p. 21/22), a construção de explicações evolucionistas das instituições empresariais exige que:

- (i) tais instituições sejam descritas como uma população *de arranjos institucionais* incrustados nas firmas e suas relações nos mercados, cuja variedade é produzida por mecanismos de aprendizado e inovação. A mudança institucional pode, então, ser caracterizada como um processo evolutivo no qual a composição desta população é alterada ao longo do tempo;
- (ii) as causas do processo evolutivo observado sejam encontradas - ao menos em parte - na ação de *mecanismos de seleção*, que produzem uma “triagem consistente” no sentido de alterar o peso relativo de cada arranjo institucional em uma dada população. Tais mecanismos de seleção envolvem diferenças nas taxas de crescimento das firmas, ou ainda atividades de imitação e difusão de soluções institucionais bem-sucedidas;
- (iii) a consistência da ação dos mecanismos de seleção deve estar assentada na existência de relações sistemáticas entre a morfologia das instituições empresariais e a geração e preservação de assimetrias competitivas nas firmas, configurando o que poderíamos denominar - prosseguindo na analogia biológica - de *critérios de aptidão*. Isso implica que a funcionalidade dos arranjos institucionais deve ser expressa em algum tipo de *variável de eficiência* que permita ordená-los de acordo com o grau em que afetam positivamente os lucros e a capacidade de expansão das firmas que os contêm. (Ênfase no original)

Assim, percebe-se a necessidade de uma maior interação entre as abordagens neoschumpeterianas/evolucionárias e as institucionalistas na discussão sobre mudança institucional. Desse modo, devem-se incorporar as discussões sobre os aspectos culturais e éticos da sociedade, previstos fortemente nos “velhos” institucionalistas, bem como da necessidade de coordenação e controle das atividades produtivas no sistema econômico, evidenciados pela NEI, nos impactos que os arranjos institucionais podem provocar no desempenho das organizações no processo de mudança tecnológica frente ao ambiente concorrencial capitalista.

3.2 – *Mudança institucional, desenvolvimento sustentável e comunidades florestais*

O desafio do desenvolvimento sustentável, em especial em áreas florestais, está posto. Por um lado, cada vez mais o motor do sistema capitalista se torna transparente e é defendido fervorosamente. Conforme Cammack (2004), há um claro “sinais dos tempos”: a proliferação de recentes eventos (seminários, congressos, fóruns etc.) na América Latina – que abriga a maior floresta tropical do mundo – difunde um coro de vozes que clamam por “competitividade”, claramente associada ao fortalecimento das capacidades/capacitações do setor produtivo e, conseqüente, do desenvolvimento econômico dessa região.

Por outro lado, outro clamor, que não deixa de ser também “sinais dos tempos”, enfatiza a necessidade da efetiva sustentabilidade dos estilos de desenvolvimento nessa região, em particular das áreas florestais da Amazônia. O termo sustentabilidade engloba, entre outras, questões relacionadas à garantia de sustento e redução da pobreza das comunidades florestais, além da conservação ambiental, que historicamente foram relegadas ao segundo plano pelos modelos de desenvolvimento econômico, e seus respectivos arranjos institucionais, perpetrados pelo *mainstream* ao redor do mundo.

O desafio do desenvolvimento sustentável pressupõe uma mudança institucional que busque melhorar a competitividade produtiva das regiões florestais, sem se pautar exclusivamente pela racionalidade econômica, ou seja, há necessidade de arranjos institucionais que moldem processos produtivos economicamente eficientes, embora restringidos por condicionantes sócio-ambientais.

Claro que essa orientação contraria decisivamente os preceitos do *mainstream*, uma vez que para estes a correção das falhas (insustentabilidade) relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico estaria na criação de condições, mediante arranjos institucionais, para a manutenção e fortalecimento dos mecanismos de mercado. Entretanto, de acordo com Romeiro (1999, p. 10),

há um reconhecimento generalizado de que não é possível tratar a problemática ambiental apenas através desses instrumentos (chamados de econômicos), sendo necessário uma intervenção permanente dos poderes públicos através do que se convencionou chamar de instrumentos de comando e controle. Cabe assinalar, entretanto, que as políticas ambientais alternativas, baseadas em instrumentos de comando e controle ou na combinação dos dois tipos de instrumentos, são consideradas pelo *mainstream* como *second best policies*, necessárias apenas em função dos problemas operacionais que as soluções ideais apresentam.

A certificação ambiental surge justamente como resultado de arranjos institucionais construídos ou moldados para viabilizar processos produtivos sustentáveis – economicamente eficientes, socialmente justos e ambientalmente prudentes – na dinâmica concorrencial capitalista. No tocante ao ambiente florestal, surgem alguns tipos de arranjos institucionais e seus respectivos certificados/selos que atestam a ocorrência do manejo florestal sustentável de determinada exploração econômica da floresta.

Não obstante, a certificação ambiental somente será efetiva, no caso de comunidades florestais, especialmente na Amazônia, se for pautada por restrições não-econômicas, uma vez que deixado ao sabor do mercado, atenderá apenas aos interesses daqueles que têm poder de barganha.

Nesse sentido, cabe averiguar como ficam as restrições relacionadas à garantia de sustento e redução da pobreza em torno das populações florestais, nos arranjos institucionais desenhados para a implementação da certificação de produtos de origem florestal, já que a consideração de constrangimentos não-econômicos se torna cada vez mais premente quando se fala em desenvolvimento sustentável.

Conforme Romeiro (2002, p. 13),

Como assinalado por Gorz (1991), as sociedades modernas nasceram precisamente da abolição de todos os prévios constrangimentos não econômicos (religioso, cultural, estético e social) sobre a racionalidade estritamente econômica. Entretanto, a estabilização do consumo global de energia e matéria-prima, bem como manter a escala de atividades humanas compatíveis com a capacidade de suporte do planeta, opera contra a presente lógica da acumulação de capital e seus correspondente estilo de vida.

Além disso, quando as novas estratégias de desenvolvimento do Banco Mundial⁴⁰ induzem ao abandono de sistemas tradicionais – por exemplo, a produção de borracha na Amazônia – pelos sistemas modernos, como é o caso da promoção do manejo madeireiro “sustentável”, ignoram peremptoriamente a importância da dimensão institucional cognitiva. Essa dimensão pode ser realçada dentro de uma política cultural pela identidade, ou seja, “o clamor pela igualdade e sustentabilidade é uma luta pela diversidade, pelo direito de *ser diferente*. É o direito à singularidade e à autonomia frente ao forçamento da universalidade imposta por uma globalização dominadora”. (LEFF, 2001, p. 12 – Ênfase no original)

3.3 – Arranjo institucional, certificação ambiental e comunidades florestais

A rotulagem ambiental de produtos está cada vez mais presente no cotidiano das famílias, empresas e setores industriais da sociedade, em geral, e, mais enfaticamente, em torno das atividades econômicas florestais.

Os programas de rotulagem ambiental são freqüentemente identificados com uma espécie de Selo, comumente chamado de “verde”, “ecológico”, “ambiental” etc., que certifica algum aspecto ambiental relevante, submetido ao atendimento de certas regras ou padrões exigidos.

Vale notar que a maioria dos programas de rotulagem ambiental segue as normas estabelecidas pela Organização Internacional para Padronização (*International Organization for Standardization - ISO*). Ademais, quando se trata da gestão ambiental dentro de empresas, a série ISO 14.000 trata justamente das normas e padrões adequados a esse ambiente.

Os principais tipos de certificação são descritos na tabela 2.

Tabela 2 - Tipos de certificação relevantes

Tipos de certificação	Definição, monitoramento e sanção das regras/padrões
Primeira parte	própria organização (auto-declaração)
Segunda parte	associação de organizações da mesma indústria
Terceira parte	frequentemente por organismo independente
Quarta parte	governamental

⁴⁰ Cf. Stiglitz (1998)

Dentre os produtos florestais, dois tipos de certificação ambiental são mais utilizados, as auto-declarações – frequentemente utilizadas pelas cooperativas de produtores das matérias-primas florestais e nos produtos finais processados pelas empresas que as consomem – e os sistemas de certificações ambientais de terceira parte. Contudo, a menção de que um produto tem origem em Unidades de Conservação, por exemplo, das RESEX, frequentemente é confundida como uma auto-declaração, quando na verdade é um tipo de certificação ambiental governamental.

Por outro lado, destaca-se que os sistemas de certificação ambiental de terceira parte mais relevantes para as comunidades florestais são: os programas de certificação florestal (por exemplo, *Forest Stewardship Council* – FSC); programas de certificação social (por exemplo, *Fair Trade Labelling Organization* – FLO); programas de Certificação Orgânica (por exemplo, *International Federation of Organic Agricultural Movements* – IFOAM; Instituto Biodinâmico – IBD).⁴¹

Ressalta-se que há certa preponderância na utilização de programas de certificação de terceira parte, visto que estão de acordo com as normas e padrões ISO, constituindo-se num importante bilhete para entrar nos atraentes, embora cada vez mais exigentes, mercados dos países desenvolvidos.

Não obstante, antes de se converter num bilhete de entrada, torna-se preponderante fazer avaliações sobre os impactos dos programas de certificação ambiental de produtos de origem florestal da Amazônia, em particular nas comunidades extrativistas das RESEX. Assim, na sequência do presente capítulo, busca-se avaliar tais impactos a partir do exame, não exaustivo, da literatura sobre o tema, levando-se em consideração as competências centrais dos extrativistas das RESEX. No tópico 3.3.1, avalia-se a certificação florestal madeireira e sua adequação à realidade das comunidades florestais das RESEX; na sequência (3.3.2), faz-se uma avaliação dos impactos da certificação ambiental a partir dos PFNM; e, no tópico 3.3.3), discute-se a possibilidade da adoção da certificação ambiental mais adequada à produção dos extrativistas.

⁴¹ Cf. Walter et al. (2003).

3.3.1 – Certificação florestal madeireira

A certificação florestal madeireira é o resultado de intensas pressões e boicotes de movimentos ambientalistas internacionais contra o desflorestamento e extração ilegal de madeiras ao redor do mundo, cujos delineamentos foram traçados na chamada ECO-92 – II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. Em 1993, foi fundado o Forest Stewardship Council (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal, uma organização internacional independente criada com o apoio de vários setores da sociedade para certificar produtos florestais de origem sustentável, inicialmente apenas madeira, incentivando o manejo florestal sustentável mundialmente. O FSC define padrões mediante princípios e critérios globalmente aceitos para um bom manejo das áreas florestais, garantindo a qualidade do produto, processo ou serviço. O bom manejo seria aquele traz viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social.

O impulso fundamental na disseminação do manejo florestal sustentável mundialmente foi proporcionado pela aliança entre o Banco Mundial e o WWF, formada em 1998. A Aliança Florestal, como foi denominada, para a conservação e uso sustentável da floresta, foi empreendida em resposta ao desafio do desenvolvimento sustentável, em especial contra os intensos desflorestamentos e extração ilegal de madeiras ao redor do mundo.

Essa parceria seria a chave para uma necessária intervenção governamental e mudança institucional para o fortalecimento do manejo florestal madeireiro e a certificação decorrente. Segundo o Banco Mundial:

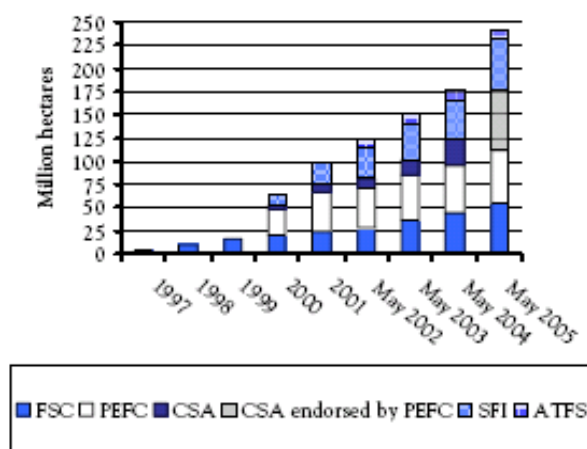
Por combinar as fortalezas do Banco e do WWF, e seus parceiros, a Aliança está unicamente posicionada para efetuar mudanças nas políticas e práticas florestais, para proteger a biodiversidade e minorar a pobreza. Ambas as organizações concebem que a Aliança somente será tão forte quanto as parcerias que dá forma com outras organizações não-governamentais, instituições de desenvolvimento, o setor privado e governos.⁴²

Dentro da visão de transformação da Aliança Florestal foi traçada uma meta de se alcançar até 2005 cerca de 200 milhões de hectares de florestas certificadas, ao redor do mundo. Os resultados foram expressivos, uma vez que, em maio de 2005, a área total de florestas certificadas mundialmente estava em torno de 241 milhões de hectares, o que

⁴² Cf. <http://lnweb18.worldbank.org/essd/envext.nsf/80ByDocName/WhatistheAlliance>

representava em torno de 6,2% das florestas mundiais (UNECE/FAO, 2005). Conforme o gráfico 1, a partir de 2000 houve um crescimento exponencial anual das áreas florestais certificadas.

Gráfico 1 – Área Florestal Certificada no mundo, 1997-2005



Notes: This graph shows all forests certified by major third party certification schemes listed below. As approximately 1.5 million hectares have been certified by more than one scheme, these are not deducted from one or the other scheme. The graph therefore shows a higher amount of total forest area certified than there exists in reality.

FSC = Forest Stewardship Council; PEFC = Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes; CSA = Canadian Standards Association system; SFI = Sustainable Forestry Initiative; ATFS = American Tree Farm System.

Sources: Individual certification systems, country correspondents and Canadian Sustainable Forestry Certification Coalition, 2005.

Fonte: UNECE/FAO, 2005

Entretanto, o expressivo crescimento de áreas florestais certificadas não mostra a verdadeira face do tipo de desenvolvimento alcançado. De acordo com a Tabela 3, a certificação ambiental florestal faz jus ao caráter concentrador do sistema capitalista, pois atualmente cerca de 91% (58% na América do Norte e 33% na Europa ocidental) das áreas certificadas concentram-se nas regiões de países desenvolvidos ou do Norte, que possuem apenas 16% das florestas mundiais. Por outro lado, nas regiões do Sul, como África, Ásia e América Latina, que possuem mais da metade das florestas mundiais, apenas 4% dessa florestas foram certificadas. O absurdo contraste é evidenciado na constatação de que a Europa

ocidental que conta com apenas 4% das florestas mundiais já certificou mais da metade dessa área.

Ora, ao invés de beneficiar igualmente a todos, a certificação das florestas contribuiu para aumentar as desigualdades entre o Norte e o Sul. De acordo com Van Dam (2002, p. 4) fica “claro então que, apesar das intenções declaradas no início, quando se gesta o FSC, a certificação florestal termina beneficiando aos países mais ricos, as grandes empresas e as florestas temperadas e boreais (ao invés das florestas tropicais)”.

Além disso, a certificação das florestas não consegue conter o ritmo dos desflorestamentos que ocorrem essencialmente no mundo subdesenvolvido. Segundo a própria Aliança Florestal (WWF/WORLD, 2005), mais de 14 milhões de hectares são desflorestados anualmente no mundo, especialmente nos trópicos.

Tabela 3 – Percentual de Áreas de Florestas Certificadas por Região, 2005

Região	Área Florestal Total (milhões ha)	Área Florestal Total Certificada (milhões ha)	% do total de área florestal certificada	Estimativa de toras de madeiras industriais produzidas de florestas certificadas (milhões m3)	% Estimado de toras industriais globais de florestas certificadas
América do Norte	470,6	140,2	29,8	180,6	11,38
EU/EFTA	155,5	78,5	50,5	160,1	10,09
Outra Europa e CIS	907,4	8,8	1,0	1,6	0,1
Oceania	197,6	3,4	1,7	0,9	0,05
África	649,9	6,2	1,0	0,7	0,04
América Latina	964,4	2,3	0,2	0,4	0,03
Ásia	524,1	0,8	0,2	0,4	0,02
Total do Mundo	3869,5	240,2	6,2	344,7	21,71

Notas: As referências para a área florestal (excluindo outras terras arborizadas) e estimções para a produção de toras de madeiras (roundwood) industriais de florestas certificadas são baseadas nos dados do Estado da Floresta Mundial da FAO. Para a produção de toras de madeiras, a produção anual de toras de madeiras da região de florestas disponíveis para a oferta de madeira são multiplicadas pelo percentual da área florestal certificada da região. (i.e. assume-se que a remoção de toras de madeiras industriais de cada hectare de floresta certificada é a mesma como a média para toda floresta disponível para a oferta de madeira.

Fonte: UNECE/FAO (2005, p. 86)

Na renovação da Aliança Florestal, anunciada em maio de 2005, percebe-se um sutil reconhecimento pelo fracasso na contenção do desflorestamento no compromisso firmado para o período 1998-2005. Na nova fase da cooperação da Aliança, ao invés de ser traçado novas

metas para aumentar as áreas florestais certificadas, foi anunciado um programa de redução da taxa de desflorestamento mundial em torno de 10% até 2010 (WWF/WORLD, 2005). Claro que se busca a certificação florestal de novas áreas, uma vez que os objetivos são praticamente os mesmos.

Observa-se a agressividade com que os arranjos institucionais em torno da certificação florestal madeireira trabalham para disseminar esse mecanismo mundialmente. Um dos objetivos essenciais é justamente garantir o fornecimento de matéria-prima de origem sustentável para o setor madeireiro em escala adequada. Dessa forma, como um imenso estoque de madeiras tropicais encontra-se em países subdesenvolvidos, especialmente na Amazônia, cada vez mais as estratégias políticas dessas regiões são influenciadas no sentido da adoção do manejo florestal madeireiro sustentável.

De acordo com Freris e Laschefski (2002, p. 1),

a idéia da certificação florestal [madeireira] vem ganhando relevância em estratégias políticas para implementar o chamado desenvolvimento sustentável entre as várias instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo. Consequentemente, o manejo florestal e a certificação têm tido um papel crescente no planejamento regional, ou seja, no zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, particularmente na criação de FLONAS - Florestas Nacionais.

A forma com que as estratégias políticas na região amazônica são influenciadas assume cada vez mais um caráter “impositivo” e, ao mesmo tempo, reducionista, denotando um processo de interferência quase que direta pelos arranjos institucionais, em particular das instituições financeiras, em torno dos incentivos à adoção do manejo florestal madeireiro, especialmente em áreas florestais comunitárias.⁴³

⁴³ No Brasil, os arranjos institucionais, ou melhor, as alianças estratégicas entre o setor madeireiro e organizações sócio-ambientais (governamentais e não-governamentais) criaram, em 1996, um grupo de trabalho em torno do FSC para o desenvolvimento de padrões de manejo florestal nacionais, capitaneados, segundo May (2004), pelo WWF-Brasil e sua rede internacional. Desde 2002, o grupo foi transformado numa instituição denominada FSC-Brasil, reconhecida pelo FSC internacional, caracterizada como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e financiada por organizações governamentais, agências de desenvolvimento externo, além da contribuição anual dos seus associados. As certificadoras credenciadas pelos FSC-Brasil são: Programa *Smart Wood* da *Rainforest Alliance*, cujo representante no Brasil é o IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) – responsável pela maioria das certificações comunitárias; IMO - INSTITUT FÜR MARKTÖKOLOGIE; SCS - Scientific Certification System, Inc. Programa Forest Conservation; SGS South Africa (Pty) Ltd. – Programa SGS Qualifor (África do Sul); e, Skal International. (cf. FSC-Brasil - www.fsc.org.br)

O aspecto reducionista está no fato de que o manejo florestal é apresentado como sinônimo de manejo madeireiro, cujo produto normalmente é apresentado como a vocação produtiva das florestas, em detrimento do manejo praticado pelas comunidades florestais (extrativistas, índios, ribeirinhos). (Freris e Laschefski, 2002)

Conforme Freris e Laschefski (idem), “a ótica da vocação florestal reduz os ecossistemas florestais complexos, dinâmicos, diversos, interdependentes e multifuncionais a uma única mercadoria: a madeira” (p. 4). Essa visão, segundo os autores, é característica dos engenheiros florestais que são treinados para *olhar as árvores e ver somente madeira*.⁴⁴

Aqui cabe uma reflexão de Wolfgang Sachs (apud Graf, 2005) sobre a experiência dos indianos, que foram os primeiros a serem visitados pelos engenheiros florestais, já no século XIX:

a chegada dos engenheiros na floresta indiana substituiu a violência dos lenhadores e tratores pelos “exploradores bem-educados, munidos de pranchetas e tabelas, os peritos de fala mansa. (...) [Com seu discurso], seduzem os habitantes do vilarejo a tornarem-se pequenos madeireiros. (...) Pouco importou diante destas prioridades forasteiras o significado que a floresta tinha para os aldeões que nela viviam” (p. 80).

No Brasil, talvez a mudança institucional mais marcante e, também, mais controversa em torno da certificação florestal madeireira e do manejo florestal sustentado, seja o Projeto de Lei (PL 4776/2005) de Gestão de Florestas Públicas, recentemente aprovado pelo congresso nacional. Ora, esse PL representa uma espécie de “privatização” – tão fortemente induzida pelas políticas neoliberais – das florestas públicas brasileiras, sob a forma de concessão ao setor privado, para a exploração “sustentável” das florestas, por um prazo máximo de 40 anos (art. 35).⁴⁵

Com as concessões florestais, a ênfase no aumento da oferta de madeira manejada fica clara quando o diretor de florestas do IBAMA afirma que a FLONAS não têm manejo madeireiro em escala comercial.⁴⁶

⁴⁴ Nesse sentido, Graf (2005) cita Vendara Shiva (1991) e Wolfgang Sachs (2000) sobre o reducionismo da engenharia florestal.

⁴⁵ Algumas controvérsias sobre o PL e a gestão florestal podem ser sucintamente apreendidas nas matérias elaboradas numa seção disponibilizada pela Agência Brasil (RADIOBRÁS) – <http://www.radiobras.gov.br/especiais/gestaodeflorestas/>.

⁴⁶ Cf. Brianezi (2005)

Dessa forma, se está transferindo o controle das florestas das áreas públicas brasileiras para o mercado, sob a tutela da certificação florestal madeireira. Em outras palavras, usando um adágio popular, o PL é a senha para a “*raposa cuidar do galinheiro*”. É surpreendente querer deixar nas mãos do setor privado, além da floresta Amazônica, biomas debilitados e frágeis como a Mata Atlântica e o Cerrado. Esses dois biomas são incontestáveis exemplos da destruição sócio-ambiental provocada pelas livres leis do mercado.

Do ponto de vista das comunidades florestais, as palavras de Osmarino Amâncio, um antigo morador das RESEX, participante ativo do movimento seringueiro, são bastante esclarecedoras sobre o tema:

a política que o Ministério do Meio Ambiente está desenvolvendo, é uma política perigosa e que ta legalizando a depredação, o Projeto de Florestas Públicas é isso, sabe? O Projeto abre espaço para biopirataria muito pior do que a gente viveu antes. Eles fizeram várias conferências no Acre e na Amazônia para convencer a população a implementar o manejo de madeira dentro das Reservas, encontraram resistência até o último. Mas aí foi o tempo que a Marina vai pra lá e os credores, os Bancos Mundiais da vida, Comunidade Européia e várias agências financiadoras já eram simpáticos a essa idéia. (...) A Amazônia era tida como um vazio demográfico a ser ocupado pelo progresso e desenvolvimento de que eles falavam: pecuária, as BRs, as grandes hidrelétricas e os garimpos. O pessoal aceitou tudo isso e nunca saíram da pobreza, esse filme eu já vi. A madeira é a mesma coisa, é a única coisa que falta pra eles, pro capitalismo realmente chegar e causar o pior desastre. (...) [Para as Reservas Extrativistas] a consequência é drástica. Você causa o desastre ecológico e ambiental, você desvaloriza a colocação com a retirada das madeiras nobres e a proposta das Reservas Extrativistas ‘vai pros paus’, porque já acabou a floresta. Então vamos colonizar mesmo, porque já acabou o extrativismo, acabou tudo. O que vai acontecer com os engenheiros florestais que tão fazendo estas propostas? Daqui a 30 anos eles estão muito bem aposentados. E nós? E as nossas gerações futuras? Nós temos que primeiro conhecer o potencial da Amazônia. Ora! Nós nem conhecemos o potencial” (apud Graf, 2005, p. 83)

Assim, a busca desenfreada pela disseminação do “bom manejo”, como sinônimo da certificação florestal madeireira, se traduz, muitas vezes, em insanas alterações na legislação florestal que eliminem qualquer restrição não-econômica a esse empreendimento.

Na Amazônia, em particular no Acre, o movimento social seringueiro sempre lutou bravamente contra os interesses madeireiros e fazendeiros. O que move esse povo é a sobrevivência de sua tradição, sua cultura, que se confunde com a própria floresta. As RESEX constituem-se a expressão da vitória de uma batalha, cuja guerra ainda está longe de ser vencida, além de representar a imposição de restrições não-econômicas (sócio-ambientais) ao processo produtivo na floresta. Dessa forma, o comércio de madeira foi legal e decisivamente

proibido nessas áreas, pois sem árvore não existe a produção tradicional de frutos, óleos, resinas... Nem o próprio povo da floresta.

Ora, o manejo florestal, apesar de ser apresentado como de uso múltiplo para florestas nativas, apresenta logo como referência a exploração comercial da madeira, ou seja, já nasce incompatível com a cultura florestal comunitária. Aliás, já nasce incompatível com a própria RESEX, considerada uma espécie de certificação florestal. Portanto, não é de se estranhar a baixa adesão das famílias e das comunidades florestais ao manejo florestal madeireiro. E o que é pior, a imposição desse modelo pode ocasionar um conflito comunitário em virtude das divergências em torno das práticas convencionais. Ao invés de agregar e viabilizar a manutenção das comunidades florestais, a certificação florestal da madeira pode se tornar um elemento desestabilizador.

Conforme Graf e Gomes Filho (2005),

Os impactos sócio-ambientais têm sido significativos nas áreas já sujeitas ao manejo madeireiro no Acre, ainda que na modalidade “comunitária”. Poucas famílias são incluídas em cada projeto, o que causa desagregação social. Ao redor das áreas manejadas, instaura-se um cinturão de crimes ambientais diversos, inclusive com acentuada venda ilegal de madeira, pela influência dos atrativos comerciais abertos na região. Dois exemplos nítidos são os problemas dos PAEs Porto Rico e Equador e assentamento São Miguel, no entorno do Seringal Cachoeira (manejado) e os do entorno do PAE São Luiz do Remanso, também manejado.

Alguém pode perguntar o motivo pelo qual algumas famílias optam pela adoção do manejo florestal madeireiro, já que é considerado incompatível com sua cultura. A resposta mais evidente é a busca desesperada pela sobrevivência frente às imensas dificuldades econômicas, pelas quais os extrativistas atravessam. Qualquer alternativa produtiva apresentada que possa contribuir no aumento dos rendimentos das famílias, é sempre bem vinda, desde que seja sustentável.

Nesse sentido, tramita no IBAMA uma proposta de alteração da legislação florestal para as áreas das RESEX, que busca justamente flexibilizar a proibição da comercialização de madeiras naquelas áreas, para viabilizar a venda de madeira “manejada”, pelos extrativistas e habilitada com a certificação florestal da madeira pelo FSC. Ora, busca-se enfraquecer uma das principais fortalezas das RESEX e da própria comunidade, visto que o manejo “sustentável” da madeira será “garantido” por uma instituição de terceira parte. Dessa forma,

transfere-se para o mercado o controle da produção e comercialização. Isto representa um óbvio retrocesso.

O sistema de certificação ambiental florestal sem mecanismos de comando e controle efetivos, não pode representar um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, representa uma ilusão. Portanto, carece de esclarecimentos para as comunidades florestais e para a sociedade em geral, as regras que balizam a mudança institucional, ora em curso. Um primeiro esclarecimento seria o de deixar explícito que a certificação florestal madeireira foi criada em favor das grandes empresas industriais madeireiras, ou seja, as regras foram criadas em benefício delas.

Têm-se evidências que parecem comprovar que o manejo florestal madeireiro não alterará o curso da história, “esta crônica de uma morte anunciada”⁴⁷. Além de reerguer o setor industrial madeireiro, talvez o máximo que o modelo econômico do manejo florestal madeireiro pode alcançar, é retardar a destruição das florestas e, por conseguinte, das comunidades tradicionais. Desse modo, de acordo com Carlos Nobre, pesquisador do INPE, “em vez da floresta desaparecer em cinquenta anos, talvez desapareça em oitenta, cem anos. Não é o bastante” (FALTA, 2005).

Pode-se verificar a confirmação desse vaticínio. O manejo florestal pressupõe um impacto mínimo no ambiente florestal, todavia, segundo Freris e Laschefski (2002), a *Precious Wood Amazon* (PWA)⁴⁸, para manejar seus 50.000 ha de florestas nativas, teve que desmatar em torno de 20% da área para a infra-estrutura de transporte (estradas, trilhas de arraste e área de estocagem), o próprio manejo florestal (corte seletivo das árvores) e práticas silviculturais.

⁴⁷ Cf. Van Dam (2002, p. 2)

⁴⁸ A Precious Woods Amazon é uma companhia suíça proprietária da Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. A PWA foi a primeira companhia certificada pelo FSC na Amazônia, em 1997. Atualmente maneja 80.000 ha de florestas. (<<http://www.pwamazon.com.br>>) Conforme Freris e Laschefski (2002, p. 3), “O projeto é reconhecido como um dos melhores exemplos de manejo das florestas tropicais”.

Esse exemplo da PWA demonstra quão nocivo é o manejo florestal da madeira nas florestas tropicais, em particular em áreas de RESEX. A entrada do manejo florestal madeireiro nessas áreas não representa apenas uma retirada de uma restrição cultural (proibição do comércio de madeiras), mas também de uma restrição ambiental, um limite ao processo produtivo.

Em áreas de RESEX, o desflorestamento máximo permitido por lei é de 10% do total da área de cada unidade produtiva (colocação). Ora, observando o (mau) exemplo da PWA, o nível de desflorestamento, não será limitado por lei e sim pela intensidade do manejo florestal proposto. Portanto, ao invés do manejo florestal se adequar às normas das RESEX, com suas restrições não-econômicas, estas terão que se adequar às normas do manejo florestal, baseadas no mercado, cujos resultados podem ser vistos no estado atual da Mata Atlântica.

Mas, o que se torna decisivo na crônica de uma morte anunciada (das florestas) é a constatação de que não há ainda manejo florestal sustentável. Segundo Schulze et al. (2005)⁴⁹, as atuais “melhores práticas” florestais têm que ser aperfeiçoadas, pois “um sistema silvicultural que mantém a estrutura da floresta, mas reduz o número de espécies madeireiras mais valiosas, é preferível à exploração predatória, mas **não constitui ‘manejo florestal sustentável’**” (p. 69, grifo nosso).⁵⁰

A evidência dessa afirmação está no fato de que o ciclo de um sistema de exploração de impacto reduzido (EIR), previsto pelo IBAMA, gira em torno de 30 anos⁵¹, mas algumas valiosas espécies de madeiras na Amazônia são difíceis de manejar, como o Ipê roxo e o Jatobá, levando até 100 anos para se tornarem adultos, com as dimensões adequadas para o corte. (idem; SHANLEY, PIERCE E LAIRD, 2005)

Além disso, de acordo com um estudo realizado por Simone Aparecida Vieira, na USP, a demanda das madeireiras concentra-se em árvores bem mais velhas, já que nos pátios das

⁴⁹ Ver também Graf (2005) e Graf e Gomes Filho (2005)

⁵⁰ Os autores indicam que uma alternativa para o aperfeiçoamento dos atuais manejos seria a diminuição da intensidade da exploração via aumento do diâmetro mínimo de corte, além da poupança de um maior percentual de árvores adultas. Destarte, os mesmos propõem alterações à legislação florestal existente no sentido de se impor constrangimentos não-econômicos ao manejo florestal madeireiro. Como visto anteriormente, isto é incompatível com o esquema da certificação florestal.

⁵¹ Na área florestal manejada da PWA, o ciclo de colheita é de 25 anos. (<http://www.pwamazon.com.br/PWA_Fra.htm>).

serrarias estudadas, foram encontradas árvores com idade mínima de 200 anos, datadas pelo Carbono 14 (MACHADO, 2005).

Portanto, essas evidências são fortes indícios para reforçar o chamado Princípio da Precaução⁵² na questão do manejo florestal madeireiro. De acordo com Romeiro (1999, p. 21),

a aplicação desse princípio tem por objetivo precisamente tratar de uma situação ambivalente como a de considerar legítima a adoção por antecipação de medidas relativas a uma fonte potencial de danos sem esperar que se disponha de certezas científicas quanto às relações de causalidade entre a atividade em questão e o dano temido.

Fala-se em reforçar o princípio da precaução, já que as próprias unidades de conservação, como as RESEX, são resultados de mudanças institucionais nessa direção, ativamente influenciadas pelas organizações ambientalistas, que agora defendem o manejo florestal madeireiro e a desconstrução dos avanços alcançados naquele campo.

Ora, a certificação florestal madeireira não tem nada de precaução na exploração do meio ambiente, pois, conforme Freris e Laschefski (2001, p. 3),

é meramente uma ferramenta voluntária de marketing e não uma obrigação de longo prazo. [...] somente funcionará enquanto garantir lucro máximo para a empresa madeireira. Se a madeira certificada perde sua vantagem competitiva, a empresa diminuirá a intensidade do capital em gestão certificada e reverterá para práticas mais predatórias.⁵³

Dessa forma, as questões sócio-ambientais têm caráter subordinado ao êxito do manejo florestal madeireiro, uma atividade pretensamente moderna, que transformará as atividades tradicionais. Essa inversão de valores transforma o manejo florestal madeireiro inadequado ao desafio do desenvolvimento sustentável, em particular junto às comunidades florestais. Segundo Romeiro (1999, p. 23) “os sistemas sociais deveriam coevoluir local e regionalmente, sem ser perturbados ou destruídos pela imposição de valores externos que agem contra os valores associados a relações não mercantis”. Assim, o moderno emergiria das próprias comunidades tradicionais.

⁵² Ver Romeiro (1999, 2002); Leff (2001).

⁵³ Um exemplo dessa assertiva pode ser vislumbrado, mais uma vez, na PWA. Segundo Freris e Laschefski (2002), uma grande quantidade de acuariquara (espécie madeireira de pouco valor na Amazônia) certificada foi demandada por um município Alemão. Para garantir toda a oferta dessa madeira, a PWA, que não a tinha toda a quantidade demandada, completou o pedido comprando as madeiras que faltavam de áreas sem plano de manejo ou ilegais.

Agora, se o manejo florestal madeireiro é uma atividade moderna, pode-se fazer um paralelo com as atividades tradicionais das comunidades florestais da Amazônia para verificar as diferenças entre ambas e identificar os entraves para sua modernização.

Do ponto de vista ambiental, o manejo florestal madeireiro preconiza a exploração da floresta com um mínimo de desflorestamento. As comunidades florestais manejam a floresta amazônica há mais de um século. Os benefícios oriundos da certificação florestal seriam a melhoria da imagem junto ao mercado. A imagem da floresta confunde-se com a das comunidades florestais.

Do ponto de vista social, o manejo florestal preconiza a inclusão das comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento econômico, essencialmente com a criação de mais postos de trabalho. As atividades tradicionais das comunidades florestais são inerentemente intensivas em força de trabalho, ou seja, reforçá-las é caminho mais óbvio.

A “novidade” do manejo florestal para as comunidades florestais, traduz-se no manejo da madeira, incorporando-se uma nova nomenclatura chamada de “uso múltiplo”. As comunidades tradicionais historicamente sempre fizeram o uso múltiplo da floresta para comercialização, menos madeira. Não sem razão. O uso múltiplo com madeira pode ser incompatível com algumas culturas. Por exemplo, atualmente o óleo de copaíba e a madeira, principais produtos certificados em áreas florestais comunitárias, são praticamente incompatíveis na mesma área manejada, visto que uma fábrica de compensados no Acre afirmou que compra toda a madeira de copaibeira certificada. Ora, sem a árvore não existirá o óleo.⁵⁴

Por outro lado, o manejo florestal madeireiro privilegia a incorporação de novas tecnologias para a produção de madeira. Todavia, a tecnologia da madeira é completamente inadequada para as comunidades tradicionais, constituindo-se de máquinas e equipamentos inacessíveis aos padrões comunitários, técnicos e financeiros. Por isso, preconiza-se freqüentemente a adoção do manejo comunitário em escala empresarial, uma vez que a exploração e comercialização da madeira na escala demandada pelo mercado ficam por conta das grandes empresas. Ao invés da consecução do tão propalado “empoderamento” das

⁵⁴ Ver Leite (2004)

comunidades florestais, estas terão o grande poder de suprir a matéria-prima e a força de trabalho requeridas nesse processo.⁵⁵

Com relação ao sobre-preço a ser recebido pela certificação florestal madeireira, a UNECE/FAO (2005, p. 83) declaram que “não existe nenhum sobre-preço para CPFs [*Certified Forest Products* ou Produtos Florestais Certificados] na maioria dos mercados [...] produtos certificados têm se tornado mais visível no mercado”. Obviamente que eles estão se referindo à madeira e seus derivados.

Freqüentemente se divulgam os sobre-preços recebidos pelas pioneiras comunidades florestais comunitárias na comercialização da madeira. Isso se deve essencialmente ao caráter incipiente e à baixa escala da produção e, principalmente, à ativa participação de um grupo de compradores de madeira certificada, constituído pelo arranjo institucional em torno da certificação madeireira. A difusão desse sistema e a conseqüente ampliação da oferta dessa matéria-prima certificada, exacerbada pela oferta de madeira ilegal, provavelmente levarão à dissipação desse sobre-preço.

Em suma, o manejo florestal madeireiro serve, em última instância, para inibir as práticas predatórias da indústria madeireira, porém não é uma atividade adequada para ser aplicada em larga escala dentro das comunidades florestais da Amazônia, em particular nas RESEX. Conseqüentemente, a certificação florestal dos produtos madeireiros não seria indicada para essas comunidades.

⁵⁵ Segundo Leff (2001), isto está no cerne da volta da intensificação da dependência tecnológica na América Latina. “Hoje em dia nenhum país da região conta com uma política científico-tecnológica para o ‘desenvolvimento sustentável’, entendida como o propósito de gerar os conhecimentos próprios necessários para um aproveitamento auto-determinado e sustentável de seus potenciais ecológicos” (p. 5).

3.3.2 – *Certificação ambiental (florestal, orgânica e social) de Produtos Florestais Não Madeireiros*

As dificuldades derivadas do manejo florestal madeireiro e, conseqüentemente, da certificação florestal de produtos madeireiros, especialmente nas RESEX, levaram muitos autores a enfatizar a necessidade da efetivação do uso múltiplo da floresta, especialmente no processo de certificação dos produtos florestais não-madeireiros (PFNM), vocação por natureza das comunidades florestais.

O problema de certificar os PFNM é a dificuldade de se definir padrões genéricos, bem como os específicos, a essa classe de produtos. Assim, em muitos processos de certificação florestal comunitária, o primeiro produto a ser certificado foi a madeira, por ter aceitáveis padrões “modernos”, claro que definidos no primeiro mundo.

De acordo com Shanley, Pierce e Laird (2005, p. 18), “para operacionalizar as avaliações dos PFNM onde a madeira já está certificada, alguns certificadores simplesmente anexam diretrizes genéricas dos PFNM como um adendo para seus padrões da madeira”.

Os PFNM têm tido freqüentemente um papel claramente subordinado nesses esquemas de certificação florestal, casados entre produtos madeireiros e não-madeireiros, notadamente entre os sistemas de certificação florestal, tais como o FSC.

Aliás, de acordo com Graf (2005, p. 80), “o próprio termo *não madeireiros* demonstra um preconceito intrínseco, da centralidade da madeira e respectivo menosprezo dos demais produtos, e reforça a idéia de que a floresta é um ‘estoque de madeira explorável’”.

Ora, do ponto de vista das comunidades florestais extrativistas da Amazônia, os papéis estão invertidos, uma vez que para os extrativistas, a centralidade de suas atividades está nos diversos produtos (borracha, castanha, frutos, óleos, resina, cipós, plantas medicinais etc.) extraídos da floresta, dos quais a madeira não faz parte⁵⁶. Portanto, a exploração desses diversos produtos é que representa o manejo florestal de uso múltiplo. A exploração dos *PFNM é a verdadeira vocação florestal* das comunidades florestais e não madeira. E, nessa

⁵⁶ utilizada essencialmente para o consumo das famílias na construção das casas, obtenção de lenha etc

direção, o mecanismo da certificação ambiental pode auxiliar no desenvolvimento sustentável dessas populações.

Vale salientar, por um lado, que muitas das diretrizes para a certificação ambiental dos PFNM estão sendo elaboradas com a participação da própria comunidade envolvida, por intermédio de seus tradicionais conhecimentos sobre os PFNM.⁵⁷ Contudo, quando os padrões são referendados – cientificamente, i.e. tornados modernos – pela certificadora, os comunitários terão que pagar para obtê-los.

Por outro lado, segundo Molnar (2003, p. iii), “a certificação [algumas] não está levando vantagem sobre as práticas [capacitações] bem estabelecidas de comunidades que alcançam os mesmos conjuntos de objetivos, mas de modo diferente”.

Diante do exposto, alguns trabalhos⁵⁸ falam da necessidade de ajustar o esquema da certificação florestal no tocante às comunidades florestais e seus PFNM. Além da adequação de custos e padrões, a proliferação de selos e certificados ambientais é citada como um dos principais problemas, uma vez que pode causar confusão entre os comunitários sobre qual esquema adotar.

Os sistemas de certificação ambiental (florestal, social ou orgânico) são vistos muito mais como complementares do que concorrentes. Desse modo, torna-se necessária uma crescente harmonização e colaboração entre os esquemas de certificação ambiental, uma vez que pode possibilitar, por um lado, a diminuição dos custos do processo e, por outro lado, a efetiva geração de sobre-preços, pagos pelos produtos florestais comunitários, além do acesso a mercados mais exigentes. Destaca-se que há apenas uma referência de tripla certificação por organismos de terceira parte – Florestal (selo FSC), Social (selo *fair trade*/FLO) e orgânica (selo IFOAM), o caso do *chicle* no México.

Dada a incipiência da certificação ambiental dos PFNM e seus impactos no mundo real, especialmente em comunidades florestais, o estudo de Walter et al. (2003), destaca-se por analisar os impactos da certificação ambiental florestal de PFNM em três relevantes casos, em países subdesenvolvidos, notadamente exportadores de matérias-primas. O objetivo do

⁵⁷ É interessante observar que, de acordo com Leite (2004), “o conhecimento tradicional sobre manejo florestal é geralmente questionado ou desprezado quando comparado com o conhecimento científico”.

⁵⁸ Cf. Molnar, 2003 e Shanley, Pierce e Laird, 2005.

trabalho era identificar as oportunidades e desafios da certificação ambiental entre os vários esquemas existentes no mundo, como a certificação florestal, orgânica e social.

Os produtos analisados foram: a castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), na Bolívia; *sheabutter*⁵⁹ ou manteiga de Karité⁶⁰ (*Vitellaria paradoxa*), em Gana; e *devil's claw*⁶¹ ou garra do diabo (*Harpagophytum spp.*), na Namíbia.

Dos três casos analisados, a castanha do Brasil e a *devil's claw* foram certificadas com o selo orgânico – a primeiro também foi comercializado como *fair trade* – e a *sheabutter* foi certificada com o selo de *fair trade*, evidenciando uma maior expressão desses sistemas de certificação para os PFNM. Todavia, nas mesmas áreas estudadas estão em andamento processos de certificação de outros sistemas, como o florestal via FSC.

Observa-se que o trabalho investiga, em cada caso, o produto e o mercado, a produção e os produtores e o status da certificação, realçando essencialmente as restrições econômicas aos PFNM certificados. O quadro 1 apresenta as lições aprendidas a partir de questões-chaves, evidenciadas nos casos estudados.

⁵⁹ A *shea* é uma árvore frutífera indígena de baixo crescimento da savana africana que produz um tipo de noz (Xiao, 2001).

⁶⁰ Cf. FLO (2006a)

⁶¹ Planta medicinal utilizada para tratar artrites e reumatismos.

Quadro 1 – Lições preliminares aprendidas dos estudos de casos sobre certificação ambiental

Assuntos chaves selecionados e questões	Lições preliminares aprendidas de estudos de casos		
	Bolívia Certificação orgânica de castanha-do-Brasil	Gana Certificação <i>fair trade</i> de manteiga de Karité (sheabutter)	Namíbia Certificação orgânica de garra do diabo (<i>devil's claw</i>)
Rastreabilidade: A certificação providencia oportunidades para rastrear produtos da origem até o consumidor pelo funcionamento de um sistema de monitoramento?	SIM Rastreabilidade e monitoramento de origem e comércio estão entre os cruciais pré-requisitos para a certificação. Ele são considerados como limitações chaves para certificação para PFNM.		
Direitos de Posse: A certificação contribui para a clarificação dos direitos de posse da terra?	Não Direitos de propriedade da terra é a principal questão na Bolívia. Certificação florestal não está trabalhando em razão de que os direitos de posse freqüentemente não são claramente declarados.	Sim Muito provavelmente desde que isto ligue a propriedade de um produto de alto valor uma locação de origem comprovada. Devido ao uso tradicional existente, usufruto dos direitos são já completamente fortes.	? Não necessariamente em seus próprios direitos, mas certificação pode contribuir para melhorar a gestão do recurso. Entretanto, isto depende significativamente dos direitos geral da terra e acesso não somente pertence a posse do recurso.
Empoderamento: O processo de certificação empodera normalmente os atores em desvantagem?	? Correntemente desconhecido, pesquisa em andamento.	? Depende de quem tem o controle da equidade, isto é, quem conduz o custo de certificação e como os benefícios do preço prêmio são repartidos. Possibilidade de um indivíduo ou companhia levar vantagem e controle da situação.	? Não necessariamente em seu próprio direito, mas padrões de certificação orgânica requerem certos mecanismos organizacionais que podem contribuir para o empoderamento. Boa gestão ou boa implementação de projeto, bem como forte apoio aos consumidores, a indústria e autoridades políticas poderiam também facilitar o empoderamento de participantes em todos os níveis de produção.

Cont.

Assuntos chaves selecionados e questões	Lições preliminares aprendidas de estudos de casos		
	Bolívia Certificação orgânica de castanha-do-Brasil	Gana Certificação <i>fair trade</i> de manteiga de Karité (sheabutter)	Namíbia Certificação orgânica de garra do diabo (<i>devil's claw</i>)
Sustento Rural:	Sim	?	?
O processo de certificação melhora o sustento e/ou reduz a pobreza?	Um exemplo vem de exportadores bolivianos de orgânicos, uma cooperativa de produtores. Todo o dinheiro extra recebido pela exportação de castanha-do-Brasil orgânica é repartido entre todos os membros em parte iguais.	Bem provável, desde que existam altas demandas, as quais venham de mão-em-mão com preços prêmios. A questão chave é: a certificação seria capaz de cobrir "sustentavelmente" os custos iniciais ou seria necessário " <i>seed-money</i> "?	A certificação tem o potencial para reduzir a pobreza e melhorar o sustento de alguns - mas não de todos - coletores, se consumidores e companhias podem estar motivadas a pagar altos preços pelos produtos. Por outro lado, a certificação pode também por em perigo o sustento rural e provocar a troca de cultivo, que muito provavelmente aconteceria na maioria das regiões acessíveis.
Potencial de mercado: Existe mercado para PFM com um alto preço-prêmio?	? Embora o produto certificado tenha um alto price, não é fácil exportar grandes quantidades em razão de ser uma nicho de mercado para poucos exportadores (exportadores de plantas orgânicas tem parado seu processo de certificação)	SIM Muitos inquéritos existem de companhias internacionais da América do Norte e Europa.	? Parece que lá tem um certo mercado para produtos orgânicos certificados (por exemplo, na Alemanha), entretanto estimativas sobre seu potencial futuro são contraditórias. É provável que o mercado para produtos certificados com altos preços não aumentará consideravelmente.

Cont.

Assuntos chaves selecionados e questões	Lições preliminares aprendidas de estudos de casos		
	Bolívia Certificação orgânica de castanha-do-Brasil	Gana Certificação <i>fair trade</i> de manteiga de Karité (sheabutter)	Namíbia Certificação orgânica de garra do diabo (<i>devil's claw</i>)
Custos: O altos custos relacionados ao processo de certificação é a principal razão para a relutância do agentes envolvidos?	NÃO Os custos não constituem a principal questão para os produtores. O problema é, de fato, a baixa demanda por produtos certificados, que favorecem os interesses dos importadores em produtos convencionais não-certificados.	NÃO Aparentemente, a rastreabilidade e a comprovação da origem orgânica da localização são os principais contrangimentos correntes.	SIM Em geral, a indústria não está disposta a pagar custos muitos altos, por causa que os mesmos não podem ser facilmente compensados por um incremento nos preços de venda. A relutância não está somente baseada nos custos, mas também na falta de comprometimento para a produção sustentável e mecanismos de repartição de benefícios. A relação custo/benefício para os produtores rurais locais é também um fator limitante na decisão de certificar.
Colheita: A certificação promove técnicas de exploração e colheita saudáveis?	NÃO A castanha-do-Brasil, seja orgânica ou convencional, é coletada diretamente de floresta amazônica selvagem, numa forma ambientalmente amigável.	NÃO Estudos mostram que colheitas - certificadas ou não-certificadas - faz pouca diferenças nos níveis de estoques.	SIM Promove tais técnicas, embora não possa garanti-las. Entretanto, outros mecanismos, tais como regras e diretrizes das companhias podem ser tão efetivas.

Cont.

Assuntos chaves selecionados e questões	Lições preliminares aprendidas de estudos de casos		
	Bolívia Certificação orgânica de castanha-do-Brasil	Gana Certificação <i>fair trade</i> de manteiga de Karité (sheabutter)	Namíbia Certificação orgânica de garra do diabo (<i>devil's claw</i>)
Tendência atual (mainstreaming): A certificação tem um impacto positivo sobre a produção e comércio de produtos não-certificados?	SIM Os volumes de exportação de produtos orgânicos afetarão diretamente o comércio de daqueles não-certificados através: i) aumento do acesso ao mercados ii) altos preços iii) empoderamento de atores que estão normalmente em desvantagem	? Atualmente desconhecido, pesquisa em andamento	SIM Em alguma extensão providência um modelo para a utilização sustentável e a produção de produtos de alta qualidade. Entretanto, em períodos quando a consciência do consumidor é alta, este efeito será alto. Em tempos quando predomina a consciência sobre custos, como parece no presente, o efeito será menos marcado.

Fonte: Walter et al. (2003)

De forma geral, o quadro 1 apresenta que os principais desafios para os sistemas de certificação são a falta de demanda do mercado, pois se trabalha, essencialmente, com potenciais de mercado, dificuldade em estabelecer um sistema de monitoramento e os altos custos de implantação do sistema de certificação.

Contudo, conforme o Relatório anual da FLO (2005a, 2005b) o mercado para produtos certificados pelo *Fair Trade* está em ampla expansão, claro que inclusos também os PFNM.

Desde o início do século XXI, as vendas de produtos com o selo internacional do *Fair Trade* cresceram mais de 20% a cada ano. Entre 2001 e 2005, o número de produtores certificados pelo *Fair Trade* cresceu em torno de 127% e o número de comerciantes registrados aumentou em 132%. As vendas globais de produtos certificados pelo *Fair Trade* alcançaram a marca de 1,1 bilhão de euros em 2005, representando 37% a mais em relação a

2004. O principal mercado para tais produtos encontra-se na Europa, pois se estima que 60 a 70% das vendas globais acontecem nessa região.

Por outro lado, de acordo com o IBD (2006), há um grande potencial de expansão do mercado de orgânicos, em termos mundial. Só no Brasil, estima-se um crescimento de 30% ao ano. O país ocupa hoje a segunda posição dentre os maiores produtores mundiais de orgânicos com uma área de 6,5 milhões de hectares de terras. Até 2004, ocupava o 34º lugar. “O salto no *ranking* foi impulsionado pela decisão de se incluir o extrativismo sustentável no cálculo da área da agricultura orgânica brasileira. São 5,7 milhões de hectares de vegetação nativa, que proporcionam o extrativismo sustentável de castanha, açaí, pupunha, látex, frutas e outras espécies das matas tropicais, principalmente da Amazônia”.

O setor de orgânicos movimenta, mundialmente, algo em torno de 30 bilhões de dólares. No Brasil, há carência de dados estatísticos sobre a produção e consumo de produtos orgânicos. Todavia, de acordo com dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), estima-se que, até 2010, o faturamento do setor chegue em 3 bilhões de dólares. Além disso, nota-se que entre 50% e 70% da produção de orgânicos é destinada ao mercado exterior. (PACHECO, 2006)

Dentre os benefícios econômicos relatados pelo estudo de Walter et al. (2003), destaca-se a existência de sobre-preço na comercialização dos produtos pesquisados. Em 2002, foi pago para a castanha orgânica cerca de duas vezes mais que o preço pago pela castanha convencional. Além disso, o estudo também observa que o preço pago no mercado de *fair trade* para este mesmo produto é similar ao do orgânico. Também no mesmo período, o preço da garra do diabo orgânica era 24% maior que o produto convencional. Para a *sheabutter* ainda não se verificava sobre-preço, pois este seria apenas potencial no mercado de cosméticos e cuidados pessoais.

Não obstante, muito embora as restrições econômicas sejam importantes, pouco é dito sobre a repartição dos benefícios gerados, como se a distribuição da renda oriunda do comércio desses produtos fosse algo natural e não impactasse na sustentabilidade do empreendimento. A única menção sobre renda é citada na questão sobre a melhoria do sustento e redução da pobreza, no caso da castanha orgânica, visto que uma Cooperativa de

produtores é um dos exportadores dessa matéria-prima e reparte, em partes iguais, os benefícios auferidos.⁶²

Sobre a distribuição da renda oriunda da produção de castanha do Brasil e certificada na Bolívia, Pablo Pacheco (apud Shanley, Pierce e Laird, 2005) é mais esclarecedor sobre a exploração das comunidades florestais:

Como na maioria dos casos de economias extrativas, os proprietários das plantas processadoras obtêm a maior parte dos ganhos de exportação, enquanto os barraqueiros (dono ou pretendente de um local de borracha ou barracas, uma unidade de exploração florestal produzindo vários produtos florestais, incluindo a castanha do Brasil) e as comunidades extrativistas levam para casa uma parcela menor, e os coletores de castanha do Brasil recebem iguais baixos pagamentos por seus trabalhos sazonais. (Box 20, p. 46)

Para Walter et al. (2003), os potenciais benefícios da *sheabutter* se relacionam ao comércio de cosméticos, citando o caso particular da parceria entre uma cooperativa de mulheres, no norte de Gana, e a Body Shop (BS).

Conforme Entine (2003), essa parceria representa um deletério projeto denominado “Comércio, ajuda não”.⁶³ A BS, em 1996, emitiu uma ordem de compra de *sheabutter* em torno de US\$ 20 mil para as vilas da região. As pessoas dessas vilas que dependem das receitas da venda dessa matéria-prima viram uma queda abrupta do preço do produto em 70%. No entanto, depois da compra inicial, a BS parou de comprar o produto, emitindo promessas de novas compras. A BS demandou uma variedade de *sheabutter* que não era comprada localmente. A BS destruiu a economia local. “Os contatos da Body Shop em Gana estão agora encorajando a população a não confiar na Body Shop” (p. 25). Obviamente que a BS lucrou também com o uso da imagem dessas comunidades tradicionais.

⁶² Idem.

⁶³ Ver também Xiao (2000)

Com relação ao comércio da Garra do Diabo orgânica, Lombard, Cole e Plessis⁶⁴ declaram que esse nicho de mercado não paga sobre-preço adequado para padrões orgânicos. O sucesso financeiro do empreendimento é incerto. A distribuição de renda é desigual, uma vez que a “Namíbia atualmente captura em torno de 1% dos N\$10 milhões (cerca de US\$ 1,5 milhão) do comércio de extratos de *devil’s claw*”.

Dessa forma, uma política de preços justos é primordial para complementar os sistemas de certificação ambiental, pois estruturalmente a economia de mercado e seus mecanismos produzem, necessariamente, ganhadores e perdedores – onde estão repetidamente os produtores florestais comunitários. Evidentemente, o mercado não substitui mudanças políticas.⁶⁵

Como Walter et al. (2003), autores como CCIF (2002) e Van Dam (2002) declaram que alguns mercados de produtos orgânicos proporcionam um preço diferencial por esses produtos. Entretanto, CCIF afirma que a maior parte dos sobre-preços recebidos não é repartida com os produtores, sendo apropriada pelos comerciantes varejistas. Persiste a questão da distribuição de renda.

De acordo com Van Dam (idem, p. 21), “o mercado justo para os produtos florestais certificados deve deixar de ser um mercado marginal, somente baseado na boa vontade do consumidor [...] para converter-se num acordo (no marco da OMC e da OIMT)”. Conseqüentemente, os países do Norte reconheceriam os custos associados ao “bom manejo” e as externalidades positivas e os serviços ambientais fornecidos ao planeta, seriam muito mais importantes que o produto em si.

Por outro lado, Conforme Romeiro (1999, p. 11), “Daly (1996: 55) chama a atenção que a teoria escolástica de ‘preço justo’, que procurava submeter a alocação à distribuição, embora totalmente rejeitada pela teoria econômica, sobrevive (teimosamente) nas políticas de salário mínimo, preços mínimos agrícolas, subsídios a bens essenciais, etc.”

A própria Lei Chico Mendes, implantada no Acre, representa uma possibilidade frutífera de se adotar políticas de preço justo para as comunidades florestais, especialmente por ser uma demanda que partiu das próprias comunidades.

⁶⁴ Citados por Shanley, Pierce e Laird (2005, p. 24, Box 9)

⁶⁵ Portanto, Stephen Corry, da Survival Internacional, questiona: “*vamos realmente deixar que as empresas e o lucro imponham estratégias e objetivos de conservação e direitos humanos?*”. (Apud Oliveira, 2000, p. 17)

Além disso,

a regra geral é não procurar internalizar os custos externos da injustiça distributiva nos preços de mercado, sob o argumento de que os preços devem ser livres para sinalizar a alocação mais eficiente, mantendo as correções necessárias como objeto de políticas separadas de transferência de renda através de taxas e de programas sociais. (idem)

Com relação à busca por preços justos, dentre os organismos de certificação, deve-se destacar a atuação do FLO e seu selo *Fair Trade*, uma vez que para proteger os produtores, esse organismo estabelece um preço mínimo (baseado nos custos da produção sustentável) de *Fair Trade* para a comercialização de cada produto que está sob sua certificação. A partir desse mínimo, o preço fica a cargo do jogo da oferta e demanda, na definição do preço final do produto.⁶⁶

O FLO também estabelece o *Fair Trade premium*, ou seja, o sobre-preço que será pago em cima do preço final definido no mercado. Além disso, há ainda uma diferenciação do preço pago pelo produto convencional e o orgânico. Dessa forma, percebe-se que esse sistema não se guia apenas por restrições econômicas, mas também por restrições não-econômicas, como os aspectos cognitivos e culturais de populações pobres, especialmente no mundo subdesenvolvido.

A importância do preço mínimo para os produtos certificados (ou qualquer outro PFNM) pode ser mais bem apreendida pela declaração de um produtor de cacau, de uma cooperativa na Bolívia: “a garantia do preço mínimo conduz à estabilidade. Nós, produtores, não estamos totalmente submetidos à lei da oferta e da demanda. [...] Esta garantia faz isto possível para planejar o longo prazo, investir, desenvolver apoio técnico, em uma palavra, desenvolver nossos negócios”. (FLO, 2006b)

A rotulagem ambiental dos PFNM se constitui num instrumento valioso para auxiliar na manutenção e sustento das comunidades florestais, visto que sua imagem pró-ambiente, seja talvez o principal diferencial competitivo na busca pela apropriação de riqueza, alicerçado por políticas públicas igualitárias. Contudo, persiste a questão de qual esquema de certificação é o mais adequado para as essas comunidades extrativistas e, por conseguinte, de um arranjo

⁶⁶ Cf. FLO (2006a)

institucional que pode acrescentar outros diferenciais nas estratégias competitivas das famílias extrativistas. É o que será visto no próximo tópico.

3.4 – Sistema de certificação ambiental mais adequado para as comunidades florestais da Amazônia, em particular nas RESEX

Na definição de qual (is) sistema (s) de certificação ambiental seria mais adequado para os produtos oriundos das comunidades florestais, especialmente da região amazônica, deve-se, mais uma vez, esclarecer que atualmente, a rotulagem ambiental se torna cada vez mais vital, como uma estratégia competitiva dos mais variados empreendimentos.

Em última instância, a certificação ambiental é um bilhete para entrar em muitos mercados dos mais variados países, que exigem que os produtos comercializados tenham sido produzidos, de acordo com os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Agora, qual o bilhete mais adequado para as comunidades florestais da Amazônia?

Como dito anteriormente, do ponto de vista de organismos independentes – os denominados de terceira parte –, a certificação ambiental de PFNM, especialmente nos países de terceiro mundo, não é uma tarefa nada fácil. Primeiro, porque a maioria dos PFNM não tem padrão estabelecido, ou seja, tem que ser construídos planos de manejos para cada espécie ou grupo de espécies comercializadas. Contudo, isso se deve essencialmente

aos procedimentos de certificação e de estruturação dos organismos certificadores que estão sendo “globalizados” pelas Guias ISO relacionadas ao assunto, foram desenvolvidos tendo por referencial o setor industrial-urbano e o ambiente de competição e desconsidera as particularidades do meio rural e as potencialidades das relações de cooperação na construção da credibilidade. (MEDAETS, 2003, p. 9 e 10)

Ademais, percebe-se um processo crescente de institucionalização da certificação de terceira parte na legislação ambiental governamental, como forma de regulamentação das cadeias produtivas de mercados diferenciados. No Brasil, segundo Medaets (2003, P. 70), “observa-se uma tendência de que a regulamentação estabeleça sistemas de certificação compatíveis com aqueles observados internacionalmente”.

Destarte, várias críticas surgem quando indica a certificação de terceira parte para as comunidades florestais: altos custos dos programas de certificação e que dificultam a

internalização por parte dos extrativistas; imensas dificuldades de atendimento dos padrões exigidos; inspeções externas ineficientes, etc.

Entretanto, é destacado que a maior parte dos mercados para produtos de qualidade diferenciada, como os orgânicos, comércio justo e florestais manejados, encontram-se nos EUA, Europa e Japão, que construíram regulamentações compatíveis com os requisitos das normas ISO. (MEDAETS, 2003) Assim, algumas adequações foram efetuadas pelos programas de terceira parte, para auxiliar os produtores florestais a obterem os certificados e acessar tais mercados, como por exemplo, a certificação de produtores em grupo e algumas experiências de manejo de baixo impacto – basicamente para diminuir os custos do processo.

Por outro lado, segundo Godoy e Biazin (2000, p. 8)

Em alguns países, principalmente os desenvolvidos, cresce a aceitação dos selos de primeira parte. Este fato pode ser explicado em parte, pelo nível de conscientização que se encontram os consumidores, não somente em relação às questões ambientais, mas pelo exercício da própria cidadania. Os consumidores, juntamente com órgãos de defesa, exigem seriedade por parte das empresas e cumprimento das declarações. Neste caso, os consumidores, pode se dizer, são vigilantes das declarações feitas pela empresa e qualquer incorreção ou declaração enganosa, a empresa terá que responder perante ao público com respaldo legal.

Os selos de primeira e segunda parte são freqüentemente criticados pelos certificadores independentes, visto que são autodeclarações que podem fornecer informações incorretas ou parciais.

Todavia, as certificações de terceira parte também não estão isentas de falhas. De acordo com um extenso documento composto por vários estudos, coordenado por Counsell e Loraas (2002), a certificação FSC apresenta sérias falhas. Uma delas relaciona-se a não-garantia de que os produtos madeireiros com a logomarca do FSC sejam todos provenientes de florestas bem manejadas. Outro alerta diz respeito à estratégia de rápido crescimento do FSC que estaria promovendo gestores florestais não submissos às regras FSC, enfraquecendo o processo participativo e a indiferença ao contexto político dos países alvos.

Além disso, conforme Godoy e Biazin (2000, p. 14),

nos países em desenvolvimento, o consumidor, em geral, pouco conhece ou nem sabe da existência e, mesmo da importância dos rótulos ambientais, a não ser quando se trata de questões que mídia divulga (data de validade, peso, faixa etária). A questão do rótulo ser de primeira ou de terceira parte pouco importa, visto que grande parte dos consumidores não diferencia um ou outro. Nesse contexto, pode-se enfatizar, principalmente para as pequenas e médias empresas, o selo de primeira parte.

Agora, é importante frisar que desde o início do movimento ambiental, em termos mundiais, aliado ao movimento seringueiro, em torno da conservação da floresta amazônica, que a certificação ambiental de primeira parte predomina na comercialização dos PFNM provenientes das comunidades florestais.

A auto-declaração pró-ambiente, pró-comércio justo é o traço comum entre as empresas “ambientalistas” e está no cerne do sucesso de seus empreendimentos. Isto significa claramente um esquema de rotulagem de primeira parte. Por exemplo, por intermédio do rótulo dos sorvetes com sabor tropical (*Rainforest Crunch ice cream*), a Ben e Jerry’s afirmou, durante cinco anos, que o “*money from these nuts will help Brazilian forest peoples start a nut-shelling cooperative*” ou o “dinheiro destas castanhas ajudará os povos da floresta brasileira a começar uma cooperativa de beneficiamento da castanha”⁶⁷.

Além da matéria-prima e sua qualidade intrínseca, a grande empresa “compra” de uma comunidade florestal, em particular aquelas que residem nas florestas tropicais, sua imagem pró-ambiente. Esta última qualidade se torna cada vez mais decisiva na geração de *rents* na competição capitalista contemporânea.

Com tudo isso, a imagem pró-ambiente e comércio justo se confundem com os rótulos “povos da floresta”, “produtores extrativistas”, “seringueiros” etc. Além disso, soma-se uma nova marca que talvez agregue as demais: “Reserva Extrativista”. Ora, os PFNM originários das RESEX conseguem entrar nos mercados de países, em particular os Europeus, que cada vez mais exigem a personificação do conceito do desenvolvimento sustentável nos produtos comercializados.

⁶⁷ Cf. Rosin (1995), Glasser (1995).

Na realidade, um produto oriundo das RESEX pode ser referendado como objeto de dupla certificação. Por um lado, pela certificação ambiental de primeira parte, mediante a auto-declaração das comunidades extrativistas de uma imagem pró-ambiente, que foi arduamente construída; e, por outro lado, obviamente em decorrência da primeira, a certificação denominada de quarta parte ou governamental, visto que as RESEX são frutos da construção de uma política ambiental para a Amazônia, com padrões e critérios definidos pelo poder público em parceria com o movimento ambientalista seringueiro.

Ora, em tese, os produtos que se originam das RESEX não precisam de certificação de organismos independentes, uma vez os PFNM produzidos nessas áreas, estão subordinados aos padrões e critérios previstos em planos de desenvolvimentos definidos e implementados/fiscalizados por instituições governamentais e legislação específica. Assim, a certificação governamental atende os pré-requisitos do desenvolvimento sustentável. O bilhete para entrar nos mercados para produtos de qualidade diferenciada está garantido.

Além disso, a certificação governamental pode ser a chave para o fortalecimento da dimensão institucional cognitiva dos comunitários, ou seja, na manutenção dos valores não-econômicos, culturais, éticos e ambientais, visto ser essa dimensão uma das fortalezas das RESEX. De acordo com Molnar (2003), o rótulo “comércio justo” ainda é pouco utilizado para produtos florestais.

No Acre, duas iniciativas caminham nessa direção. Em 2003, foi criada a Agência de Negócios do Acre (ANAC) para promover os negócios da floresta ligando cooperativas e associações com empresas nacionais e internacionais, para o suprimento de matérias-primas da floresta. A ANAC auxilia no desenvolvimento da qualidade e de embalagens diferenciadas para os produtos da região, rotulando-as como “produtos do Acre ou da floresta”, claramente com o intuito de agregar valor.

Também em 2003, foi fundada a Associação Certificadora Sócio-Participativa da Amazônia (ACS Amazônia), depois de ampla discussão, coordenada pelo Grupo de Pesquisas e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE)⁶⁸, que teve a participação de organizações governamentais e não-governamentais e comunidades. A ACS Amazônia é a primeira certificadora comunitária na Amazônia. Foi criado o selo ambiental – Certificação

⁶⁸ Ver <http://www.pesacre.org.br/>

Sócio-Participativa –, obviamente de segunda parte, para a valorização dos produtos agro-extrativistas da região.⁶⁹

Agora, diante dos vários tipos de sistemas de certificação ambiental, qual seria(m) o(s) mais adequado(s) para os PFNM produzidos pelas comunidades florestais da Amazônia, em particular aquelas localizadas nas RESEX? O ideal seria apenas uma única certificação? Ou dupla ou tripla certificação?

Primeiramente, observa-se que a implementação de um processo de certificação ambiental não significa uma simples escolha entre as alternativas disponíveis num cardápio apresentado de acordo com as exigências das instituições de mercado, como muitas vezes é colocado pelo *mainstream*. Aliás, o açodamento na escolha de alguns tipos de certificação tem redundado em fracassos e decepções.

Na realidade, ao invés de identificar o processo de certificação como uma questão de escolha, concorda-se com Garcia-Johnson, Gereffi e Sasser (2000) que afirmam que os diversos tipos de certificação emergem ou desenvolvem-se dentro de cada setor industrial. Para os autores “o tipo de sistema de certificação que emerge em um dado setor [...] é dependente de três variáveis: o nível de ameaça à sociedade civil, a reputação (coletiva ou individual) da firma/indústria e a concentração industrial” (p. 1).

Portanto, o tipo de certificação que se desenvolve em determinada firma/indústria ameaçada em sua reputação, depende do nível de organização da sociedade civil (opinião pública, campanhas de ONGs etc.) e do grau de reputação repartido entre as firmas e o grau de concentração industrial. Destaca-se, conforme os autores, que quanto maior o nível de organização da sociedade civil mais provável será a emergência de sistemas de certificação de terceira parte. O quadro 2 resume as diferentes composições das variáveis em questão e os tipos de certificações esperados.

⁶⁹ Ver <http://www.grupos.com.br/group/acs.amazonia>

Quadro 2 – Tipos de Sistemas de Certificação Esperados de acordo com a composição das variáveis níveis de organização da sociedade civil, reputação e concentração industrial

Estrutura Industrial	Sociedade civil	
	Desorganizada	Organizada
Concentrada, Reputação Individual	0, 1, 4 (firmas terão poder para minimizar controle externo, mas podem buscar vantagem competitiva)	1, 3, 4 (firmas podem estar indispostas a criar instituições de segunda parte, mas serão empurrada de primeira para a terceira)
Concentrada, Reputação Coletiva	2 (firmas farão controle coletivo dos danos)	2, 3 (firmas podem preferir certificação de segunda parte, mas podem ser empurradas para a terceira)
Desconcentrada, Reputação Individual	0,1 (algumas firmas podem buscar vantagem competitiva)	3, 4 (firmas podem ser incapazes ou estão indispostas para se organizarem; ONGs e/ou governos criaram e manterão instituições de certificação)
Desconcentrada, Reputação Coletiva	0,4 (regulação como única opção, quando a ação coletiva é impossível)	4 (firmas podem ser incapazes ou estão indispostas para se organizarem, enquanto ONGs e/ou governos insistirão numa solução de quarta parte para a indústria como um todo)

Obs.: 0 - Nenhuma; 1- Certificação de Primeira Parte; 2 - Certificação de Segunda Parte; 3 - Certificação de Terceira Parte; 4 - Certificação de Quarta Parte

Fonte: Garcia-Johnson, Gereffi e Sasser (2000, p. 7)

Percebe-se no quadro 2 a razão pela qual a figura das Unidades de Conservação de uso direto (dentre elas as RESEX) tornou-se a principal certificação ambiental das comunidades florestais da Amazônia. A emergência da certificação de quarta parte (governamental) foi propiciada pelo alto nível de organização da sociedade civil na região, especialmente no Acre, em que se destaca a atuação de ONGs com diversas campanhas de opinião, boicotes, auxílio financeiro etc. Nitidamente a reputação dos PFNM é coletiva, cristalizada nas diversas cooperativas de produtores, espalhadas nas diversas localidades da Amazônia.

Não obstante, nota-se que as ONGs ao mesmo tempo em que buscam soluções governamentais para a resolução das ameaças às populações florestais, especialmente àquelas

que vivem em Unidades de Conservação, empurram também soluções complementares a partir de sistemas de certificação de organismos independentes (terceira parte).

Um primeiro ponto a destacar nas proposições de Garcia-Johnson, Gereffi e Sasser (2000) é que a certificação é vista como um processo, bem ao estilo da abordagem evolucionária neoschumpeteriana. Além disso, ressalta-se a utilização de variáveis não-econômicas para a explicação da emergência de determinado tipo de sistema de certificação, privilegiando aspectos cognitivos da sociedade – como a atuação da ONGs e outros segmentos organizados, caso do movimento seringueiro, além de escapar da estrita análise custo-benefício que permeia o grosso das avaliações sobre os tipos de sistemas de certificação ambiental.

No entanto, enquanto estratégia competitiva sustentável, as proposições supracitadas são primordiais, mas não o suficiente para a avaliação da sustentabilidade dos tipos de sistemas de certificação, visto que enfoca apenas o ambiente externo às firmas/indústria e, por extensão às comunidades florestais, objeto do presente trabalho.

Dessa forma, outros estudos conseguem avanços importantes – em relação ao *mainstream* neoclássico – na avaliação de sistemas de certificação ambiental indicados para a produção familiar rural, porém sem se desvencilhar do próprio *mainstream*.

O interessante trabalho de Medaets (2003) se utiliza de pressupostos da Nova Economia Institucional, em particular da abordagem da Economia de Custos de Transação, para discutir a viabilidade de sistemas de certificação alternativos aos tipos de certificação de terceira parte para pequenos agricultores familiares. O avanço do conhecimento em relação aos padrões e critérios, custos e aspectos formais e legais relacionados aos tipos de certificação estudados é notável, pois se evidencia claramente o importante papel do arranjo institucional em torno do processo de certificação. Contudo, o estudo é ainda tímido em olhar dentro da “caixa preta”, ou seja, o ambiente interno às propriedades familiares rurais é pouco explorado.

Ora, em última instância, a origem das assimetrias que possam garantir a sustentabilidade – principalmente do ponto de vista econômico, na geração de sobre-preços, no processo de certificação ambiental - se encontra justamente nos processos que ocorrem no ambiente interno ao objeto de estudo e não na certificação em si.

Assim, a certificação de quarta parte foi o principal sistema que se desenvolveu dentre as comunidades florestais e seus PFNM, mostrando-se a mais adequada à realidade dessa população. Esse tipo de certificação governamental tem como principal referência as unidades de conservação de uso direto, especialmente as RESEX, que representam a personificação dos anseios do movimento seringueiro e ambientalista como um todo. Os PFNMs originários dessas áreas ganharam um bilhete especial que os colocava diretamente nos mercados mais exigentes em termos de reputação pró-ambiente, em particular nos mercados europeus.

Contudo, com o processo de consolidação das RESEX se verificou as imensas dificuldades de sustentabilidade econômica das comunidades que vivem nessas unidades. Desse modo, percebeu-se que a mera implementação das RESEX não seria suficiente para a manutenção das famílias e, conseqüentemente, da sustentabilidade dessa estratégia competitiva.

Visto como um processo, a certificação ambiental via RESEX tem que ser encarada como um ato contínuo e, claro, cumulativo. O fortalecimento dessa estratégia virá mediante a introdução de inovações dentro ambiente interno das RESEX, ou seja, junto às famílias extrativistas. Outros tipos de certificação podem complementar a certificação ambiental governamental, desde que auxiliem no processo de geração de assimetrias que possam garantir a sustentabilidade dessa estratégia competitiva na apropriabilidade dos sobre-preços gerados na comercialização dos produtos.

Assim, surge o processo de certificação ambiental da castanha do Brasil produzida por produtores extrativistas dentro da RESEX “Chico Mendes”, que vem sendo gestado desde 1999/2000 e cujo ápice aconteceu em 2004/2005, com a complementação da dupla certificação (*Fair Trade* e orgânico) por organismos de terceira parte. Dessa forma, tem-se um processo de tripla certificação – a própria RESEX, *fair trade* e orgânica, que precisa ser avaliado como uma estratégia competitiva sustentável. Isto será discutido no próximo capítulo.

4. O CASO DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL DA CASTANHA-DO-BRASIL, PRODUZIDA NA RESEX CHICO MENDES

Desde a derrocada da produção de borracha natural na Amazônia, a castanha-do-Brasil, tradicionalmente denominada de castanha-do-pará, se tornou o principal PFNM (Produto Florestal Não-Madeireiro) gerador de renda para a manutenção das famílias extrativistas da região, especialmente no Acre. De acordo com Bayma et al. (2006), aproximadamente 25.000 famílias vivem do extrativismo vegetal na Amazônia Brasileira. No Acre, cerca de 5.000 famílias retiram seu sustento do extrativismo, notadamente da produção e comercialização da castanha-do-Brasil (VASCONCELOS e FADELL, 2005).

Portanto, dada a relevância deste produto para a manutenção das comunidades extrativistas da Amazônia e, claro, para a conservação das florestas da região, busca-se nesse capítulo, avaliar os impactos da certificação ambiental da castanha-do-Brasil, produzida na RESEX Chico Mendes, situada no Acre, Brasil, na manutenção das famílias extrativistas.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: no tópico 4.1, faz-se uma sucinta discussão sobre o mercado da castanha-do-Brasil, enfocando, à luz do referencial teórico desenvolvido ao longo do presente trabalho – enfatizando a importância da inovação e do arranjo institucional na obtenção de diferenciais competitivos –, as raízes da hegemonia boliviana nesse mercado, bem como a resposta das organizações extrativistas aos desafios desse setor; no tópico seguinte (4.2), segue a avaliação econômica da castanha-do-Brasil, convencional e certificada, produzida no interior da RESEX; e, no tópico 4.3, faz-se uma avaliação estratégica dos ativos e capacitações disponíveis aos produtores extrativistas.

4.1. O mercado da castanha-do-Brasil, a hegemonia boliviana e os desafios impostos aos extrativistas das RESEX

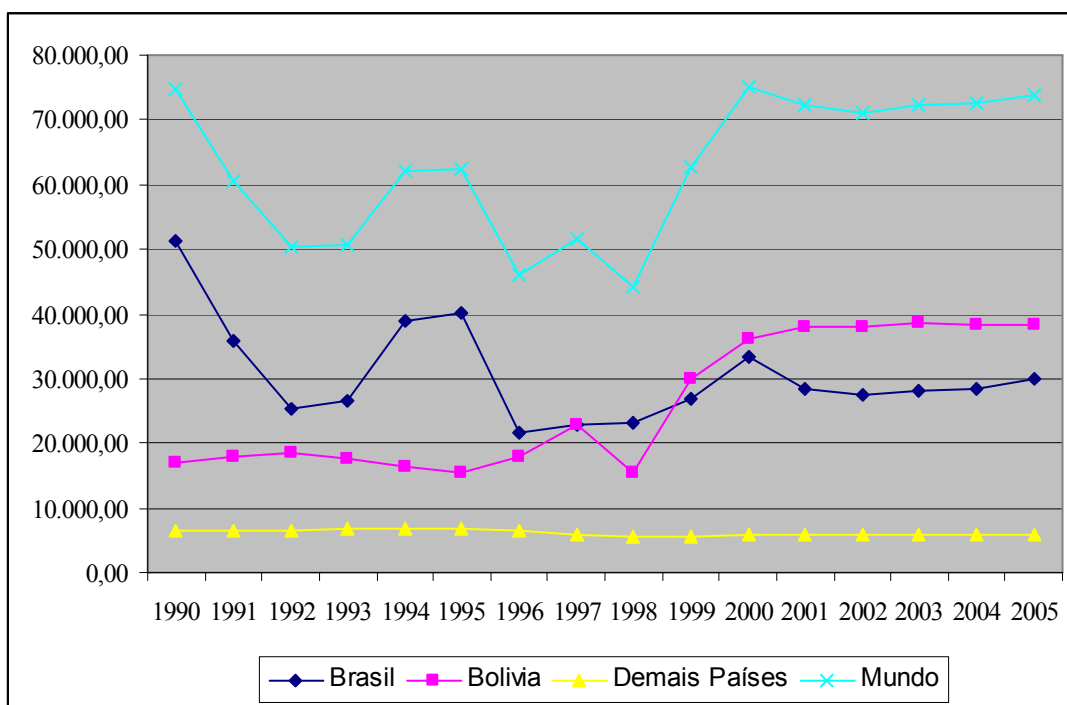
No estudo de mercado da castanha-do-Brasil, um primeiro aspecto a ser observado é que o produto é uma das raras exceções de PFNM que dispõe de mercado estabelecido. A

castanha-do-Brasil participa do amplo mercado de castanhas comestíveis, tais como, caju, avelã, noz, amêndoas etc.

No entanto, uma diferença essencial da castanha-do-Brasil é que o produto é originário apenas da exploração de árvores nativas da floresta amazônica. Enquanto que os demais produtos desse mercado se originam, em sua ampla maioria, de plantações racionais. Este é um ponto importante, visto que a sustentabilidade do comércio de castanha-do-Brasil depende da manutenção de dois ambientes extremamente frágeis dentro dos ditames capitalistas: o ecológico e o social.

A castanha-do-Brasil é um produto tipicamente destinado para a exportação. Em 2005, a produção mundial de castanha-do-Brasil foi de aproximadamente 74.000 toneladas. A Bolívia e o Brasil dominam mais de 90% dessa produção, com 51,61% e 40,56%, respectivamente. Destaca-se, no gráfico 2, que entre 1998 e 1999 os produtores bolivianos tomam pra si a hegemonia da produção de castanha, restabelecendo, já em 2000, o mesmo patamar da produção mundial do início dos anos 1990, que caiu em função do declínio brasileiro.

Gráfico 2 - Produção de Castanha-do-Brasil (com casca) - Brasil, Bolívia e Mundo - 1990/2005 (toneladas)



Fonte: FAOSTAT (2006)

Entretanto, do ponto de vista de valor de mercado, a hegemonia boliviana é muito mais explícita e decisiva, indicando que seu cerne não está na quantidade e sim na qualidade da produção e seu valor agregado. De acordo com a tabela 4, em 2004, o valor total da produção mundial de castanha-do-Brasil (com casca – *in natura*; e sem casca – beneficiada) foi de aproximadamente 108,7 milhões de dólares, cuja metade desse valor foi apropriada pelos bolivianos. Os produtores brasileiros se apropriaram em torno de 20% do valor total gerado no comércio mundial do produto.

Ademais, nota-se, no gráfico 3, que a partir de 1998 praticamente toda a castanha boliviana foi processada e exportada. De 1998 a 2004, os produtores bolivianos obtiveram anualmente, em média, cerca de 60% do valor gerado nesse tipo de mercado, com valores exportados em torno de 50 milhões de dólares, em 2004.

Por outro lado, o Brasil perdeu espaço tanto na comercialização de castanha *in natura* quanto da beneficiada. Em termos de valores monetários, no período de 1990-2004, as exportações de castanha *in natura* caíram em torno de 55%, com diminuição média anual em torno de 4%/ano, cujos valores, em 2004, somaram o equivalente a 6,7 milhões de dólares. Entretanto, o Brasil ainda continua líder no setor (castanha *in natura*) com 40% do valor das exportações.

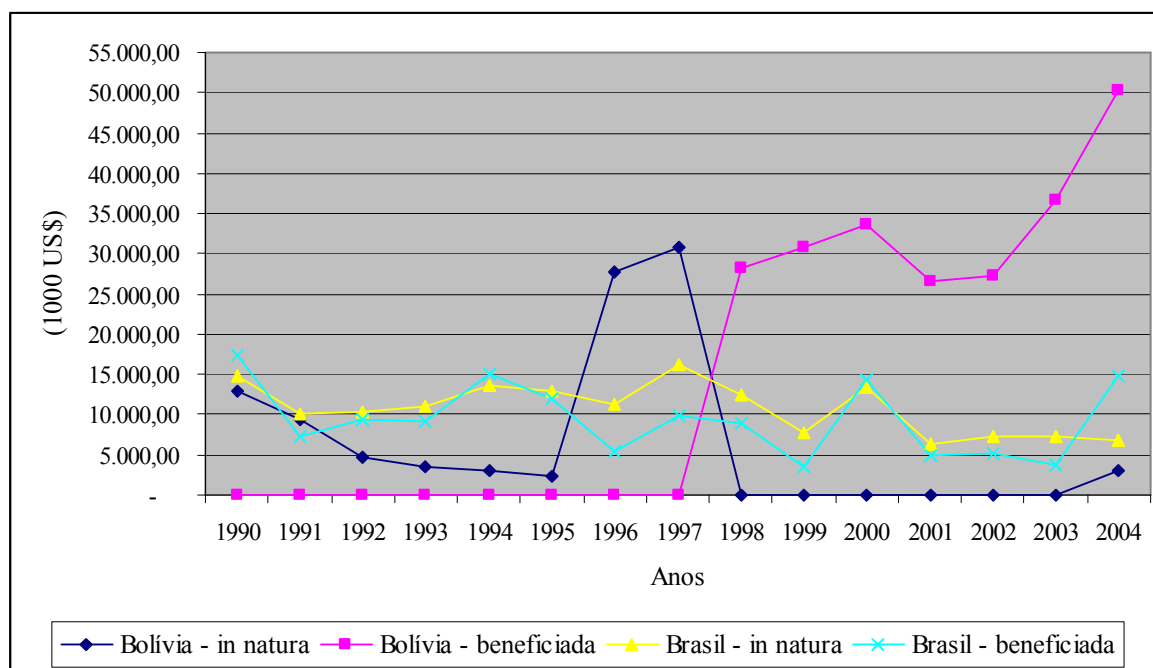
Contudo, a diminuição das exportações da castanha *in natura* não foi compensada pelo acréscimo das exportações do produto processado. Muito pelo contrário, no período de 1990-2004, apresentaram queda em torno 14,5%, com declínio médio próximo de 1%/ano. Não obstante, conforme o gráfico 3, as bruscas oscilações no setor de processamento da castanha em solo brasileiro demonstram a desorganização e dificuldade do mesmo em estabilizar ou até mesmo ampliar a comercialização da castanha-do-Brasil beneficiada, mesmo descontando as oscilações naturais de preços e produção dessa *commoditie*.

Tabela 4 - Valor da Exportação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - Bolívia Brasil e Mundo - 1994/2004 (1000 US\$)

Ano	Bolívia		Brasil		Demais Países		Mundo	
	<i>in natura</i>	beneficiada	<i>in natura</i>	beneficiada	<i>in natura</i>	beneficiada	<i>in natura</i>	beneficiada
1994	3.153,00	-	13.662,00	15.058,00	9.799,00	-	26.614,00	15.058,00
1995	2.250,00	-	12.899,00	12.093,00	8.553,00	10,00	23.702,00	12.103,00
1996	27.787,00	-	11.185,00	5.341,00	2.987,00	6.602,00	41.959,00	11.943,00
1997	30.711,00	-	16.114,00	9.961,00	4.469,00	6.573,00	51.294,00	16.534,00
1998	2,00	28.255,00	12.343,00	8.838,00	5.095,40	10.872,00	17.440,40	47.965,00
1999	49,50	30.839,13	7.675,00	3.420,00	7.023,20	17.350,04	14.747,70	51.609,17
2000	110,00	33.693,22	13.376,84	14.309,36	6.354,03	13.020,68	19.840,87	61.023,26
2001	-	26.561,00	6.263,00	4.886,00	4.729,65	9.374,64	10.992,65	40.821,64
2002	88,00	27.287,00	7.350,00	5.253,00	4.770,00	13.140,00	12.208,00	45.680,00
2003	54,00	36.650,00	7.179,00	3.691,00	5.706,00	17.669,00	12.939,00	58.010,00
2004	3.059,00	50.304,00	6.755,00	14.871,00	7.170,00	26.603,00	16.984,00	91.778,00

Fonte: FAOSTAT (2006)

Gráfico 3 - Valor da Exportação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - Bolívia Brasil e Mundo - 1994/2004 (1000 US\$)

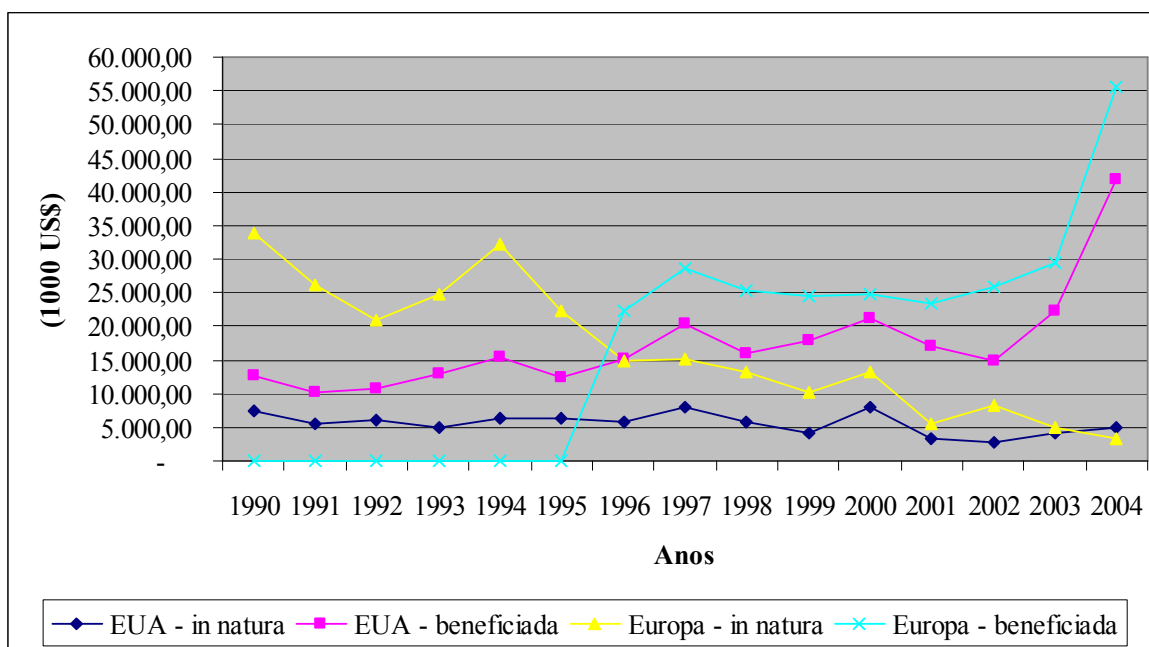


Fonte: FAOSTAT (2006)

Do lado da demanda por castanha-do-Brasil, segundo a FAOSTAT (2006) destaca-se que os principais importadores da castanha processada estão na Comunidade Européia – responsável por metade das importações, em 2004, gastando mais de 55 milhões de dólares –, e nos EUA – responsável por aproximadamente 38% das importações mundiais (em torno de 42 milhões de dólares). Na Europa, os principais países importadores de castanha em termos de valores de mercado, em 2004, foram: Reino Unido (26,5 milhões de dólares ou 23,9%/total); Holanda (8,3 milhões de dólares ou 7,5%/total); Alemanha (7,4 milhões de dólares ou 6,7%/total) e Itália (4,2 milhões ou 3,8%/total).

Agora, olhando para o mercado internacional de compradores da castanha-do-Brasil, se tem a impressão de que o Brasil *saiu dos trilhos e perdeu o bonde do desenvolvimento do setor*. De acordo com o gráfico 4, a tendência dos importadores mundiais é claramente comprar castanha beneficiada em detrimento da castanha *in natura*, que corre o risco de ficar marginalizada.

Gráfico 4 - Valor da Importação de Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - EUA e União Européia - 1994/2004 (1000 US\$)



Fonte: FAOSTAT (2006)

No período de 1990 a 2004, nos EUA, a importação de castanha *in natura* diminuiu em média 2% ao ano, somando para o período uma queda em torno de 33%. Na Europa a queda na importação de castanha *in natura* foi drástica, cerca de 90% para o mesmo período, diminuindo em média de 6% ao ano. Por outro lado, percebe-se que o mercado da castanha-do-Brasil se alterou completamente, quando a Europa definiu que tipo de produto ela iria importar, optando, claro, pela castanha processada, uma vez que isto também influenciou os EUA.

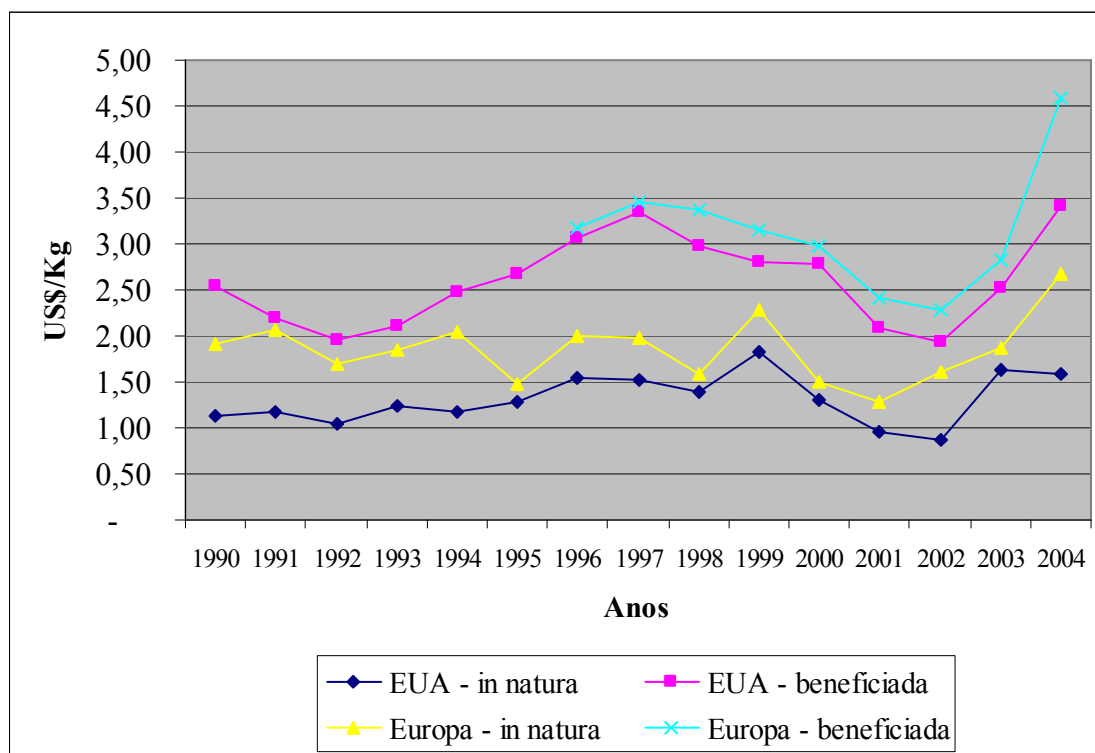
Ora, quando a Europa começou a importar a castanha processada já entrou suplantando os EUA em valores importados. De 1996 até 2003, as importações dessa região cresceram anualmente em torno de 5%, em média. Em 2004, as importações saltaram para um pouco mais que o dobro de 2003. No período, como um todo, as importações cresceram cerca de 151%.

Do lado dos EUA, a história não foi diferente, o crescimento das importações de 1996 a 2003 foi de aproximadamente 8%/ano. Em 2004, houve um acréscimo de 154% nos valores

importados, em relação ao ano anterior. E, no período em questão, as importações de castanha processada pelos EUA cresceram aproximadamente 211%.

Conforme o gráfico 5, destaca-se que a maior atratividade da Comunidade Européia e, conseqüentemente seus maiores valores importados, está relacionada aos preços pagos pela castanha-do-Brasil. De 1990 a 2004, em nenhum momento os importadores dos EUA pagaram melhores preços aos produtores do que os países da Europa. Em relação aos preços da castanha *in natura*, os países Europeus pagaram anualmente, em média, preços 28% acima dos que pagaram os norte-americanos. Pela castanha beneficiada, os preços pagos pelos europeus ficaram em torno de 11% mais caros que os importadores dos EUA. Vale notar que preço pago pela castanha beneficiada, no período considerado, em média anual, foi quase 50% a mais que a *in natura*, nos EUA e de 40% a mais na Europa.

Gráfico 5 – Preço de Mercado da Castanha do Brasil (in natura e beneficiada) - EUA e União Européia - 1994/2004 - (US\$/Kg)



Fonte: FAOSTAT (2006)

BOX 1 – Castanha-do-Brasil Orgânica Produzida na Bolívia

A indústria boliviana foi uma das pioneiras na produção e comercialização da castanha-do-Brasil orgânica certificada. Das 24 usinas beneficiadoras existentes na Bolívia, somente duas venderam castanha organicamente certificada, conforme os padrões europeus e americanos, sendo uma dessas beneficiadoras de propriedade de uma cooperativa de pequenos produtores. Ressalta-se que os volumes produzidos e comercializados ainda são baixos. Em 2001, a produção de castanha com certificação orgânica alcançou 0,6% da produção total de castanha no país, em torno de 213 toneladas, sendo destinada ao mercado orgânico e *fair trade*. Entre 1993 a 2001, o valor médio anual exportado de castanha orgânica ficou em torno de 2,2% do total de exportações. Mesmo ainda incipiente, a produção de castanha certificada se tornou atrativa em virtude dos sobre-preços auferidos pelos produtores, girando entre 15 e 35%, em relação ao produto convencional. Os principais importadores da castanha orgânica certificada da Bolívia são: Rapunzel Naturkost (Alemanha), Community Foods (EUA), Horizon Natuurvoeding (Holanda) and El Puente (Alemanha).

Fonte: Walter et. al (2003)

Agora, qual o segredo do sucesso do fenômeno boliviano no domínio do mercado mundial de castanha-do-Brasil em detrimento do declínio brasileiro? Talvez, em última instância, o segredo não seja tão secreto assim, pois Schumpeter há muito tempo, já dizia que o segredo do sucesso/fracasso num ambiente capitalista é a inovação, ou a falta dela.

Ora, a Bolívia respondeu aos desafios impostos pelo movimento do mercado mundial da castanha-do-Brasil com inovação. Atualmente, as fábricas beneficiadoras de castanha da Bolívia detêm a excelência no setor. De acordo com Coslovsky (2005, p. 3), “ao contrário do que alguns poderiam imaginar, a Bolívia domina o mercado da castanha não só em quantidade exportada, mas também em tecnologia, níveis sanitários e, principalmente, valor agregado”.

Do ponto de vista da manutenção da floresta tropical amazônica e suas populações, “a Bolívia está mostrando que é possível criar uma indústria competitiva com base em produtos florestais não madeireiros” (idem, p. 17).

Como isso foi possível? Talvez o ponto chave para entender hegemonia boliviana na indústria da castanha-do-Brasil, seja o período entre 1996/1998. Em 1996, a Comunidade

Européia começou a importar fortemente a castanha beneficiada em detrimento da *in natura* (gráfico 4). Dois anos depois, em 1998, a Bolívia responde pro-ativamente, exportando praticamente toda a produção de castanha beneficiada (gráfico 3). Em 1998, a Comunidade Européia lança uma nova regulamentação que estabeleceu limites rígidos sobre o nível de aflatoxinas nas castanhas/nozes em geral, especialmente sobre a castanha-do-Brasil (*Brazil Nuts*), cujos limites caíram de 20 PPB (parte por bilhão) para 4 PPB.⁷⁰ As fábricas processadoras de castanha da Bolívia são as únicas que conseguem reunir os rigorosos padrões sanitários da Europa, dominando este atrativo mercado⁷¹.

Conforme Coslovsky (2005; 2006), há várias hipóteses levantadas sobre as causas do sucesso boliviano, mas sem muitos aprofundamentos. O autor discute o assunto buscando encontrar as raízes do aludido sucesso.

No primeiro trabalho, em 2005, Coslovsky avança significativamente quando avalia os condicionantes da implantação e consolidação da indústria da castanha, em territórios bolivianos. De acordo com o autor,

A Bolívia, e notadamente Riberalta, a cidade que concentra 70% das beneficiadoras daquele país, adquiriu essa indústria graças à geografia da cidade, que a coloca como uma parada estratégica na rota de escoamento da castanha, e ***mais importante***, graças à atuação de uma malfadada empresa estatal que faliu, mas, graças à fraudes e corrupção deixou como legado um círculo de empreendedores locais bem treinados e com muito capital, que floresceram uma década depois. (p. 17, grifo meu, RCGM)

Ora, aqui se percebe claramente o papel do arranjo institucional em torno da indústria da castanha na Bolívia, capitaneada por uma empresa estatal, a Empresa Nacional de la Castaña (ENACA), criada nos anos 1970, dentro de um pacote de políticas industriais do governo boliviano. Esse arranjo institucional lançou os germes do atual sucesso dessa indústria, quando investiu no fortalecimento dos ativos tangíveis e intangíveis das firmas locais, de forma geral: em capital e capacitações.

⁷⁰ Cf. European (1998). Destarte, ergueram-se imensas barreiras não tarifárias à exportação da castanha-do-Brasil, uma vez que o produto é frequentemente contaminado por aflatoxinas – micotoxinas produzidas por uma espécie de fungo do gênero *Aspergillus* – devido ao manejo e armazenamento inadequados. O consumo de aflatoxinas em altas concentrações pode causar câncer. Portanto, “os altos índices de contaminação por aflatoxina denegriu a imagem da castanha-do-Brasil na Europa” (EMBRAPA, 2006)

⁷¹ Cf. Coslovsky (2006)

Além disso, realça-se a dinâmica evolutiva desse processo. O arranjo propiciou a mudança institucional nos anos 1980, notadamente na segunda metade desta década, que foi transformado em outro arranjo institucional – agora capitaneado pelo setor privado –, por intermédio dos mecanismos de aprendizagem e inovação. Destarte, segundo Coslovsky (idem, p. 10),

graças à ENACA, eles [a elite local, setor privado] tinham aprendido a operar no mercado de castanha, estabelecido redes de intermediários para compra de matéria prima e, principalmente, adquirido uma quantidade significativa de capital em dinheiro vivo, que é o elemento mais importante, e mais escasso, para a implantação dessa indústria.

Assim, a indústria boliviana chega aos anos 1990 com um arranjo produtivo forte, composto por pequenas, médias e grandes empresas, desde cooperativas de pequenos produtores florestais a modernas beneficiadoras de castanhas. Então, surge o desafio decisivo que consolida a hegemonia dos beneficiadores bolivianos no mercado mundial: a regulamentação europeia sobre os níveis de contaminação da aflatoxina. Esta que se tornou na principal barreira não-tarifária sobre a castanha exportada, principalmente para o mercado europeu.

A resposta boliviana veio justamente a partir da cooperação entre as organizações que fazem parte do arranjo produtivo em torno da indústria da castanha, uma vez que conseguiram gerenciar todos os processos que envolvem a cadeia produtiva, modernizando o parque industrial e investindo nas capacitações dos recursos humanos envolvidos, entre outras ações. Somente a indústria boliviana que conta com modernos laboratórios específicos para o controle de qualidade da castanha-do-Brasil. Por exemplo, destaca-se que se usam raios ultravioleta para a detecção de contaminação por aflatoxinas nas castanhas, normalmente imperceptíveis a olho nu.⁷²

Desse modo, nos anos 1990, a evolução do arranjo institucional em torno da indústria da castanha boliviana foi decisiva para alcançar a hegemonia no mercado internacional do setor. Nesta década, o cerne da mudança institucional e das futuras inovações, vinculou-se a um novo arranjo em torno das atividades de cooperação técnica e comercial para o

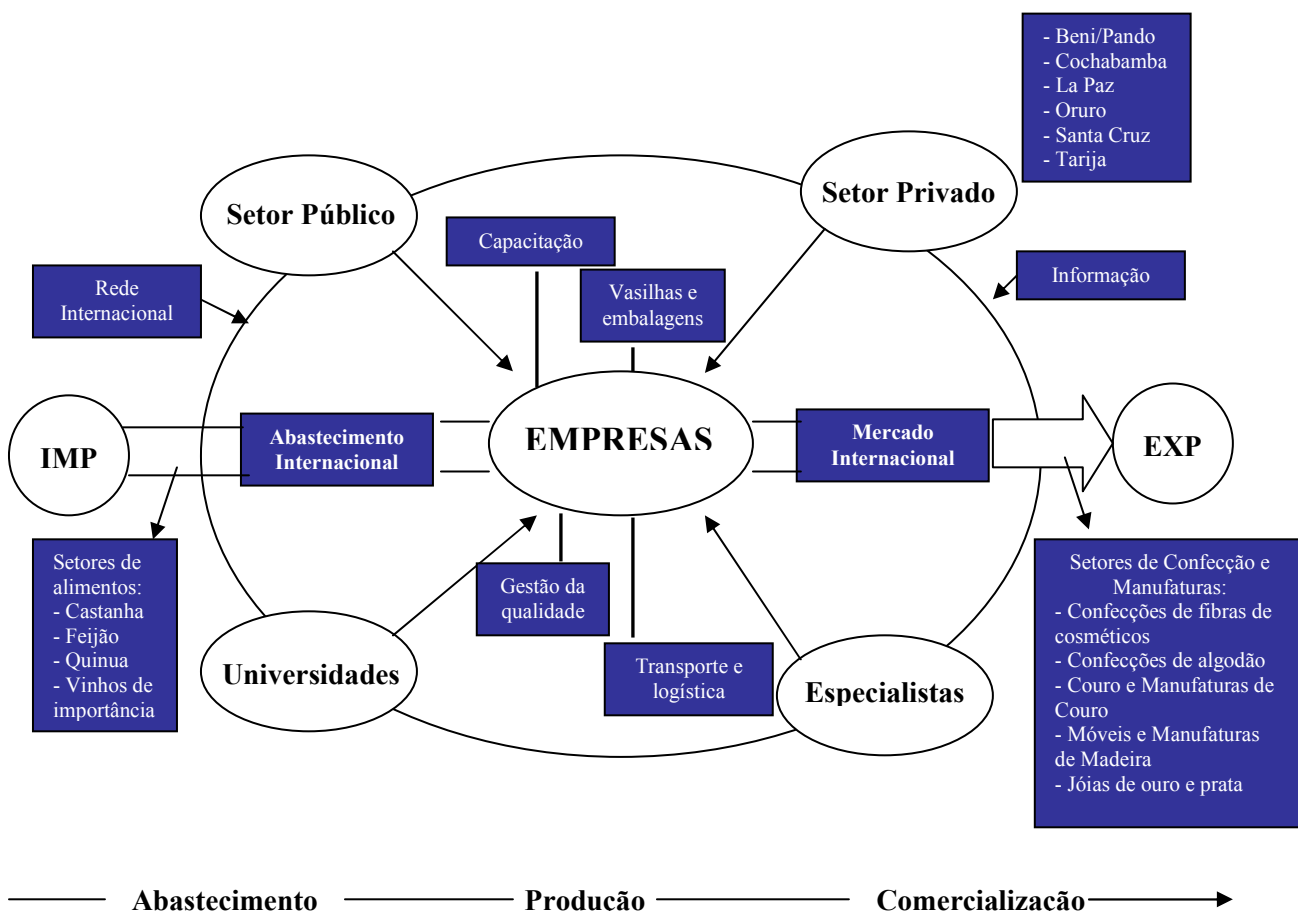
⁷² Cf. Coslovsky (2005 e 2006)

desenvolvimento das exportações da Bolívia, promovidas pelo *International Trade Center* (ITC) – Centro de Comércio Internacional (CCI) –, organismo vinculado à UNCTAD/OMC.

As atividades de cooperação técnica, que se iniciaram no início dos anos 1990, culminaram no projeto denominado “PROYECTO CCI BOL/61/80 - Cooperación Técnica Multifuncional para el Desarrollo y Promoción de Exportaciones”, desenhado em 1999, sendo executado a partir de 2001, com objetivos de desenvolvimento de produtos e mercados, criação e reforço da capacidade nacional de recursos humanos e estabelecimento ou fortalecimento de mecanismos para a promoção e desenvolvimento do comércio exterior. (PROYECTO, 2006)

O projeto tem como financiador a Secretaria de Estado de Economia do Governo Suíço (SECO). A contrapartida operacional do projeto no setor público é o Centro de Promoção Boliviano (CEPROBOL), que articula outras instituições públicas ligadas aos requerimentos do comércio exterior. No setor privado, a contrapartida operacional fica a cargo do Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE) e a Câmara de Exportadores de Santa Cruz (CADEX), que articula outras Câmaras nas diversas regiões do país. O gráfico 6 mostra o arranjo institucional moldado para fortalecer os produtos de exportação selecionados para o projeto.

Gráfico 6 – Arranjo institucional moldado para fortalecer o desenvolvimento do comércio exterior boliviano



Fonte: PROYECTO (2006)

Esse projeto do CCI apóia o desenvolvimento de vários produtos, dentre eles está a castanha-do-Brasil. Atualmente, estão envolvidas diretamente no projeto seis empresas do setor – entre elas a cooperativa campesina, de um total de 20 beneficiadoras. Claro que os resultados são direcionados para o restante do setor. Esse é um dos objetivos do CCI. Aqui está a cooperação técnica.

Dois resultados do projeto foram decisivos para a hegemonia boliviana no setor de castanha processada. Primeiro, no início de 1998, uma missão de programação do CCI apoiou a consolidação e expansão das exportações da Bolívia. Ora, justamente nesse ano a Bolívia vendeu quase que exclusivamente a castanha processada no mercado internacional (gráfico 4.2).

A excelência no setor de castanhas se consolidou com a criação de um Centro de Treinamento e Qualidade (CTQ) no nordeste boliviano, com um laboratório em Ribeiralta, para controlar as condições de higiene e sanidade e outro em Cobija, para controle de qualidade. Além disso, o CTQ garante um fórum para realimentar as capacitações dos recursos humanos em áreas relacionadas, por exemplo, a qualidade do produto, controle de doenças e monitoramento das tendências do mercado.

Enfim, todo esse arranjo institucional e suas alterações se traduziram em inovações para a indústria da castanha boliviana e as inovações em hegemonia no mercado internacional. Somente na Bolívia é que se encontram modernas fábricas beneficiadoras de castanhas completamente automatizadas. No Brasil, todas as empresas beneficiadoras utilizam quebração manual das castanhas.

Agora, como competir nesse mercado? Esse é o desafio brasileiro, em particular do Acre. As lições provenientes do sucesso boliviano são um bom caminho para responder a essa questão. A chave, como se viu, é promover uma ampla mudança institucional que possa induzir a ocorrência de inovações no setor para que pelo menos no curto prazo, se possa voltar aos trilhos da competitividade.

Não obstante, é preciso deixar claro que não se está advogando para a implantação/fortalecimento da indústria da castanha, na região amazônica, especialmente no Acre, nos mesmos moldes da Bolívia. Ora, atualmente, do lado brasileiro, os principais atores na produção da castanha são os produtores familiares florestais reunidos em torno de associações e cooperativas e não as empresas patronais, capitaneadas pelo grande capital – cerne da indústria boliviana. Assim, as intervenções que possam trilhar os caminhos da competitividade devem se pautar pelo ambiente produtivo/institucional delineado em torno dos referidos atores.

No Brasil, do ponto de vista de políticas públicas, a exacerbada ocupação econômica implementada na região amazônica, após os anos 1970, foi mortal para qualquer pretensão de modernização da indústria da castanha-do-Brasil, uma vez que a prioridade de produção na região foram os produtos agropecuários e, claro, a madeira.

Dessa forma, muitos produtores/exportadores de castanha diversificaram seus investimentos nesses novos e atrativos produtos ou “simplesmente” mudaram de ramo. Assim,

não é de se estranhar o declínio da produção e comercialização tanto da castanha *in natura* quanto da processada.

Contudo, quando o produtor em questão, é um extrativista que mora no interior de algum seringal da região, percebe-se que não é tão “simples” mudar de ramo ou de produto, principalmente porque ele já migrou do extrativismo da borracha para a castanha e não se tem tantas opções imediatas.

Concernentemente ao fato, se sabe que os grandes prejudicados foram as comunidades florestais da região e, obviamente, o meio ambiente amazônico. O declínio da produção de castanha na Amazônia está amplamente associado à marginalização dos extrativistas florestais, donos de imensas áreas de castanhais.

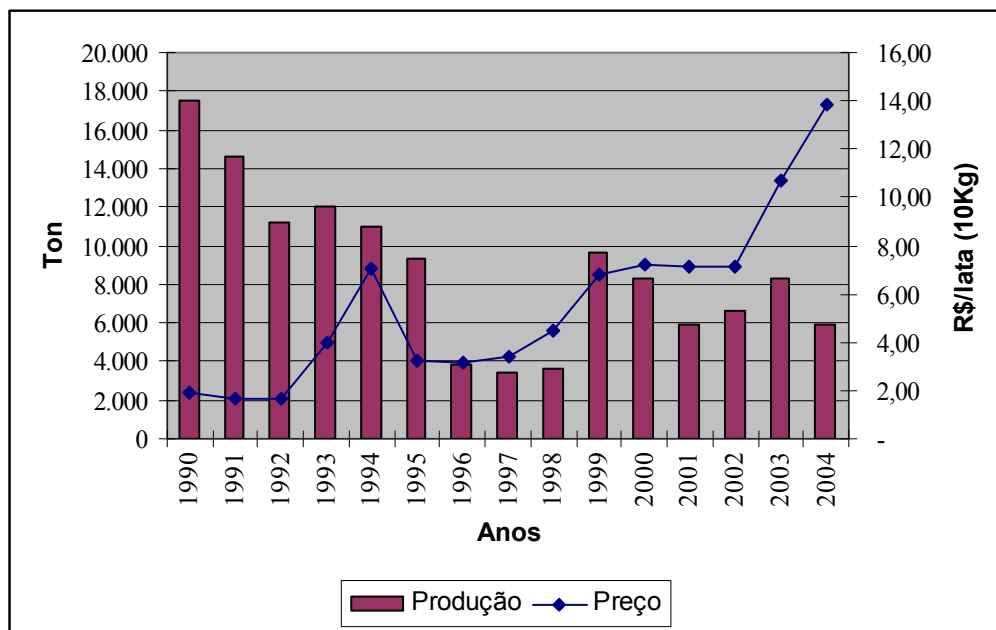
Não obstante, conforme o IBGE (2006), no período de 1990 a 2004, três estados dominaram a produção de castanha no país, notadamente na Amazônia brasileira, com uma produção média em torno de 30% do total produzido no país: Acre, Amazonas e Pará.

Com uma produção média anual de aproximadamente 9.000 toneladas, no referido período, o Acre se destaca nesse cenário em virtude de que *toda* produção que chega ao mercado é proveniente de famílias extrativistas, especialmente daquelas que moram na RESEX Chico Mendes, sendo essencial no sustento desses produtores e da manutenção da floresta.

De acordo com o gráfico 7, nota-se que os baixos preços pagos pela lata de castanha, quase que expulsaram os produtores extrativistas do mercado, visto que em 1998 a produção de castanha era 80% menor do que a quantidade produzida em 1990.⁷³ Além disso, talvez um fator preponderante neste declínio foi a baixa qualidade do produto, associada aos elevados índices de contaminação por aflatoxina. Entre 1996 e 1998, o nível de produção caiu às menores quantidades produzidas no período, mais precisamente, quando a Comunidade Européia endureceu sua regulamentação sobre os níveis máximos dessa micotoxina nos alimentos importados.

⁷³ Pode-se inferir que de forma geral isto se relaciona basicamente ao fato de que tradicionalmente a comercialização de castanha-do-Brasil era monopolizada pelas grandes casas comerciais exportadoras que atuam na região, em particular pela família Mutran. De acordo com Marília Emmi, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, citada por Rohter (2004), "em seu auge, os Mutran tinham monopólio sobre tudo o que era ligado à castanha-do-pará, da colheita ao transporte e às exportações". A família Mutran dominava o mercado do Pará ao Acre.

Gráfico 7 – Quantidade produzida (ton) x preços de mercado (R\$/Lata de 10 Kg) da castanha-do-Brasil *in natura* – Acre – 1990/2004



Fonte: IBGE (2006); SEPROF/AC (2004) apud Vasconcelos e Fadell (2005)

Observa-se ainda que, de 1991 a 1995, mesmo com os baixos preços, a produção tem um declínio menor (em torno de 10%/ano). Pode-se inferir que isto seja reflexo da importante mudança institucional promovida pela implantação da RESEX Chico Mendes, no início de 1990. Concomitantemente, o arranjo institucional em torno da RESEX, capitaneado pelas cooperativas de extrativistas da região e por algumas multinacionais, como a Ben & Jerry's, logrou a construção de duas usinas de beneficiamento de castanha na região, abrindo caminho para acessar o mercado europeu. Entretanto, a continuação dos baixos preços e os rígidos padrões sanitários, entre outras questões, tais como escala de produção, inviabilizaram o empreendimento.

Porém, em 1999, nota-se um ponto de virada neste ambiente, já que há um nítido aumento de produção juntamente com aumento do preço pago pela aquisição da castanha. O cerne desta mudança, claro, é institucional. Em 1999, assume o recém governo eleito, intitulado "Governo da Floresta". Já na posse promove uma mudança institucional importante, ou seja, inaugura um órgão denominado de Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo -

SEFE⁷⁴. Duas políticas públicas são imediatamente lançadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas dos produtos extrativistas: a Lei Chico Mendes de subsídio à borracha e a política de incentivo ao desenvolvimento da cadeia produtiva da castanha.

Do ponto de vista da produção de castanha, a Lei Chico Mendes foi importante porque, ao valorizar a borracha, antigos seringueiros que moravam nas cidades retornaram aos seringais de origem. Desse modo, os mesmos voltaram não somente a trabalhar com borracha, mas também com a produção de castanha. Pois, os produtos são explorados em período distintos e não concorrentes.

Além disso, do ponto de vista de preços, a política de incentivos ao desenvolvimento da castanha lançou mão de um artifício extremamente útil para proteger os extrativistas dos históricos baixos preços: a definição de preços mínimos na aquisição do produto. Ou seja, a partir desse mínimo, que certamente cobriria pelo menos os custos de produção, os preços podem variar de acordo com os ditames do mercado.

Na manutenção dessa política de preços justos, algumas instituições são importantes nesse processo. Primeiro, a instituição que serve de agente intermediário entre os extrativistas e o mercado. Papel este destinado às cooperativas dos extrativistas da região. E, não menos importante, das instituições que servem como fonte financiadoras de tal empreendimento, pois a política de preços mínimos trabalha com o mecanismo de compra antecipada da produção.

Ora, aqui se destaca o papel do governo federal no apoio à população extrativista da Amazônia com a criação do Programa Amazônia Solidária, em 1998. Assim, os recursos financeiros para a compra antecipada da produção de castanha entre 1999 e 2002, foram garantidos pelo referido programa. Um aspecto importante, que realça a importância do arranjo institucional em torno da produção e comercialização de castanha no Acre, a ser destacado, é que somente ele (o Acre), nesse período, se utilizou desses recursos para a política de compra antecipada da produção.⁷⁵

⁷⁴ No segundo mandato do atual governo da floresta a SEFE foi desmenbrada em duas outras, a Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar (SEPROF) e a Secretaria de Florestas (SEF).

⁷⁵ Cf. comunicação pessoal de Mário Jorge da Silva Fadell, atual Secretário de Agricultura do município de Rio Branco/AC e ex-diretor da SEPROF/AC.

De 2003 até os dias atuais, os preços mínimos relativos ao programa de compra antecipada da castanha foram garantidos pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB⁷⁶ em parceria com a Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar do Acre (SEPROF/AC).⁷⁷

Adicionalmente à política de compra antecipada, os incentivos governamentais ao desenvolvimento da cadeia produtiva da castanha, passaram pela indução de boas práticas em todo o processo de manejo, armazenamento e transporte do produto. De acordo com Vasconcelos e Fadell (2005, p. 08),

com esse Programa [compra antecipada] e diante dos requisitos de qualidade exigidos pelo mercado e pela legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o governo passou a trabalhar com diversas estratégias, como, por exemplo, a recuperação e implantação de armazéns comunitários, considerados estratégicos, principalmente, para a garantia da qualidade da produção e para os locais onde o escoamento da mesma só ocorre durante o período não-invernoso, já no final da safra, em meados do mês de maio.⁷⁸

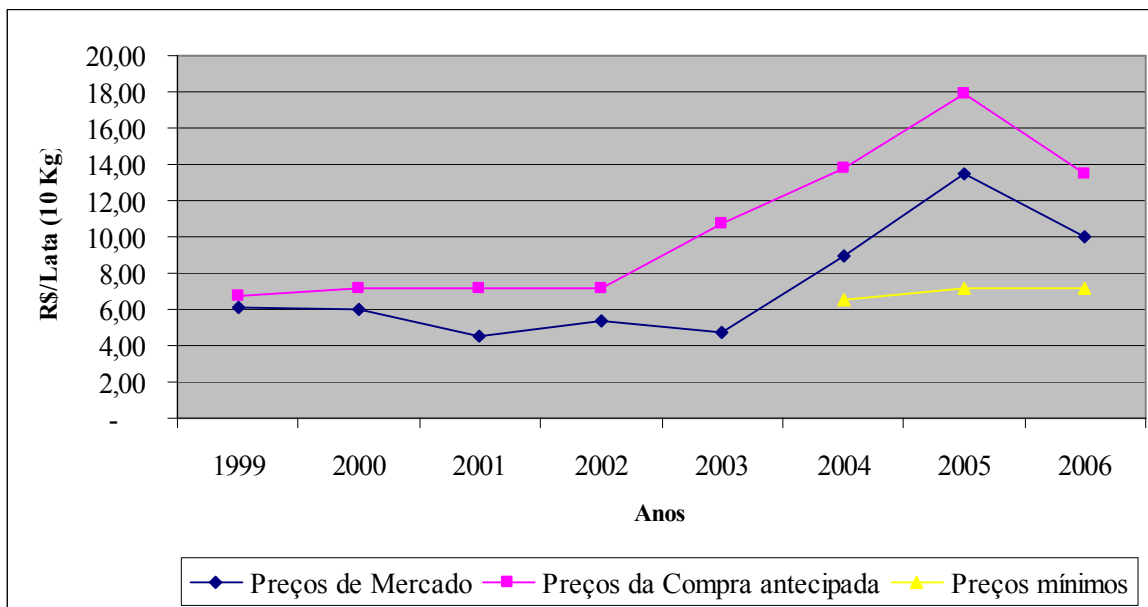
Assim, conforme o Gráfico 8, observa-se que a política de preços justos foi completamente exitosa, pois os preços pagos aos produtores extrativistas associados às cooperativas foram sempre superiores aos pagos pelo mercado, no período de 1999 a 2006. Em média, os preços pagos pela compra antecipada de castanha giraram em torno de 45%/ano acima dos preços de mercado.

⁷⁶ Sobre política de preços mínimos, consultar: <<http://www.conab.gov.br>>.

⁷⁷ Cf. Vasconcelos e Fadell (2005)

⁷⁸ Cf. Bolsa (2004), em 2003, as exportações brasileiras de castanha-do-Brasil com casca foram completamente vetadas por autoridades da comissão européia que tratam do assunto, já que a inspeção feita pela comissão, no referido ano, concluiu que tanto o governo quanto o setor privado não estavam preparados para atender as exigências estabelecidas. Ademais, toda castanha-do-Brasil com casca que fosse embarcada para a Europa deveria ter um certificado documentando a rastreabilidade do produto desde a colheita até as empresas exportadoras.

Gráfico 8 – Comparação entre os preços pagos pelas cooperativas (Política de preços justos) e os preços pagos pelo mercado na aquisição da castanha *in natura* – Acre – 1999/2004 (atualizados em R\$/2006)



Fonte: IBGE (2006); SEPROF/AC apud Vasconcelos e Fadell (2005); CONAB

No gráfico 8, percebe-se uma evolução significativa dos preços da castanha, desde 1999, chegando a seu máximo em 2005, em R\$ 18,00/Lata (10 Kg), caindo, em 2006, cerca de 25% em relação ao ano anterior.

Vale notar que as oscilações de preços da castanha, para mais ou para menos, variaram em função da política de compra antecipada e dos preços mínimos, uma vez que esse procedimento influenciou positivamente os preços de mercado, especialmente após 2003, que oscilaram acima do preço mínimo estabelecido pela CONAB. Por outro lado, os preços sofrem influência das variações naturais do ciclo produtivo das castanheiras que produzem, ano a ano, muito ou pouco.⁷⁹

Pode-se inferir daí, que a valorização da castanha-do-Brasil e, conseqüentemente o aumento das rendas dos extrativistas no Acre⁸⁰, deveu-se essencialmente à mudança institucional capitaneada pelo governo estadual, em parceria com o governo federal, setor privado, notadamente as cooperativas de produtores extrativistas, e ONGs, além, obviamente,

⁷⁹ Cf. Vasconcelos e Fadell (2005)

⁸⁰ Objeto de discussão na próxima seção deste capítulo.

do mercado internacional amplamente favorável à aquisição do produto, em particular da castanha processada.

Nesse sentido, outro fator da política de incentivo ao desenvolvimento-produção de castanha que se tornou decisivo na valorização da castanha, foi a construção de duas novas usinas de beneficiamento de castanha-do-Brasil,, nos municípios de Xapuri e Brasília – em substituição das antigas fábricas –, que começaram a funcionar em 2006, depois de uma série de contratempos durante o processo de construção das obras.

Segundo Vasconcelos e Fadell (2005, p. 08),

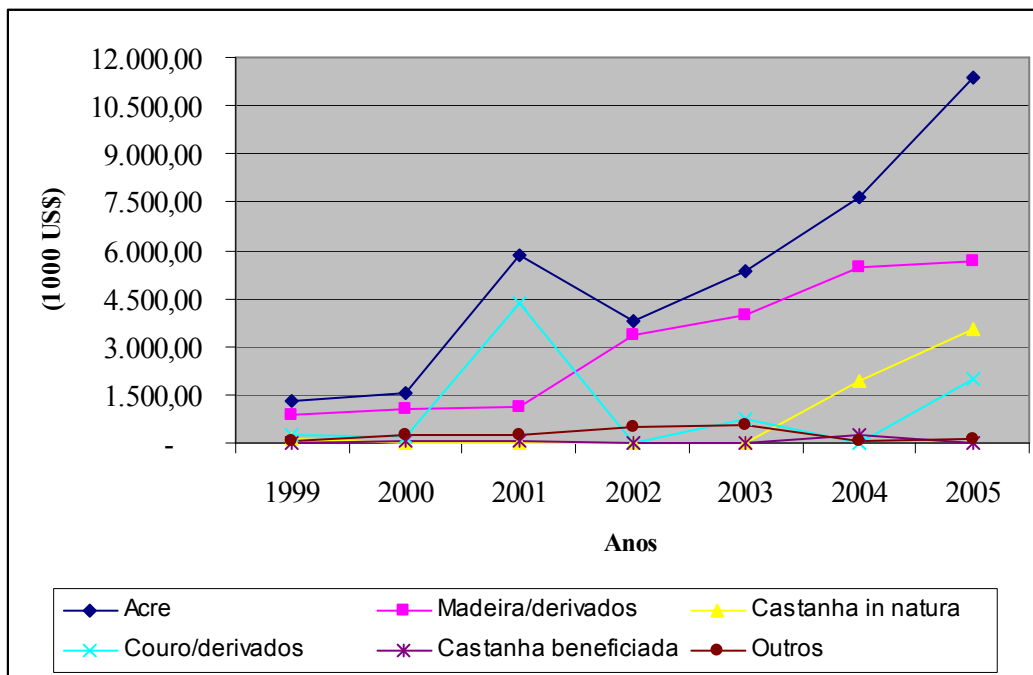
essas usinas, com melhor infra-estrutura física, possuem uma capacidade de beneficiar 50% da safra de castanha do Estado. Elas serão gerenciadas através das cooperativas locais. As mesmas produzirão com melhor qualidade e maior escala, utilizando sistema de industrialização semi-automático e atualmente já vem negociando com os mercados interno e externo.

Ainda conforme os autores,

para a implantação das duas usinas, o investimento realizado pelo Governo, em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, foi de 3 milhões de reais (R\$3.000.000,00). A título de demonstração, só no primeiro ano de funcionamento elas movimentarão cerca de 2 milhões de reais (R\$2.000.000,00) com a aquisição de matéria-prima. Elas irão gerar, no total, cerca de 200 empregos: 100 por usina e beneficiarão 2.000 famílias de castanheiros. (idem)

Do ponto de vista de geração de divisas para o estado do Acre, conforme o gráfico 9, a mudança institucional em torno da produção de castanha elevou este produto ao posto de segundo maior gerador de divisas, em 2004 e 2005. Entretanto, nota-se que a castanha em destaque foi praticamente exportada *in natura* - a Bolívia foi o grande importador da castanha acreana –, ou seja, na contramão do comércio internacional. Talvez uma atenuante deste fato esteja na constatação de que as usinas beneficiadoras de castanhas ainda estavam em processo de construção.

Gráfico 9 – Exportações do estado do Acre – principais produtos – 1999/2005 (1000 US\$)



Fonte: MDIC/SECEX (2006)

Ora, a partir do momento em que as usinas estiverem prontas, a prioridade terá que ser a exportação da castanha beneficiada. E, obviamente, destinada aos mercados Europeus e dos EUA.

Além disso, têm que ser mais bem avaliada as vantagens do comércio com a Bolívia. Pois, por um lado, alguns, como o próprio governo estadual, afirmam que isso foi importante porque desbancou o monopólio de tradicionais casas comerciais nesse processo, como é o caso da família Mutran. Por outro lado, Coslovsky (2005 e 2006) afirma que apenas o monopólio trocou de mãos, continuando os baixos preços pagos pelo produto *in natura*.

Segundo a tabela 5, parece que, na prática, o monopólio na comercialização da castanha-do-Brasil junto aos produtores acreanos, apenas mudou de endereço, sendo agora internacional.

Em 2005, num cenário internacional com evolução favorável (gráfico 5), num ano em que os preços no Acre chegaram aos níveis mais altos, desde 1999 (gráfico 4.6), e num ano em que o estado foi responsável por aproximadamente 63% das exportações de castanha com casca do país, o Acre recebeu pela exportação do quilo da castanha *in natura* menos da metade

da média nacional. Enquanto que o estado do Pará recebeu o dobro da média nacional pelo quilo da castanha vendida.

Tabela 5 – Exportação de Castanha-do-Brasil, com casca – Brasil – 2005

Discriminação	Quant. (Ton)	Part. (%)	US\$/Kg
Brasil	12.743,15	100,00	0,97
Acre	8.004,42	62,81	0,45
Amazonas	3.353,20	26,31	1,85
Pará	1.112,00	8,73	2,06
Outros	273,53	2,15	0,91

Fonte: MDIC/ALICEWEB (2006)

Se, por exemplo, as exportações acreanas tivessem sido pagas de acordo com o preço médio nacional, em torno de US\$ 1,00/kg, as divisas oriundas da comercialização da castanha somariam cerca de 8 milhões de dólares e elevaria o produto ao primeiro posto na pauta de exportações acreanas. Em termos de valores monetários, as divisas provenientes da castanha ultrapassariam os valores da madeira em aproximadamente 30% (ver gráfico 9).

Agora, transformando os dólares recebidos por quilo de castanha *in natura* em Reais/lata (10 Kg), o valor pago pela castanha comercializada foi aproximadamente de R\$ 10,00/lata⁸¹. Ora, aqui se percebe que o prejuízo não ficou apenas em termos de perdas de divisas, mas principalmente do ponto de vista das cooperativas e, notadamente, das próprias comunidades extrativistas que são associadas, pois de acordo com o gráfico 4.6, em 2005, o preço pago pela compra antecipada da castanha girou em torno dos R\$ 18,00/lata. Então, R\$ 8,00/lata provavelmente foram debitados na conta das cooperativas – muitas das quais estão com imensas dificuldades de manutenção –, uma vez que se tem que ressarcir a CONAB pela antecipação das compras. Portanto, pode-se afirmar que, nesse período, *o Acre auxiliou no fortalecimento das beneficiadoras bolivianas, propiciando um banquete*.

Não obsta que este cenário, talvez, pode ser alterado com a entrada em funcionamento das beneficiadoras na região acreana. Concomitantemente, isto serve de alerta para o arranjo institucional em torno do desenvolvimento da cadeia produtiva da castanha, visto que uma

⁸¹ Considerando 1 US\$ = R\$ 2,20

parceria com as beneficiadoras bolivianas será muito bem aceita, se isto proporcionar mecanismos de aprendizagem e inovação. Porém, parceria de mão única, freqüentemente se traduz em monopólio e exploração.

Por outro lado, somente a modernização do processo de beneficiamento pós-colheita e transporte, não são suficientes para alavancar a produção e comercialização da castanha-do-Brasil. Para alcançar os rigorosos padrões internacionais para o produto, especialmente sobre os níveis de contaminação por aflatoxinas, se tem que gerenciar o processo como um todo, desde o interior da floresta. Isto significa identificar e solucionar as demandas tecnológicas para o setor extrativista, que historicamente carece de inovações.

A superação desses desafios depende de alguns atores-chaves, que participam do arranjo institucional ao redor da cadeia produtiva da castanha, notadamente as instituições de pesquisa em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) e, mais uma vez, dos agentes financiadores (governamentais e não-governamentais).

Dentro desse processo de mudança institucional promovido pelo governo da floresta para o desenvolvimento da castanha-do-Brasil, destacam-se algumas ações que foram primordiais para alavancar o processo de fortalecimento da cadeia produtiva, principalmente no que se refere ao manejo adequado da coleta e armazenamento da castanha nos seringais.

Nesse sentido, o processo de certificação ambiental da castanha, promovido pela Cooperativa de Produtores Extrativistas de Brasília (CAPEB), foi decisivo para a disseminação de inovações dentro dos seringais e que se tornou referência no Estado.

Entre 2001 e 2004, a CAPEB mobilizou a Ecoamazon (organização não-governamental), a Embrapa/AC e o WWF para juntos identificarem os gargalos tecnológicos no processo produtivo da exploração da castanha e a partir daí, resolver os problemas e buscar a certificação desse produto – orgânica (IBD) e florestal (FSC). Tudo isso numa área piloto, selecionada no seringal Porvir, no município de Brasília/AC, com a participação de 30 famílias da RESEX Chico Mendes e de seu entorno. O projeto foi financiado pelo WWF e pela Fundação Avina⁸².

⁸² <http://www.avina.net/web/avinawebsite.nsf/page?open>

Os pesquisadores, juntamente com os extrativistas, investigaram os fatores de contaminação da castanha, bem como outros pontos críticos do manejo. Segundo a Embrapa (2005),

O trabalho conjunto permitiu a introdução de algumas medidas como: planejamento da produção; maior frequência na coleta para reduzir o tempo de exposição da semente ao calor, umidade e ação de microorganismos; cuidados na quebra do ouriço; pré-seleção; secagem e armazenamento em locais arejados e protegidos da umidade e do contato com insetos, roedores e animais domésticos.

Essas inovações foram suficientes para que em 2004, toda área em questão fosse certificada pelo FLO, com a emissão do selo *Fair Trade*. No mesmo ano, os produtores receberam o certificado do IBD, atestando que a castanha produzida pela comunidade poderia ser vendida como orgânica. O único certificado ambiental que ainda não foi alcançado foi o selo do FSC, em virtude de várias dificuldades durante o processo, tais como, agenda de inspetores, entraves burocráticos etc. No entanto, pode-se inferir que, como o selo FSC refere-se ao adequado manejo florestal, o próprio certificado da RESEX pode substituí-lo por suas próprias características.

Já em 2005, as 12 primeiras famílias conseguiram vender a castanha certificada no mercado internacional, recebendo um preço diferenciado pelo produto. É interessante notar que nem todas as famílias credenciadas para vender o produto certificado o fizeram no primeiro momento, umas porque esperavam os resultados de outros produtores. E, outras famílias não venderam o produto, em virtude do descumprimento das regulamentações acordadas.

Todos esses resultados redundaram na ampliação e fortalecimento do processo de certificação da castanha no estado do Acre. Em 2006, entra em ação o projeto de fortalecimento do Arranjo Produtivo Local (APL) da Castanha do Alto e do Baixo Acre, coordenado pelo SEBRAE/AC, com recursos financeiros oriundos do governo federal.

Na realidade, o projeto seria uma continuação da política de incentivos ao desenvolvimento da cadeia produtiva da castanha, iniciada pelo governo do estado do Acre, que é um dos parceiros do empreendimento via SEPROF, juntamente com a Embrapa, WWF, Ecoamazon, outros órgãos governamentais e ONGs, além das quatro maiores cooperativas de castanha da região: Cooperacre, Caex, Capeb e Cooperiaco.

Inicialmente, os esforços do projeto estarão concentrados na ampliação no número de famílias beneficiadas pelo processo de certificação, previsto em torno de 260 famílias, especialmente na RESEX Chico Mendes. O Apoio desse projeto do Sebrae está sendo decisivo no fortalecimento do setor, visto que, além do aporte financeiro previsto no empreendimento, vislumbra-se a ampliação do processo por intermédio da capacitação das populações alvos, sendo crucial para o desenvolvimento de inovativas respostas aos desafios da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil.

Assim, a identificação e avaliação dos impactos da certificação ambiental, notadamente os econômicos, na manutenção das famílias extrativistas, em particular na RESEX Chico Mendes, torna-se primordial, além da avaliação dos recursos e capacitações estratégicas disponíveis para essa população. Isto será investigado na próxima seção.

4.2. Avaliação Econômica da Produção de Castanha (convencional e certificada) na RESEX Chico Mendes e seus impactos na manutenção das famílias extrativistas

Um dos principais desafios na região amazônica é superar as lacunas de informações sobre a economia da produção familiar rural na região e, principalmente, sobre a economia florestal – entendendo-se que não se resume única e exclusivamente à produção madeireira, como muitos pensam e afirmam.

O principal banco de dados sobre a produção agropecuária e florestal vem do IBGE, por intermédio do Censo Agropecuário, que é realizado a cada 10 anos. Destaca-se que o último Censo foi realizado abrangendo o ano agrícola de 1995/1996. Atualmente, se iniciou um processo de seleção de recursos humanos para um novo Censo que será realizado em 2007, cujos resultados provavelmente serão conhecidos em 2008/2009.

Por outro lado, levantamentos por períodos mais curtos de âmbito nacional, como é o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também realizada pelo IBGE, na Amazônia, praticamente se restringem aos ambientes urbanos com densidade populacional significativa.

Outras pesquisas que buscam levantamentos de informações sócio-econômicas do ambiente rural amazônico – seja do tipo federal, estadual ou municipal – freqüentemente são insuficientes no desenvolvimento de indicadores que apresentem resultados coerentes e satisfatórios sobre a economia florestal da região.

E aqui se encontra o cerne da questão: como se pode entender o desempenho econômico de determinado Produto Florestal de origem comunitária, se faltam informações adequadas e confiáveis para tal avaliação? Nota-se que, do ponto de vista madeireiro, a indústria desse setor abastece minimamente os produtores (que em sua maioria não são moradores das florestas) de informações necessárias sobre o segmento.

Talvez o principal entrave para a superação da carência de informações sobre a produção familiar rural na Amazônia seja o aspecto financeiro. Aliado a esta constatação e, quiçá como consequência, se tem a carência de recursos humanos qualificados nas diversas instituições de pesquisa da região amazônica.

De forma geral, esse é o quadro das instituições responsáveis pelo levantamento de informações concernentes ao diagnóstico sócio-econômico da economia da floresta, especialmente em relação às comunidades florestais da região: dificuldades financeiras e profissionais insuficientes para as suas demandas.

Agora, como é possível alcançar inovações produtivas diante dessas dificuldades? Como implantar algo novo se não se conhece o presente e o passado? Reportando ao presente estudo, como se pode saber o futuro da produção de castanha certificada, se não se conhece o desempenho da castanha convencional na economia dos extrativistas? Aliás, qual é o desempenho econômico do extrativismo comunitário na Amazônia?

Obviamente que as respostas aos questionamentos se relacionam diretamente ao fortalecimento das instituições de pesquisas da região e, conseqüentemente, de seus pesquisadores. Ora, a inovação emerge da mudança institucional promovida pelo arranjo em torno do setor produtivo – vide o caso da indústria da castanha boliviana e a superação das questões sanitárias.

Assim, surge no Acre, em 1996, o projeto de pesquisa denominado “Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre” (ASPF)⁸³,

⁸³ <http://www2.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>

capitaneado pelo Departamento de Economia da UFAC, cujo objetivo geral era fazer a avaliação econômica da produção familiar rural no referido estado, por intermédio de metodologia adequada e específica a este tipo de produção – *sendo consolidada nos últimos nove anos*, além de planejar sistemas produtivos alternativos neoextrativistas, como é o caso da castanha certificada.

Pode-se afirmar que o projeto ASPF é fruto de uma ampla articulação institucional para o fortalecimento da pesquisa sócio-econômica da região e, claro, da produção familiar rural amazônica. As parcerias efetivadas para o desenvolvimento das pesquisas contaram com o apoio de instituições federais (Banco do Amazônia, IBAMA/CNPT, INCRA, EMBRAPA etc.), estaduais (SEFE – depois SEPROF, SEATER, FUNTAC etc.), municipais (Secretarias de agricultura, meio ambiente etc.), além de associações e cooperativas de produtores extrativistas e ONGs (PESACRE, CTA etc.).

O projeto ASPF realizou um primeiro diagnóstico sobre a produção familiar no período de 1996/1997, no Vale do Acre, e em 2000/2001, no Vale do Juruá. Atualmente, está em processo a reaplicação da pesquisa no Vale do Acre (regionais do Purus e do Alto e Baixo Acre), na qual uma das regiões diagnosticadas é a da RESEX Chico Mendes. Neste contexto, a presente pesquisa se insere como parte desse processo.

Desse modo, trabalha-se com a hipótese de que, em decorrência da vantagem competitiva auferida, a certificação ambiental florestal bem sucedida, gera sobre-preços a serem apropriados pelos produtores, auxiliando na sua manutenção e da floresta, desde que participem de sua gestão e se encontrarem nichos de mercado sustentáveis.

4.2.1. Metodologia

O objeto do presente estudo é a Reserva Extrativista (RESEX) “Chico Mendes” – Decreto de Criação N° 99.144, de 12 de março de 1990 – com área aproximada de 970.570 hectares (ha), gerenciada pelo IBAMA/CNPT, concedida para uso sustentável para os seringueiros (em torno de 1.100 unidades de produção – “colocações”), abrangendo os Municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixaba, no Estado do Acre, Brasil.

O levantamento das informações foi realizado por amostragem, dentro da pesquisa de campo do projeto ASPF, em 2006. A amostra das colocações foi definida a partir de três etapas:

- ✓ *estratificação* da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, facilidade e qualidade de acesso, disponibilidade de infraestrutura e grau de organização comunitária;
- ✓ Sorteio de metade dos *conglomerados* da área de estudo, os seringais, no caso da RESEX, tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido.
- ✓ Por fim, dentro de cada seringal sorteado, foi realizada uma *amostragem aleatória simples*, sorteando-se 10% das colocações, que seriam o objeto de estudo.

Assim, foram pesquisadas 67 colocações de extrativistas, em 15 seringais da RESEX Chico Mendes, no diversos municípios dessa área. Utilizou-se como referência para o levantamento das informações, o calendário agrícola da região, definido conjuntamente com as próprias comunidades estudadas, relativo ao período de maio/2005 a abril/2006, que engloba o conjunto de atividades econômicas produtivas dos extrativistas.

Além disso, foram utilizadas informações referentes a uma pesquisa de campo, realizada em 2006, junto às famílias pioneiras na comercialização de castanha certificada no estado do Acre, conduzidas pela CAPEB, no seringal Porvir, RESEX Chico Mendes, em Brasília/AC. Foram estudadas 09 (nove) colocações, tendo como referência o ano agrícola de 2004/2005.

A metodologia para o diagnóstico econômico é a mesma utilizada pelo projeto Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar Rural do estado do Acre (ASPF), que é desenvolvido pelo Departamento de Economia da UFAC, ao qual este trabalho foi incorporado, que faz o diagnóstico sócio-econômico da produção familiar rural no estado do Acre. Além disso, utiliza-se amplamente de todo o banco de dados do referido projeto, bem como de todo o conhecimento gerado sobre a região. A análise empreendida é caracterizada como *ex-post*.

Destaca-se aqui, que todo o processo de pesquisa de campo foi realizado contando com todas as instituições parceiras no empreendimento, sendo decisiva a participação da própria população alvo da pesquisa no sucesso do trabalho.

4.2.2. Indicadores Econômicos

No projeto ASPF foram construídos vários indicadores para a avaliação econômica da produção familiar rural no Acre, que vão desde os tradicionais até os que somente se aplicam à produção familiar rural. Entretanto, no presente estudo, serão utilizados especialmente aqueles que são mais adequados para se entender o desempenho específico deste tipo de produção e são descritos a seguir sucintamente⁸⁴.

Determinação de medidas de resultado econômico

Medidas de resultado econômico são índices que, dados os custos de produção, permitem medir o desempenho econômico do sistema de produção. Desempenho econômico é a diferença entre os valores de saída e os de entrada, as diversas relações entre valores de saída e de entrada e as flutuações dos valores de saída do sistema de produção .

1. Resultado bruto

Entende-se por resultado bruto a renda bruta, ou seja, o valor da produção destinada ao mercado, obtido pela fórmula:

$$RB = Qv \cdot pp$$

sendo:

RB = renda bruta

Qv = quantidade do produto vendida

pp = preço unitário ao produtor

⁸⁴ Para uma descrição completa e detalhada ver: <http://www2.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>

A renda bruta pode ser global e parcial. Determina-se para o conjunto da unidade de produção e para as linhas de exploração individuais. É um indicador de escala da unidade de produção.

2. Resultados líquidos

a) **Renda líquida** - é o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar depois de serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. Neste sentido, ela não consiste em todo o acréscimo de valor que o produtor familiar faz aos meios de produção e de consumo, uma vez que a maior parte deste é apropriada por intermediários na comercialização dos produtos e na compra de insumos e bens de consumo. É calculada pela fórmula:

$$RL = RB - DE$$

sendo:

RL = renda líquida

RB = renda bruta

DE = despesas efetivas

A renda líquida é o primeiro indicador de eficiência econômica e das possibilidades de reprodução da unidade de produção familiar. Se $RL \geq 0$ a unidade de produção familiar se reproduz sem afetar o seu patrimônio. Se $RL < 0$ a unidade de produção familiar só se reproduz com perda de patrimônio. Será calculada apenas para o conjunto da unidade de produção familiar.

b) **Margem bruta familiar (MBF)** – é o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente. A sua magnitude incorpora a parcela de valor do produto correspondente ao consumo familiar obtida por via do mercado. Em situações favoráveis, poderá ser suficiente para ressarcir custos fixos, especialmente as exigências mínimas de reposição do patrimônio. Cumpridas estas funções, a disponibilidade

restante pode ser usada como capital de giro. A margem bruta familiar pode também ser calculada para as linhas de exploração individuais

É calculada pela fórmula:

$$\text{MBF} = \text{RB} - (\text{CV} - \text{Cftf})$$

sendo:

RB = renda bruta

CV = custos variáveis

Cftf = custo real da força de trabalho familiar

c) - Nível de vida – é a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos.

$$\text{NV} = (\text{MBF} + \text{AC} + \text{Cjicc}) - \text{AA}$$

sendo:

Cjicc = juros imputados ao capital circulante.

AC = Autoconsumo

AA = Amortização anual

É, portanto, o valor que determina o padrão de vida da família.

Medidas de eficiência ou relação

a) *Índice de eficiência econômica* – é a relação que indica a capacidade de a unidade de produção familiar gerar valor por unidade de custo. É um indicador de benefício/custo do conjunto da unidade de produção. Sem embargo de ser um índice mais apropriado para mostrar o desempenho de empresas agrícolas patronais; serve como referencial para comparação de desempenho e verificar a possibilidade de as unidades de produção familiares realizarem lucro e, por consequência, acumularem. O índice é determinado pela fórmula:

$$IEE = RB/CT$$

$IEE > 1$, a situação é de lucro

$IEE < 1$, a situação é de prejuízo

$IEE = 1$, a situação é de equilíbrio.

b) **Relação MBF/RB** - é a relação mais apropriada para medir a eficiência econômica da produção familiar, pois mostra que proporção de valor a unidade de produção tornará disponível para a família por cada unidade de valor produzido. Em outros termos, que percentagem de renda bruta a unidade de produção é capaz de converter em margem bruta familiar. Uma relação superior a 50% é considerada favorável. Pode ser determinada para a unidade de produção e para as linhas de exploração.

c) **Relação MBF/Qh/d** - é o índice de remuneração da força de trabalho familiar. Mostra a quantia de margem bruta gerada por unidade de trabalho familiar (1 h/d = 1 jornada de trabalho). O valor deve ser comparado com o preço de mercado da força de trabalho.

Qh/d = quantidade de força de trabalho utilizada no ciclo produtivo da linha de exploração ou a quantidade total anual de força de trabalho familiar utilizada pela unidade de produção.

4.2.3. Principais Resultados Econômicos Encontrados

De acordo com o banco de dados do Projeto ASPF, o processo produtivo do extrativismo funciona basicamente por meio de tração animal, aonde as principais máquinas, equipamentos e ferramentas são o terçado, a enxada e o machado. Além disso, destaca-se dentre as benfeitorias, a casa de morada e o paiol (local de armazenamento). Isto é o reflexo do baixo nível de capitalização – quase metade das famílias são consideradas descapitalizadas – e da intensividade da mão-de-obra familiar.

Historicamente, os produtos oriundos do extrativismo vegetal sempre foram os principais geradores de renda para os seringueiros dentro do sistema. Após os anos 1970, esse sistema produtivo entrou num vertiginoso processo de deterioração, essencialmente em virtude dos baixos rendimentos embolsados pelos extrativistas, especialmente após a segunda metade da década dos anos 1980. No início da década de 1990, as RESEX surgem justamente para tentar frear o declínio das atividades extrativistas e, conseqüentemente, auxiliar na manutenção dos extrativistas e das florestas. Nesse período, o extrativismo respondia por mais de 60% da renda gerada no sistema.

Não obstante, conforme a tabela 6, no período de 1996/1997, a borracha e a castanha ainda eram os principais geradores de rendas dentro do sistema, ambas as atividades contribuindo com parcelas de rendas praticamente iguais. Contudo, o extrativismo foi responsável por “apenas” 43% da renda total auferida dentro da RESEX.

Tabela 6 – Comparação entre a composição da Renda Bruta gerada na RESEX Chico Mendes como um todo e entre as famílias que venderam castanha certificada – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2005/2006

Produtos	RESEX Chico Mendes		
	1996/1997	2005/2006*	2005/2006**
	%	%	%
Extrativismo	43,07	42,62	56,41
Castanha Certificada	-	3,62	29,58
Castanha Convencional	22,57	30,23	20,55
Borracha	20,33	8,71	6,28
Outros	0,17	0,06	-
Agricultura	30,57	28,32	22,60
Arroz	11,89	5,60	1,55
Feijão	7,64	2,80	0,83
Farinha de Mandioca	5,13	12,06	17,81
Outros	5,92	7,86	2,41
Criações	26,36	29,06	20,99
Bovinos	11,96	16,90	8,36
Suínos	7,39	5,77	5,71
Aves	5,87	4,95	6,91
Outros	1,13	1,44	-

Obs.: * Resultados Preliminares; ** Unidades Produtivas que venderam castanha certificada

Fonte: Projeto ASPF/Departamento de Economia da UFAC

Observa-se, portanto, que a mera criação das RESEX não foi suficiente para estancar o declínio das atividades extrativistas, no referido período de implantação. Entretanto, ressalta-se que se não fosse a existência dessas Unidades de Conservação o resultado teria sido bem pior, talvez até com a completa desarticulação do sistema extrativista no interior da floresta amazônica.

Pode-se inferir que a manutenção das atividades extrativistas como principal gerador de renda para os produtores extrativistas é um ganho significativo procedente da implementação desse mecanismo de comando e controle – RESEX.

Ora, a RESEX (vista como um mecanismo de certificação ambiental) se transformou num importante diferencial competitivo para as famílias extrativistas, uma vez que se traduziu num bilhete de entrada dos produtos extrativistas – em particular, a castanha-do-Brasil – no exigente mercado europeu, particularmente na Itália.

Esse diferencial foi o impulso fundamental na construção das primeiras usinas de beneficiamento de castanhas em dois municípios acreanos (Xapuri e Brasília), obviamente capitaneadas pelas próprias comunidades florestais, tão necessárias à agregação de valor aos produtos de origem extrativista.

Entretanto, as dificuldades de manutenção dos extrativistas indicavam que eram necessárias inovações complementares à implementação das RESEX. Além disso, a própria trajetória tecnológica do extrativismo evidencia a carência de ações efetivas para a modernização das atividades extrativistas, que não seriam resolvidas com a criação das RESEX, como num passe de mágica.

Um exemplo concreto dessas necessidades foi constatado nas dificuldades de adequação da produção de castanha-do-Brasil às rigorosas exigências sanitárias (em relação aos níveis de aflatoxina) definidas pela comunidade europeia, em 1998. Isto praticamente impediu a venda do produto no mercado europeu, visto que o certificado da RESEX garantia o bilhete para entrar no mercado, porém os altos níveis de aflatoxina contidos na castanha produzida pelos extrativistas impediam seu consumo e, portanto, a comercialização não era efetivada.

Por outro lado, um aspecto preocupante nas dificuldades do extrativismo dentro das RESEX, está na constatação (tabela 6) de que a busca pela diversificação produtiva levou o seringueiro a ampliar o plantel de gado bovino dentro da floresta, que significava, sobretudo, um incentivo ao desflorestamento na RESEX.

Além disso, a diversificação produtiva empreendida pelos extrativistas vinculava-se a produtos originários de suas produções de subsistência, também atrasados do ponto de vista tecnológico, ou seja, produções incompatíveis com a manutenção da floresta, se realizadas numa escala comercial, já que utilizam áreas desmatadas no processo produtivo. Assim, as dificuldades do extrativismo vegetal têm que ser resolvidas pelo próprio extrativismo, obviamente com as inovações necessárias e adequadas.

Destarte, as políticas públicas para o fortalecimento do setor extrativista implementadas pelo governo acreano, no período de 1999/2006, caminham nessa direção. Nesse período, as RESEX começaram a funcionar como elo de fortalecimento das atividades extrativistas e estanca a desarticulação do setor. De acordo com os resultados encontrados na análise econômica do ano agrícola de 2005/2006 (tabela 6), em percentuais de geração de

renda bruta dentro da RESEX, as atividades extrativas praticamente permaneceram estáveis em relação ao período 1996/1997.

Um dado que não permaneceu estável e, portanto, preocupante, na tabela 6, refere-se à ampliação da renda bruta gerada a partir da produção e comercialização de gado bovino no período de 2005/2006, em relação ao período anterior, pois cerca de 17% da renda bruta gerada na RESEX originou-se desse tipo de criação. Isto remete novamente a discussão para a continuidade das ações fortalecedoras das atividades extrativistas.

Nesse sentido, destaca-se, ainda na tabela 6, a ascensão da castanha-do-Brasil como principal alavanca na geração de rendimentos para as famílias que dependem do extrativismo vegetal, sendo responsável por aproximadamente 34% do total de renda bruta gerada dentro da RESEX.

Ademais, ressalta-se a emergência da castanha certificada, responsável pela geração de quase 4% da renda bruta da área de estudo, já que tem papel preponderante no revigoramento das atividades extrativistas, evidenciando a real possibilidade de se investir em produtos originários da floresta, obviamente não madeireiros.

Conforme a tabela 6, considerando somente a composição da renda bruta entre as famílias que produziram e comercializaram a castanha certificada, observa-se que o extrativismo vegetal volta a ter um importante papel na geração de rendimentos para as famílias extrativistas, respondendo por aproximadamente 56% do total da renda bruta gerada entre as famílias em questão. Destaca-se a contribuição da comercialização da castanha-do-Brasil, com a geração de mais da metade da renda bruta, especialmente da castanha certificada (em torno de 30% do total).

Por outro lado, o fortalecimento do extrativismo entre as famílias que comercializaram a castanha certificada significou menos pressão sobre a floresta, no que se refere ao desflorestamento, em virtude da diminuição da comercialização de gado bovino e, conseqüentemente, da dependência econômica desse tipo de produção, em termos de geração de renda.

Do ponto de vista econômico, o revigoramento das atividades extrativistas, e seus impactos na manutenção das famílias extrativistas que moram na RESEX Chico Mendes, pode ser analisado por intermédio dos indicadores econômicos expressos na tabela 7.

Tabela 7 – Comparação entre os resultados econômicos da RESEX Chico Mendes como um todo e das famílias pioneiras na comercialização de castanha certificada – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2004/2005

Indicadores	Unidade	RESEX Chico Mendes		
		1996/1997*	2005/2006**	2005/2006***
Renda Bruta	R\$/mês	268,89	382,79	583,80
Renda Líquida	R\$/mês	(15,55)	7,30	123,95
Margem Bruta Familiar (MBF)	R\$/mês	248,06	310,43	536,06
Autoconsumo	R\$/mês	313,95	440,23	400,78
Nível de Vida	R\$/mês	582,09	822,81	958,03
Índice de Eficiência Econômica	Und.	0,92	1,03	1,28
Custo Fixo (CF)	R\$/mês	82,03	254,84	194,41
Bens e Serviços Comprados no Mercado (VBCC)	R\$/mês	229,48	227,30	354,10
MBF/RB	%	0,88	0,94	0,92

Primeiro, comparando-se os resultados da RESEX Chico Mendes como um todo, nota-se (tabela 7) que, no período de 2005/2006, a renda bruta (RB) familiar aumentou em torno de 30%, em relação ao período de 1996/1997. Contudo, os resultados expressos na RL e IEE evidenciam que os gastos cresceram proporcionalmente ao aumento da RB, delineando uma situação de equilíbrio entre as receitas e os custos. Entretanto, esse resultado demonstra, finalmente, a eficácia da RESEX em retirar os extrativistas de uma situação deficitária.

Observando o valor da MBF – valor monetário apropriado pelo produtor –, pode-se vislumbrar a capacidade de manutenção das famílias. No período de 2005/2006, a MBF embolsada por cada família ficou em torno de R\$ 310,00 mensais, representando um acréscimo de 20%, relação ao período anterior (1996/1997).

Uma primeira constatação é que esse valor é 11,5% menor que o salário mínimo mensal vigente no país⁸⁵. Ademais, a MBF para ser suficiente na manutenção das famílias tem que cobrir os gastos com a compra de bens e serviços de consumo no mercado (VBCC), bem como para a reposição dos custos fixos (CF). Como a soma do VBCC (R\$ 227,30) com o CF

⁸⁵ R\$ 350,00/mês.

(R\$ 254,84) é igual a R\$ 482,13, percebe-se que a MBF apropriada no período é ainda insuficiente para a manutenção das famílias da RESEX.

Destaca-se que essa insuficiência foi atenuada pelas transferências de rendas efetuadas pelo governo federal, pois cerca de 64% das famílias da RESEX recebem algum tipo de auxílio federal, tais como, bolsa escola, aposentadoria etc., cujos valores recebidos giraram em torno de R\$ 100,00/família/mês.

Por outro lado, conforme a tabela 7, o nível de vida (NV), em termos monetários, dos extrativistas que moram na RESEX também foi aproximadamente 30% maior no período 2005/2006 do que o registrado no período de 1996/1997. Observa-se que o valor do NV obtido por família representa um pouco mais que dois salários mensais, o que significa um incentivo para a permanência das famílias na RESEX. Aliás, um dos grandes legados da RESEX é justamente a garantia do autoconsumo – produção para consumo próprio, responsável por um pouco mais da metade do NV, no período – das famílias dentro da floresta, mediante a garantia do uso dessa área.

Agora, comparando o desempenho econômico dos extrativistas da RESEX, no período de 1996/1997, com as famílias que comercializaram a castanha certificada, no período de 2005/2006, percebem-se os primorosos impactos da combinação da RESEX com a introdução de novas tecnologias, por dentro das atividades extrativistas, no caso a castanha-do-Brasil, que foi contemplada com a certificação orgânica e *fair trade*.

Segundo a tabela 7, a RB e a MBF mais que dobraram entre aquelas famílias que comercializaram a castanha certificada, em relação ao período de 1996/1997. Destaca-se que a relação MBF/RB foi extremamente favorável, indicando que 92% da RB gerada foi apropriada pelos extrativistas. A eficiência econômica das famílias, representada pelo IEE, demonstra que as mesmas saíram de uma situação em que pagavam para produzir, no período de 1996/1997, para uma situação de lucro, na qual as receitas dos extrativistas superaram os custos de produção em 28%, no período de 2005/2006.

A MBF apropriada pelos produtores extrativistas, que comercializaram a castanha certificada, girou em torno de 1,5 salários mínimos mensais. Esse valor foi suficiente para cobrir os gastos com a reposição capitais fixos, bem como para a aquisição de bens e serviços no mercado. Ademais, torna-se mais relevante esse resultado, quando se leva em consideração que os gastos tanto com o CF quanto o VBCC aumentaram em 58% e 35%, respectivamente,

no período de 2005/2006, em relação ao período anterior em questão, talvez já como resultado do aumento nos rendimentos auferidos nesse intervalo de tempo.

Vale notar, ainda na tabela 7, que o NV, em termos monetários, das famílias contempladas com a tripla certificação ambiental (RESEX – florestal –, orgânica e *fair trade*), melhorou aproximadamente 39%, em relação ao NV verificado no período de 1996/1997. Isso significa que os extrativistas das referidas unidades de produção se apropriaram, em 2006/2007, de um valor monetário de quase 03 (três) salários mínimos mensais, num desempenho de fazer inveja a muito trabalhadores urbanos. Ademais, ressalta-se que cerca de 56% desse desempenho deriva diretamente do aumento da renda monetária oriunda dos produtos vendidos, especialmente da castanha certificada.

Ressalta-se, conforme a tabela 8, os excelentes impactos das inovações introduzidas no processo produtivo da castanha-do-Brasil, tais como, planejamento da produção, manejo adequado dos ouriços, secagem e armazenamento em locais adequados etc., que culminaram na obtenção da certificação ambiental, orgânica e *fair trade*. Por essas ações, os extrativistas que apostaram na comercialização do produto certificado receberão, a título de *sobre-preço*, cerca de 50% a mais que o valor pago pela castanha convencional.

Tabela 8 - Comparação entre indicadores econômicos da castanha convencional x castanha certificada – RESEX Chico Mendes – Acre, Brasil – 1996/1997 e 2005/2006

Indicadores	Unidade	RESEX Chico Mendes	
		1996/1997	2005/2006
		Convencional	Certificada*
Índice de Eficiência Econômica (IEE)	Und.	4,95	17,92
Custo Unitário	R\$/Lata (10 Kg)	2,68	1,56
Preço de Mercado (2006)	R\$/Lata (10 Kg)	10,00	20,00
Produção anual	Lata (10 Kg)	200,00	100,00

Obs.: Valores medianos; *O IEE e o custo unitário foram levantados junto às famílias pioneiras na comercialização de castanha certificada, Seringal Porvir, Brasília/AC.

Fonte: Projeto ASPF

Fala-se em receber posteriormente devido ao fato de que os extrativistas vendem o produto no início de cada ano para as cooperativas – que, em virtude do mecanismo de compra antecipada, pagam no ato da compra o valor de mercado do produto –, para o devido processamento e comercialização, que normalmente ocorre no final do ano. Nesse período, há

grande demanda de nozes e castanhas em geral, principalmente no mercado europeu, para as festas de final de ano. Portanto, somente depois de efetivada a comercialização do produto que a cooperativa repassa aos produtores os valores devidos, descontados os custos desse processo.

Não obstante, destaca-se que as famílias pioneiras na comercialização de castanha certificada – situadas no seringal Porvir, RESEX Chico Mendes, Brasília/AC – receberam R\$ 28,00 (46% acima do preço de mercado) por cada lata (10 kg) de castanha produzida na safra de 2004/2005, comercializada no final de 2005, aproveitando a grande valorização do produto no comércio internacional, em particular no mercado europeu de comércio justo.

Observa-se que uma família que produziu e vendeu, no referido período, 300 latas de castanha certificada, se apropriou, no final do processo, de R\$ 8.400,00 – cerca de dois salários mínimos mensais. Isto significa um excelente rendimento, principalmente em virtude do fato de que a extração do produto ocorre num período de no máximo três meses (janeiro a março), além, claro, de ser obtido pela comercialização de um único produto.

Além disso, do ponto de vista da eficiência da cultura certificada, nota-se, ainda na tabela 8, que o Índice de Eficiência da Econômica (IEE) da castanha certificada é amplamente superior ao verificado na produção convencional, no período de 1996/1997, devidamente atualizado aos preços vigentes. Observa-se que para cada real gasto na produção de castanha certificada, o produtor recebeu de volta dezoito vezes a mais.

Do ponto de vista da produtividade do trabalho, as inovações efetuadas na produção da castanha certificada aumentaram a produtividade do trabalho em torno de 42% - vide custo unitário de produção, tabela 8 –, em relação à produção da castanha convencional produzida no período de 1996/1997. Ademais, dado os baixíssimos custos de produção da castanha-do-Brasil, convencional ou certificada, em relação aos preços vigentes, praticamente toda a renda bruta gerada é apropriada pelas famílias extrativistas da RESEX Chico Mendes.

Em suma, todos esses resultados apresentados corroboram a hipótese do presente trabalho, ou seja, que, em decorrência da vantagem competitiva auferida, a certificação ambiental florestal bem sucedida gera sobre-preços a serem apropriados pelos produtores, auxiliando na sua manutenção e da floresta, desde que participem de sua gestão e se encontrarem nichos de mercado sustentáveis.

Ora, observou-se, ao longo do estudo de caso, que a tripla certificação – florestal (RESEX/IBAMA), orgânica (IBD) e social (FLO) – da castanha-do-Brasil, produzida e

comercializada pelos extrativistas no interior da RESEX Chico Mendes, gerou sobre-preços apropriados pelos próprios extrativistas, decorrentes do diferencial competitivo auferido.

A tripla certificação foi decisiva para que as cooperativas de produtores da região de estudo, entre elas a CAPEB e a CAEX, comercializassem no exigente mercado europeu, em particular nos nichos de mercado do comércio justo, atualmente em franca expansão.

Ressalta-se, entretanto, o papel das cooperativas na gestão de todo o processo de produção e comercialização do produto, que implicou no assessoramento do manejo, armazenamento e transporte da castanha no seio da floresta, passando pelo beneficiamento do produto, bem como no contato direto com os compradores europeus.

Ademais, no processo de disseminação das boas práticas na produção de castanha-do-Brasil, especialmente aquelas contempladas com a tripla certificação ambiental, destaca-se a atuação do arranjo institucional, capitaneado pelo SEBRAE/AC, principalmente na assistência às cooperativas da região em relação à condução, monitoramento e implementação do processo de certificação do produto, nas áreas dos seringais da RESEX Chico Mendes.

Até o momento, um dos principais resultados desse *recente* processo é que aproximadamente 12% das famílias extrativistas da RESEX Chico Mendes já se adequaram à produção e comercialização da castanha certificada, indicando a facilidade com que as novas práticas podem ser incorporadas à produção dos extrativistas.

Por outro lado, as políticas públicas orientadas para o fortalecimento das atividades extrativistas, como foi o caso da castanha, no estado do Acre, foram fundamentais para que a RESEX exercesse plenamente seu papel como diferencial competitivo na manutenção da floresta e de sua população. Ora, necessitava-se de novas tecnologias para complementar a viabilização econômica das atividades extrativas nessas áreas. Destarte, as novas práticas implementadas dentro da RESEX levaram à obtenção de certificações ambientais, também complementares.

Do ponto de vista do nível de importância entre os certificados incluídos na tripla certificação da castanha certificada, na geração e apropriação de sobre-preços, talvez a certificação ambiental representada pela RESEX seja preponderante, pois ela “garante” a continuidade da extração produtiva das castanheiras. Vale notar que muitos importantes castanhais da região amazônica, fora das RESEX, já não existem mais.

Todavia, no tocante à participação de cada certificação na geração dos sobre-preços auferidos com a comercialização da castanha certificada, talvez não se possa precisar claramente em virtude da convergência expressa na tripla certificação.

No entanto, no que concerne à garantia na obtenção de sobre-preços, para a castanha certificada e aos produtos de origem florestal não-madeireiros, pode ser destacado o mercado em torno das instituições que zelam pela manutenção do selo *fair trade*, visto que esse sistema prevê o pagamento de preços mínimos pelos produtos comercializados nesse nicho de mercado, que engloba também a promoção de preços mínimos para os produtos originários da certificação orgânica. Verifica-se, portanto, a importância da complementaridade da tripla certificação da castanha-do-Brasil.

Com relação aos custos do processo de certificação e manutenção da mesma, segundo uma inspetora do IBD, Rosana Santos, estes estão cada vez mais acessíveis, uma vez que a certificação de grupos de produtores barateou o processo. Conforme a referida inspetora, o custo por produtor para a inspeção anual gira em torno de R\$ 100,00/família. No entanto, não custa lembrar o papel do arranjo institucional em torno do tema, para garantir o suporte necessário para a viabilização do processo como um todo.

Agora, será que todas essas vantagens apresentadas anteriormente, na produção e comercialização da castanha certificada, são suficientes para competir nesse nicho de mercado, especialmente com a produção originária da Bolívia?

O quadro 3 demonstra que a resposta é sim, evidenciando, ainda, uma óbvia vantagem brasileira. Conforme as lições aprendidas nos estudos de casos sobre castanha-do-Brasil certificada, observa-se, por um lado, que a produção e comercialização desse produto em ambos os países apresentam similarmente: rastreabilidade, sustento rural, baixos custos e impactos positivos na produção do produto convencional.

Quadro 3 – Comparação entre as lições preliminares aprendidas de estudos de casos da castanha-do-Brasil certificada, na Bolívia – 2003 – e Brasil, Acre, RESEX Chico Mendes – 2006.

Assuntos chaves selecionados e questões	Lições preliminares aprendidas de estudos de casos	
	Bolívia	Brasil - RESEX Chico Mendes
	Certificação orgânica	Tripla certificação (florestal, orgânica e <i>fair trade</i>)
Rastreabilidade:	SIM	SIM
Direitos de Posse:	NÃO	SIM
A certificação contribui para a clarificação dos direitos de posse da terra?	Direitos de propriedade da terra é a principal questão na Bolívia.	Esse é o papel da RESEX, garantir a posse da terra aos extrativistas. Esse é um grande diferencial competitivo dessa certificação florestal.
	Certificação florestal não está trabalhando em razão de que os direitos de posse freqüentemente não são claramente declarados.	
Empoderamento:	?	SIM
O processo de certificação empodera normalmente os atores em desvantagem?	Correntemente desconhecido, pesquisa em andamento.	Também é garantido pela própria existência da RESEX.
Sustento Rural:	SIM	SIM
Potencial de mercado:	?	?
Existe mercado para PFNM com um alto preço-prêmio?	Embora o produto certificado tenha um alto price, não é fácil exportar grandes quantidades em razão de ser um nicho de mercado para poucos exportadores (exportadores de plantas orgânicas tem parado seu processo de certificação)	Faltam informações suficientes para se estimar o real potencial de mercado. Necessita-se de estudos de mercados sobre a castanha-do-Brasil certificada, em particular com a tripla certificação ambiental. Sabe-se que esse nicho de mercado está crescendo, mas quanto? Entre outras perguntas, qual a real demanda? Quanto do mercado convencional migrará para esse nicho?
Altos Custos:	NÃO	NÃO
Impactos positivos sobre produção/comércio de produtos não-certificados:	SIM	SIM

Fonte: Bolívia - Walter et al. (2003); RESEX Chico Mendes – projeto ASPF/Departamento de Economia da UFAC; pesquisa de campo

Por outro, constata-se, ainda no quadro 3, que o grande diferencial competitivo da castanha certificada produzida do lado brasileiro é justamente a RESEX, visto que, do lado boliviano, a posse da terra é a principal questão não resolvida, tornando-se num empecilho para a certificação florestal das áreas extrativistas, notadamente por organismos de terceira parte, como o FSC.

Ora, a certificação florestal expressa pelas RESEX foi conseguida há mais de quinze anos, garantindo a posse da terra para milhares de extrativistas na Amazônia, além de se tornar num importante mecanismo de empoderamento⁸⁶ das famílias beneficiadas com a concessão de uso dessas áreas.

Portanto, ao contrário da produção e comercialização de castanha convencional, amplamente dominada pela indústria boliviana, os produtores extrativistas da RESEX Chico Mendes devem aprofundar o processo de disseminação das boas práticas da castanha certificada na região, buscando sustentar suas vantagens competitivas nesse nicho mercado.

Nota-se, no quadro 3, uma incógnita sobre o potencial de mercado da castanha-do-Brasil no referido mercado diferenciado, evidenciando a urgente necessidade de estudos de mercado não somente para a castanha certificada, mas também para outros Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), que também são direcionados para nichos de mercado.

Além disso, ressalta-se a necessidade contínua na busca por inovações. Um exemplo dessa necessidade é a constatação de um estudo recente (Peres et al., 2003) de que há uma ameaça perigosa sobre o estoque de castanheiras tanto no Brasil quanto na Bolívia, uma vez que não está havendo a regeneração adequada dessas árvores, devido a uma série de fatores, entre eles, a super-exploração do produto frente à demanda do mercado mundial.

A demanda primordial é buscar a racionalização do processo de produção da castanha-do-Brasil mediante plantios da castanheira. Talvez ainda mais relevante fosse pensar nos limites da produção atual e na capacidade de suporte da exploração cada vez mais agressiva. Assim, deve-se primeiro perguntar quais são esses limites? Concernente ao aspecto econômico, talvez seja vantajoso questionar a transformação da castanha certificada em uma

⁸⁶ “Tradução da palavra inglesa ‘empowerment’, significa a criação ou a socialização do poder entre os cidadãos e o reforço da cidadania. O processo de empoderamento inclui a conscientização e a participação com determinado grupo ou ao conjunto de uma sociedade. Neste sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.”

Cf. <http://www.codic.pr.gov.br/codic/modules/conteudo/conteudo_dir.php?conteudo=19>

commoditie, visto que as comunidades florestais e a própria floresta somente terão alguma chance enquanto seus produtos permanecerem em segmentos específicos.

Entretanto, promover a domesticação da castanheira ou de qualquer outro produto extrativista, além de outros tipos de inovações, bem como da manutenção dos resultados econômicos gerados, depende do nível de fortalecimento dos ativos e capacitações concernentes aos extrativistas. Essa discussão será encaminhada no próximo tópico.

4.3. Avaliação Estratégica dos Ativos e capacitações disponíveis para os extrativistas dentro da RESEX Chico Mendes

A sustentabilidade da estratégia competitiva estudada no presente estudo de caso, não pode apenas ser medida em termos de resultados econômicos, pois a manutenção da inovação e seu caráter cumulativo dependem do fortalecimento dos recursos humanos, físicos, financeiros, além dos ativos intangíveis como, por exemplo, a reputação, e das capacitações ou habilidades/serviços oriundos da combinação de tais ativos.

O presente estudo realizou uma avaliação estratégica dos ativos e capacitações disponíveis aos extrativistas da RESEX Chico Mendes, como forma de identificar os possíveis gargalos que possam impactar na sustentabilidade das estratégias competitivas promovidas nesse ambiente, no sentido de orientar os gestores do empreendimento, acerca dos itens que precisam de uma maior atenção.

4.3.1. Metodologia

O levantamento das informações foi realizado por amostragem, dentro da pesquisa de campo do projeto ASPF, em 2006. Aliás, esse tipo de levantamento foi realizado pela primeira vez no referido projeto, conjuntamente com o levantamento das informações econômicas. Foram pesquisadas 67 colocações de extrativistas em 15 seringais da RESEX Chico Mendes, nos diversos municípios dessa área. Observa-se que as áreas pioneiras no processo de certificação da castanha estão contempladas nesse universo.

4.3.2. Indicadores de avaliação estratégica

Os indicadores utilizados na coleta de informações sobre estratégias competitivas estão baseados nos trabalhos de AAKER (1989), que categorizou os ativos e habilidades que foram identificados como vantagens competitivas sustentáveis, em 248 empresas norte-americanas, conforme descrito a seguir:

Vantagens Competitivas Sustentáveis Hierarquizadas por AAKER (1989):

1. Reputação pela qualidade
2. Serviço ao consumidor/apoio ao produto
3. Reconhecimento do nome/altos lucros
4. Manter boa gestão e quadro técnico
5. Produção com baixos custos
6. Recursos Financeiros
7. Orientação ao consumidor/feedback/pesquisa de mercado
8. Amplitude da linha de produtos
9. Superioridade técnica
10. Base instalada de consumidores satisfeitos
11. Segmentação/focalização
12. Característica do produto/diferenciação
13. Contínua inovação da produção
14. Parcela de mercado (market share)
15. Tamanho/localização da distribuição
16. Oferecimento de baixo preço/alto valor
17. Conhecimento do negócio
18. Pionerismo
19. Produção eficiente e flexível/operações adaptáveis ao consumidor
20. Efetiva força de venda
21. Habilidade total de marketing
22. Visão compartilhada/cultura
23. Objetivos estratégicos
24. Fonte de poder bem conhecida
25. Localização
26. Efetiva Publicidade/imagem
27. Empreendedorismo
28. Boa coordenação
29. Desenvolvimento de pesquisa técnica
30. Planejamento de Curto Prazo
31. Boas relações com distribuidores

Do mesmo modo, Chandler e Hanks (1994) buscam avaliar o desempenho dos ativos e habilidades das empresas, além das estratégias competitivas, com indicadores próximos aos identificados por Aaker, porém agrupando-os em três grupos estratégicos: inovação, qualidade e liderança de custos. No primeiro grupo se encontram itens, tais como, habilidade em marketing, desenvolvimento de novos produtos/processos, novas formas de comercialização etc. Os itens classificados em relação à qualidade são: habilidade gerencial, pessoas treinadas para o processo produtivo e em oferecer serviços de alta qualidade aos consumidores etc. Com relação à liderança de custos, os itens constantes são: disponibilidade de capital, liderança em

plantas, equipamentos, acesso a matéria-prima de baixo custo, acesso a trabalho de baixo custo etc.

Obviamente que não se procurou trabalhar todos esses indicadores para as comunidades florestais das RESEX, visto que os mesmos foram pesquisados em setores urbanos. No entanto, buscou-se levantar os indicadores mais adequados à realidade florestal, com a ressalva de que, como é uma primeira aproximação, os indicadores podem ser alterados/ajustados com a maturação deste tipo de levantamento.

4.3.3. Resultados da Avaliação Estratégica

Conforme a tabela 9, observa-se que as vantagens competitivas dos moradores das RESEX, se relacionam justamente à competência central dessa população, ou seja, a extração de produtos vegetais da floresta, notadamente não-madeireiros.

Três ativos intangíveis se destacam na promoção de vantagens competitivas aos extrativistas, quais sejam: a reputação pela qualidade (82%); o conhecimento do negócio (80%); e, a perspicácia política, expressa pela participação em associações e cooperativas (78%). Além disso, destaca-se o papel da RESEX, enquanto promotora de vantagens para os seus moradores, manifestada pela vantagem de localização (81%).

Tabela 9 – Vantagens e desvantagens na disponibilidade de recursos e capacitações entre as colocações dos extrativistas, na RESEX Chico Mendes – 2006

Ordem	Item	Vantagem		Desvantagem		Nem Vantagem, Nem Desvantagem		Total de UPFs Pesquisadas*
		% de UPFs		% de UPFs		% de UPFs		
1	Reputação pela qualidade	82		17		2		65
2	Localização	81		12		7		67
3	Conhecimento do negócio	80		17		3		64
4	Participação em associações ou cooperativas	78		11		11		65
5	Acesso aos insumos	65		32		3		65
6	Flexibilidade para adaptar a novas tendências do mercado e da indústria	64		33		3		64
7	Característica do produto/diferenciação	63		25		12		60
8	Diversificação de produtos	59		36		5		66
9	Infraestrutura (ramais, rio etc.)	55		44		2		66
10	Pionerismo	47		38		15		60
11	Disponibilidade de capital (Crédito)	40		52		7		67
12	Pessoas treinadas/capacitadas para a produção dos produtos	38		56		6		66
13	Liderança em Espaço físico/equipamentos/facilidade de produção	34		58		8		64
14	Acesso a canais de distribuição de baixo custo	29		66		5		62
15	Pessoas treinadas/capacitadas para a comercialização dos produtos	28		67		5		61
16	Acesso a trabalho de baixo custo	24		69		6		62
17	Disponibilidade de capital (Próprio)	23		73		5		66
18	Assistência técnica	13		81		6		67

Obs.: UPF - Unidade de Produção Familiar (colocações); * Respostas válidas

Nota-se que três capacitações centrais aos desafios do ambiente competitivo capitalista atual são indicadas pelos extrativistas como vantagens competitivas, estando no cerne das inovações promovidas na produção de castanha: flexibilidade para se adaptar a novas tendências do mercado e da indústria (64%), ao contrário da propalada resistência dos seringueiros a mudanças; a diferenciação do produto – vide castanha orgânica (63%); e, a diversificação produtiva (59%).

Observa-se, ainda, que a infra-estrutura começa a se tornar uma vantagem competitiva para um pouco mais da metade dos extrativistas. Isto se deve basicamente aos investimentos realizados pelo governo da floresta, na abertura/manutenção de ramais no seio da RESEX. Entretanto, o escoamento da produção pelos rios e ramais da região ainda é considerado uma desvantagem, por 44% dos extrativistas entrevistados.

Este fato demonstra o desafio na manutenção de estratégias competitivas nas RESEX. Por um lado, alguns ativos e capacitações se apresentam como vantagens competitivas entre os moradores da região. Contudo, por outro lado, percebe-se, na tabela 9, algumas desvantagens entre os ativos e capacitações disponíveis entre as colocações e que podem se manifestar na anulação das estratégias competitivas em torno das vantagens previstas, ou seja, *anulação da sustentabilidade*.

Assim, a assistência técnica (81%) e a disponibilidade de capital de giro (73%), juntamente com as dificuldades de acesso a canais de distribuição (66%) e capacitação para a comercialização da produção (67%), são os principais itens que proporcionam desvantagens competitivas aos extrativistas da RESEX, impactando decisivamente nos custos de produção. Ressalta-se que o mecanismo da compra antecipada da produção busca resolver minimamente a questão da disponibilidade de capital.

O crédito bancário também é considerado uma desvantagem para um pouco mais da metade dos produtores, mesmo entre aqueles que têm acesso a esse tipo de financiamento, pois se tem muitos exemplos, na região, de extrativistas completamente endividados com instituições bancárias e o que é pior, sem capacidade de solvência.

Vale notar que a capacitação para a produção dos produtos entre os moradores da RESEX é uma desvantagem para quase 40% das colocações pesquisadas. Além disso, quando perguntados sobre os destinos da castanha vendida nos seringais, muitos produtores não têm a

menor idéia sobre os caminhos da comercialização, principalmente quando se fala do mercado internacional para o produto.

Segundo a tabela 10, quando se pergunta sobre os tipos de estratégias competitivas que são adotadas pelos produtores, as principais atitudes tomadas são as buscas pela redução dos custos (79%) e melhoria da produtividade e da eficiência nas operações produtivas (88%). No entanto, somente metade dos extrativistas desenvolve novos produtos ou novas práticas, como foi o caso da castanha certificada. Além do mais, cerca de 62% das famílias não investem no beneficiamento dos produtos.

Obviamente, que as desvantagens em alguns recursos e capacitações, em particular na disponibilidade de capital e força de trabalho capacitada, tornam o ambiente menos dinâmico para a promoção de inovações, como a agregação de valor por intermédio do processamento dos produtos.

Tabela 10 – Algumas estratégias competitivas adotadas pelos extrativistas da RESEX Chico Mendes – 2006

Perguntas sobre estratégias competitivas	Não	Sim
	% de UPF	% de UPF
Desenvolve novos produtos/novas práticas	53	47
Busca diminuir os custos em todo o processo produtivo	21	79
Busca melhorar a produtividade e a eficiência das operações	12	88
Busca promover os produtos junto ao consumidor	59	41
Investe no beneficiamento dos produtos	62	38
Aumenta a área de cultivo	76	24
Obs.: UPF - Unidade de Produção Familiar (colocações)		

Em suma, o presente trabalho identificou os principais recursos e capacitações que estão no cerne das estratégias competitivas das comunidades florestais das RESEX Chico Mendes, evidenciando os mais vantajosos e os que necessitam de maiores atenções por parte dos gestores públicos.

Do ponto de vista do potencial gerador de sobre-lucros dos ativos e capacitações que são vantajosos aos extrativistas, como a reputação pela qualidade, localização e perspicácia política, os resultados econômicos advindos do estudo da castanha certificada se mostram amplamente favoráveis a essa estratégia competitiva, visto que os produtores se apropriaram

de um sobre-valor em torno de 46% na comercialização do produto. Desse modo, tem que se investir continuamente no fortalecimento desses atributos.

Por outro lado, as desvantagens anunciadas pelos extrativistas, em particular a assistência técnica, canais de distribuição deficientes, disponibilidade de capital (próprio ou de terceiros), além de treinamento e capacitação dos recursos humanos na produção e comercialização dos produtos, podem anular esses efeitos e comprometer a sustentabilidade das estratégias competitivas implementadas pelos produtores.

Entretanto, reflete-se que as referidas desvantagens podem ser nitidamente endereçadas pelo arranjo institucional em torno da produção extrativista, na promoção de políticas públicas mais eficientes, uma vez que algumas intervenções já se encontram em andamento, como é o caso da compra antecipada da produção da castanha, que garante minimamente o capital de giro dos extrativistas.

Claro que se tem que pensar em intervenções mais agressivas, pois muitas dessas deficiências já se arrastam por um longo período de tempo, como é o caso da assistência técnica dentro da floresta, além da notória dependência dos atravessadores na distribuição dos produtos extrativistas, especialmente em remotos locais das RESEX.

CONCLUSÕES

O processo de ocupação econômica da Amazônia ao longo das últimas décadas vem causando enormes danos sócio-ambientais. A destruição ambiental está atingindo níveis alarmantes e em muitos locais praticamente irreversíveis. Atualmente, cerca de 20% da floresta amazônica brasileira não existe mais. Isso representa que se está perdendo os alicérgicos da manutenção das funções sócio-econômicas e ecológicas das florestas, cujos impactos se refletem na perda da biodiversidade, emissão dos gases de efeito estufa e perda da ciclagem da água, além de impactos sociais como o desaparecimento de populações tradicionais.

No cerne desta destruição está a substituição da economia do extrativismo, considerada atrasada, por atividades econômicas modernas, como a agropecuária, como indutoras de um processo virtuoso de geração de emprego e renda para a região, além da alegada ocupação do vazio demográfico, desde os anos 1970.

No entanto, a renda cresceu sem ser distribuída; ao contrário, a renda concentrou-se em poucas mãos, quase exclusivamente das grandes empresas madeireiras e agropecuárias em detrimento da maioria da população. Isto notadamente exacerbou as relações sociais, causando intensos conflitos sociais na região, em particular na luta pela posse da terra, pela sobrevivência dos extrativistas.

As comunidades florestais foram simplesmente destituídas de suas florestas para abrir espaço para as atividades modernas, por exemplo, a pecuária, cuja única restrição ao seu desenvolvimento era apenas o econômico. As florestas foram derrubadas em nome do progresso, as populações florestais foram marginalizadas e as forças econômicas atuaram livremente na região.

Fazendo-se um balanço final, o progresso chegou apenas para os capitais que migraram para a região que se apropriaram da maior parte da riqueza gerada pelo desenvolvimentismo. O meio ambiente definha solenemente face à perplexidade da sociedade. As populações florestais que sobreviveram foram empurradas para as zonas urbanas, como se estivessem sendo libertadas da pobreza e da miséria nas florestas, mas a história é plenamente inversa, estão cada vez mais pobres e miseráveis nas periferias urbanas. As populações que

resistiram e continuaram no ambiente florestal, ainda lutam desesperadamente por sua sobrevivência.

Esse quadro levou a um intenso movimento sócio-ambiental de resistência nacional e internacional, em particular dos seringueiros, a esse deletério modelo de desenvolvimento, que obrigou os governantes da nação a reorientar as políticas públicas para a Amazônia, no sentido de um desenvolvimento econômico mais sustentável. Era preciso, em última instância, implementar políticas de comando e controle que pudessem frear a voracidade das forças de mercado na região, ou seja, o poder público tinha que intervir no estabelecimento de constrangimentos não-econômicos às atividades econômicas atuantes na região, particularmente nas áreas florestais.

Do ponto de vista das comunidades florestais, a criação de Unidades de Conservação de uso direto, como as RESEX, e a demarcação de terras indígenas, constituem-se numa das principais políticas de comando e controle para a Amazônia.

Todavia, somente o estabelecimento destas áreas não é suficiente para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável, que compreende a promoção de atividades produtivas socialmente justas, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis. Dentro das áreas de conservação, a viabilidade sócio-ambiental é praticamente inata às comunidades florestais. O problema é a viabilidade econômica dos produtos florestais ofertados no mercado por essa população, uma vez que os mesmos são mal remunerados pela venda de seus produtos, em virtude dos baixos preços pagos por estes.

A solução desse problema depende das estratégias competitivas que serão promovidas. Isto remete a questão para os formuladores de políticas públicas. Todavia, muitos gestores públicos endereçam a discussão para a promoção de produtos “modernos”, diferentes daqueles produzidos no interior da floresta. Isto é o que se vê nas políticas públicas destinadas aos produtores florestais da região. Muitas vezes alguns produtos se tornam objeto de modismo e são incentivados por campanhas políticas para sua produção tanto em áreas agrícolas quanto em áreas florestais, indistintamente.

Esse foi o caso da promoção da produção de palmito de pupunha, no interior da RESEX Chico Mendes, cujo principal resultado foi o (impagável?) endividamento de várias famílias seringueiras junto às instituições de crédito da região. Ora, os requisitos necessários para a produção da referida cultura são inadequados às peculiaridades das RESEX – por

exemplo, a alta perecibilidade do palmito não combina com dificuldades de acesso e as longas distâncias percorridas nos seringais.

Antes de qualquer solução açodada, o mais conveniente seria refletir sobre quais seriam as origens das vantagens competitivas sustentáveis. Portanto, seguindo o pensamento evolucionário neoschumpeteriano, constata-se que, em última instância, as fontes das vantagens competitivas estão no interior das organizações humanas, mais precisamente na posse de determinados ativos intangíveis por parte dos agentes econômicos e na dimensão das capacitações/competências específicas capazes de produzir inovações.

Ora, o processo competitivo sob a ótica schumpeteriana é notadamente um processo evolucionário de “destruição criativa” das competências existentes, cuja assunção primordial é que a “história importa” numa alusão à dependência de trajetória tecnológica. A inovação assume a centralidade nas análises econômicas.

Dentro da evolução do extrativismo vegetal praticado pelas comunidades florestais da Amazônia, nota-se nitidamente, pontos de ruptura das competências existentes e que estão no cerne das mudanças recentes.

Olhando a trajetória do extrativismo vegetal e os produtos oriundos ao longo do tempo, percebe-se que a competência central das comunidades florestais da Amazônia pode ser identificada como a extração de matérias-primas florestais não-madeireiras, cuja vantagem competitiva foi evidenciada no período áureo do ciclo da borracha, em fins do século XIX. Tal vantagem pode ser traduzida na exclusividade da oferta dessa matéria-prima para a indústria produtora de artefatos de borracha. Além disso, alta qualidade física da borracha produzida nos seringais da região acreana era uma vantagem competitiva adicional para aqueles que produziam nessa área.

Em sua trajetória, da segunda metade do século XIX até os anos 1970 do século XX, o extrativismo vegetal esteve engessado pelas perniciosas relações sociais da economia do aviação, cuja característica essencial era a total subordinação do seringueiro ao patrão (seringalista).

O resultado desse processo, do ponto de vista da inovação, foi que praticamente não houve progresso tecnológico no sistema de produção extrativista na região amazônica, uma vez que os lucros do seringalista advinham muito mais da exploração direta das trocas do que

do processo produtivo em si e, portanto, não tinha o menor interesse em modernizar a extração do látex. Ou seja, esse sistema “simplesmente” não evoluiu.

Dessa forma, os extrativistas perderam suas vantagens competitivas já no início do século XX, uma vez que suas competências na produção do látex foram imitadas pelos competidores asiáticos. Além disso, com a derrocada do extrativismo da borracha na Amazônia, a diversificação produtiva efetuada na direção da produção de castanha-do-Pará (atualmente denominada de castanha-do-Brasil), utilizando-se das competências existentes, não foi suficiente para conter a desarticulação do sistema extrativista na região. Ora, faltavam ainda inovações complementares.

Entretanto, na década de 1970, o movimento de resistência seringueiro, contra a expulsão dos seringais de origem, inscreve o início da construção de uma nova capacitação/competência dos extrativistas que está no cerne de sua sobrevivência, constituindo-se num dos principais ativos intangíveis específicos dessa comunidade florestal: a perspicácia política.

Esse ativo constitui-se, claramente, numa capacitação dinâmica, uma vez que representa a habilidade desta organização em alcançar novas formas de vantagem competitiva. Além disso, seu caráter estratégico é evidente, visto que foi construído, moldado dentro da trajetória das atividades extrativistas. Portanto, tal ativo intangível não pode ser comprado no mercado.

Ora, a perspicácia política dos extrativistas conseguiu desenvolver inovações no processo gerencial e organizacional das organizações humanas na floresta, renovando as capacitações e competências existentes nas comunidades extrativistas que, em última instância, culminou na implantação das RESEX. Eis algumas evidências:

- Integração das atividades internas das comunidades com as externas por intermédio de alianças e parcerias estratégicas, como por exemplo, com o movimento ambientalista em nível mundial;
- Incentivo ao processo de aprendizagem da população extrativista mediante a implantação de cursos, treinamentos, capacitações etc.
- Implantação de projetos pilotos na busca de novas alternativas produtivas ou mesmo de modernização dos produtos/processos existentes;

- Criação de conselhos, associações e cooperativas;
- Beneficiamento de alguns produtos;
- Incentivo à diversificação produtiva, etc.

Talvez as RESEX simbolizem, materialmente, o resultado dessa competência distintiva das comunidades florestais, uma vez que demonstra a extrema habilidade desse povo de adaptação, integração e reconfiguração das competências existentes, ou seja, as RESEX podem ser vislumbradas como um processo de reinvenção do extrativismo vegetal sobre novas bases, enfim, uma inovação.

Por outro lado, as RESEX se constituem numa clara certificação ambiental florestal das áreas manejadas pelos extrativistas, sob a tutela do governo federal, ou seja, um tipo de certificação considerada de quarta parte. Isto significa que essas comunidades florestais ganharam um bilhete que abriu nichos de mercados no primeiro mundo, que freqüentemente remuneraram melhor os produtos ecologicamente sustentáveis.

Entretanto, somente a criação das RESEX não era um diferencial suficiente para garantir a geração de rendimentos adequados à manutenção das famílias extrativistas. Já na segunda metade dos anos 1990, os extrativistas das RESEX começaram a perder espaço, principalmente na União Européia (UE), na comercialização de seu principal produto do momento, a castanha-do-Brasil, notadamente para a produção boliviana. Nesse período, a UE forjava rigorosos padrões sanitários para a entrada de alimentos saudáveis naquela região, especialmente em relação à castanha e os níveis de contaminação por aflatoxina.

Nesse sentido, a indústria boliviana respondeu proativamente resolvendo os problemas sanitários da contaminação da castanha com a aflatoxina. O que tornou a referida indústria *referência mundial em termos de qualidade e padrão sanitário*. Isto tudo garantiu aos produtores bolivianos acesso a mercados convencionais e diferenciados e, conseqüentemente, a *apropriação* de sobre-valores.

Os gestores públicos, bem como os extrativistas, perceberam que os desafios das RESEX perpassariam pela promoção de inovações complementares. Aqui se verifica o peso da herança tecnológica passada nas estratégias competitivas futuras. Ora, até recentemente os produtos extrativistas eram extraídos da natureza, da mesma forma que um século atrás. Desse

modo, não é possível adequar os níveis de contaminação das castanhas, por aflatoxinas aos padrões europeus, por exemplo. Além disso, a gestão participativa se tornou peça chave tanto na coordenação das atividades produtivas nas RESEX quanto na negociação com os capitais privados.

Assim, as comunidades florestais das RESEX têm condições de mudar o quadro atual e figurar entre o grupo de ganhadores do sistema – por enquanto, ainda correm atrás da Bolívia na produção e comercialização de castanha-do-Brasil. Obviamente que a chave está justamente em suas capacitações dinâmicas, na habilidade do nosso povo em desenvolver novas e inovadoras formas de vantagens competitivas.

A capacidade de influenciar as políticas públicas está no cerne da obtenção de vantagens competitivas. Como evidenciado acima, a perspicácia política é uma das competências distintivas dos extrativistas.

Uma primeira resposta das comunidades das RESEX, aos desafios do setor na geração de rendas, se esboçou no final dos anos 1990, com a denominada Lei Chico Mendes, que regulamentou um subsídio estadual para a elevação do preço pago pela borracha produzida na região acreana.

Isto somente se tornou possível com a eleição estadual de um novo governo, em 1998, que tinha em sua base lideranças e pessoas ligadas ao movimento seringueiro, muitas delas remanescentes dos embates liderados por Chico Mendes. Já no início de 1999, o recém empossado “Governo da Floresta” tratou de montar todo um arranjo institucional em torno de políticas públicas que promovessem o fortalecimento dos produtos extrativistas.

Desse modo, percebe-se uma estreita ligação entre as capacitações/competências organizacionais dos extrativistas e as estruturas específicas de governança, esboçadas nos arranjos institucionais, como fonte e captura de riqueza e, conseqüentemente, de vantagens competitivas.

No entanto, o arranjo institucional somente será efetivo na geração de assimetrias, se considerar a dimensão institucional cognitiva das comunidades florestais, que são alvos das políticas públicas com tal intuito. Além disso, a certificação ambiental governamental pode ser a chave para o fortalecimento dessa dimensão, ou seja, na manutenção dos valores não-econômicos, culturais, éticos e ambientais, visto ser essa dimensão uma das fortalezas das

RESEX. Ora, o processo de valorização da borracha e da castanha implementados pelo governo da floresta, trabalha justamente com este objetivo.

A valorização dos produtos extrativistas, perpassa a promoção de estratégias competitivas. Do ponto de vista do fortalecimento da cadeia produtiva da castanha, todas as estratégias foram montadas para competir com a produção boliviana.

Assim, o arranjo institucional construído em torno da produção de castanha buscou, desde o final de 1999, superar os gargalos tecnológicos que entravavam a produção e comercialização do produto. Obviamente que o caminho de estratégias competitivas sustentáveis passa pelo fortalecimento das capacitações e competências das famílias extrativistas. O casamento das demandas das comunidades com a intervenção de instituições de pesquisas da região culminou justamente na implementação de inovações organizacionais importantíssimas, tais como, planejamento da produção, adequada coleta de ouriços, formas diferenciadas de armazenamentos etc.

Enfim, a inovação aconteceu por dentro do próprio extrativismo, aonde a combinação de conhecimentos tradicionais (capacitações/competências) e científicos, se deu em perfeita simbiose. Além disso, destaca-se a gestão participativa do processo, por parte de organizações representantes dos extrativistas, como foi o caso da participação da Cooperativa de produtores Agroextrativistas de Brasília – CAPEB.

Ora, a resposta aos desafios impostos ao extrativismo vegetal era “simplesmente” a revitalização do mesmo, agora em bases “modernas”, competitiva. A consolidação de todo o processo se deu com a certificação da castanha-do-Brasil, por intermédio dos selos orgânico (IBD) e *fair trade* (FLO), que, por um lado, garantem o bilhete de passagem para os mercados diferenciados e mais exigentes, especialmente na Europa. E, por outro, garantem o pagamento de um preço mais justo aos produtores florestais, com a captura em termos monetários dos atributos sócio-ambientais desse tipo de produção.

Observa-se, não obstante, que os selos orgânico e social vêm complementar a certificação ambiental cristalizada nas RESEX. Nesse aspecto, cabe a ressalva de que a certificação ambiental somente será efetiva na captura de valores intangíveis com o balizamento de inovações efetuadas no processo produtivo de qualquer produto, ou seja, ***a certificação é resultado de um processo e não o próprio resultado em si.***

Uma questão que se coloca atualmente é se a certificação florestal de produtos florestais madeireiros, a partir do manejo florestal de madeira em áreas pertencentes a comunidades florestais, pode se constituir numa vantagem competitiva para as famílias envolvidas.

Ora, considerando que as origens das vantagens competitivas sustentáveis provêm do fortalecimento das competências/capacitações das organizações; considerando que a competência central dos extrativistas nas RESEX é a produção de produtos não-madeireiros (PFNM); e, considerando as RESEX como a personificação da luta desse povo contra o aludido produto, além de ainda não existir comprovação efetiva da sustentabilidade do manejo florestal madeireiro, então, pode-se inferir que a produção comercial de madeira pelas comunidades florestais é inadequada como estratégia competitiva *sustentável*, principalmente nas RESEX.

Por outro lado, os resultados apresentados, no estudo de caso da castanha-do-Brasil certificada, corroboram a hipótese do presente trabalho, ou seja, que, em decorrência da vantagem competitiva auferida, a certificação ambiental florestal bem sucedida geram sobre-preços apropriados pelos produtores, auxiliando na sua manutenção e da floresta, desde que participem de sua gestão e se encontrarem nichos de mercado sustentáveis.

Ora, observou-se, ao longo do estudo de caso, que a tripla certificação – florestal (RESEX/IBAMA), orgânica (IBD) e social (FLO) – da castanha-do-Brasil, produzida e comercializada pelos extrativistas no interior da RESEX Chico Mendes, gerou sobre-preços apropriados pelos próprios extrativistas, decorrentes do diferencial competitivo auferido.

A tripla certificação foi decisiva para que as cooperativas de produtores da região de estudo, entre elas a CAPEB e a CAEX, comercializassem no exigente mercado europeu, em particular nos nichos de mercado do comércio justo, atualmente em franca expansão.

Ressalta-se, entretanto, o papel das cooperativas na gestão de todo o processo de produção e comercialização do produto, que implicou no assessoramento do manejo, armazenamento e transporte da castanha no seio da floresta, passando pelo beneficiamento do produto, bem como no contato direto com os compradores europeus.

Ademais, no processo de disseminação das boas práticas na produção de castanha-do-Brasil, especialmente aquelas contempladas com a tripla certificação ambiental, destaca-se a atuação do arranjo institucional, capitaneado pelo SEBRAE/AC, principalmente na assistência

às cooperativas da região em relação à condução, monitoramento e implementação do processo de certificação do produto, nas áreas dos seringais da RESEX Chico Mendes.

Até o momento, um dos principais resultados desse *recente* processo é que aproximadamente 12% das famílias extrativistas da RESEX Chico Mendes já se adequaram à produção e comercialização da castanha certificada, indicando a facilidade com que as novas práticas podem ser incorporadas à produção dos extrativistas.

Por outro lado, as políticas públicas orientadas para o fortalecimento das atividades extrativistas, como foi o caso da castanha, no estado do Acre, foram fundamentais para que a RESEX exercesse plenamente seu papel como diferencial competitivo na manutenção da floresta e de sua população. Ora, necessitava-se de novas tecnologias para complementar a viabilização econômica das atividades extrativas nessas áreas. Destarte, as novas práticas implementadas dentro da RESEX levaram à obtenção de certificações ambientais, também complementares.

Do ponto de vista do nível de importância entre os certificados incluídos na tripla certificação da castanha certificada, na geração e apropriação de sobre-preços, talvez a certificação ambiental representada pela RESEX seja preponderante, pois ela “garante” a continuidade da extração produtiva das castanheiras. Vale notar que muitos importantes castanhais da região amazônica, fora das RESEX, já não existem mais.

Todavia, no tocante à participação de cada certificação na geração dos sobre-preços auferidos com a comercialização da castanha certificada, talvez não se possa precisar claramente em virtude da convergência expressa na tripla certificação.

No entanto, no que concerne à garantia na obtenção de sobre-preços, para a castanha certificada e aos produtos de origem florestal não-madeireiros, pode ser destacado o mercado em torno das instituições que zelam pela manutenção do selo *fair trade*, visto que esse sistema prevê o pagamento de preços mínimos pelos produtos comercializados nesse nicho de mercado, que engloba também a promoção de preços mínimos para os produtos originários da certificação orgânica. Verifica-se, portanto, a importância da complementaridade da tripla certificação da castanha-do-Brasil.

Não obstante, constatou-se, por intermédio do estudo de caso, que o grande diferencial competitivo da castanha certificada produzida do lado brasileiro é justamente a RESEX, visto que, do lado boliviano, a posse da terra é a principal questão não resolvida, tornando-se num

empecilho para a certificação florestal das áreas extrativistas, notadamente por organismos de terceira parte, como o FSC.

Ora, a certificação florestal expressa pelas RESEX foi conseguida há mais de quinze anos, garantindo a posse da terra para milhares de extrativistas na Amazônia, além de se tornar num importante mecanismo de empoderamento das famílias beneficiadas com a concessão de uso dessas áreas.

Portanto, ao contrário da produção e comercialização de castanha convencional, amplamente dominada pela indústria boliviana, os produtores extrativistas da RESEX Chico Mendes devem aprofundar o processo de disseminação das boas práticas da castanha certificada na região, buscando sustentar suas vantagens competitivas no mercado.

Assim, destaca-se que, como resultado da difusão e, conseqüentemente, da ampliação da oferta de castanha certificada, recentemente a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) selou um contrato para a exportação do produto para a Itália, depois de permanecer por muitos anos, fora do mercado europeu. Apesar disso, recomenda-se a realização urgente de estudos de mercado da castanha-do-Brasil certificada, uma vez que o real potencial de mercado do produto ainda é uma incógnita.

Com relação à sustentabilidade dessa estratégia competitiva, cabe o alerta de Schumpeter sobre o tema: “uma posição de monopólio não é um travesseiro sobre o qual seja possível repousar”. Isto é importante, primeiro, porque os extrativistas não detêm, ainda, a excelência da produção de castanha-do-Brasil, em geral, e da orgânica, em particular. Depois, existe a necessidade de inovações complementares para a resolução de gargalos tecnológicos e organizacionais, que podem entravar a produção e comercialização de castanha, como, por exemplo, a domesticação das árvores.

O arranjo institucional em torno da cadeia produtiva da castanha, bem como de outros produtos extrativistas, tem o desafio de continuamente fortalecer os recursos (tangíveis e intangíveis) disponíveis para a produção dos produtos extrativistas em torno das RESEX. Isto perpassa o fortalecimento/ampliação das competências e capacitações dos extrativistas, pois, caso contrário, corre-se o risco de se ver anulada toda a sustentabilidade do empreendimento.

Nesse sentido, a avaliação estratégica realizada no presente estudo pode ser útil no encaminhamento de políticas públicas, dentre outras ações, na direção do fortalecimento das

vantagens, bem como na reparação das desvantagens, identificadas entre os diversos recursos ou ativos (tangíveis e intangíveis) e capacitações à disposição dos extrativistas.

Nota-se que os ativos e capacitações que se traduzem em *vantagens competitivas* aos extrativistas, como a *reputação* e a *perspicácia política*, dependem quase que exclusivamente do **fortalecimento do movimento seringueiro e das organizações associadas**. Portanto, uma primeira recomendação é destinada aos líderes desse movimento, pois, de acordo com o jargão popular, “a luta continua”, agora cada vez mais árdua, frente ao notório enfraquecimento dos movimentos sociais em todo o país.

Do ponto de vista das *desvantagens competitivas*, as recomendações são endereçadas diretamente aos *gestores públicos*, visto que os dois principais gargalos entre os ativos dos extrativistas estão relacionados a políticas públicas: *assistência técnica* e acesso a *recursos financeiros*, especialmente o crédito bancário.

Ora, como pode haver inovação sem capital? Porém, pode-se afirmar que existe crédito disponível na região. Contudo, algumas linhas de créditos são completamente inadequadas às especificidades do extrativismo vegetal, oferecendo, muitas vezes, culturas e tecnologias alheias ao ambiente florestal e à tradição extrativista, além de se constituir num custo alto para os padrões dessas populações.

Dessa forma, recomenda-se a oferta de linhas de créditos adequadas à tradição seringueira, observando-se a competência central dos extrativistas, ou seja, a produção de produtos de origem florestal não-madeireira. Por outro lado, recomenda-se a manutenção do mecanismo de compra antecipada, que se torna extremamente útil na formação de capital de giro para os produtores.

Além disso, a oferta do crédito pressupõe a assistência técnica no campo, aliás, na floresta. Esse é um dos problemas crônicos da produção familiar rural em todo o estado do Acre. Recomenda-se resolver essa situação *definitivamente*.

Outro importante ativo indicado pelos extrativistas, como uma das principais desvantagens competitivas, diz respeito ao treinamento e capacitação dos produtores. Nota-se algum esforço entre organizações governamentais e ONGs na resolução dessa questão. No entanto, o que se vê são trabalhos pontuais e, muitas vezes, privilegiando as mesmas comunidades, especialmente aquelas que proporcionem fácil acesso. Ora, esse é um tema que

deve ser tratado como política pública dentro das prioridades de desenvolvimento dos produtos do setor, penetrando nas diversas regiões das RESEX, indistintamente.

Enfim, a sustentabilidade das estratégias competitivas promovidas dentro das RESEX depende, por um lado, da geração e apropriação dos sobre-preços, por parte das famílias extrativistas e, por outro, do fortalecimento/atualização dos ativos e capacitações disponíveis entre os moradores da área, que são, no final das contas, a origem das vantagens competitivas sustentáveis.

Assim, **pode-se asseverar que há racionalidade econômica dentro da floresta**, pois a manutenção das comunidades florestais depende cada vez mais da preservação de seu *habitat*, ou seja, **os produtores extrativistas precisam produzir e competir no mercado sem destruir seu principal ativo: a floresta**. Isso está no cerne do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, David A. Managing Assets And Skills: the key to a sustainable competitive advantage. **California Management Review**, v. 31, n. 2, p. 91-106, winter 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. **R. Pará Desenvolvimento**, Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, n.25, p. 3-29, jan./dez. 1989.

AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel. **Manejo Florestal comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, 2000. 58 p.

ÂNGELO, Cláudio; CONSTANTINO, Luciana. Desmatamento na Amazônia não surpreende, afirma Marina Silva. **Folha de São Paulo**, 27 jun 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=10887>>.

ÂNGELO, Humberto. **Estado da Arte da Certificação Florestal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. 23 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/doc/doc13.pdf>>.

ANTUNES, Ricardo. Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho: perenidade e superfluidade do trabalho. In: II Conferência Internacional “La Obra de Carlos Marx y los Desafíos del Siglo XXI”, 2004, La Habana. **Anais...** La Habana: [s.n.], 2004. Disponível em: http://socialismo-o-barbarie.org/teoria_de_la_revolucion/040815_cong%20marxs21_antunes_tesis_trabajo.pdf. Acesso em: Março de 2004.

_____. Material e Imaterial. São Paulo: **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, p. 8-9, 13 de agosto de 2000.

ASIA-PACIFIC FORESTRY COMMISSION. Certification and forest product labelling: a review. In: **Seminar - Certification and forest product labelling: a review**, 2000. Noosaville, Queensland: FAO, 2000. 6 p. (Secretariat Note)

BADÔ, Fernando. Com a Rede Povos da Floresta, internet chega a aldeias indígenas. **Folha Online**, Informática, 27 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u13985.shtml>>

BALMFORD, Andrew et al. Economic Reasons for Conserving Wild Nature. **Science**, v. 297, n. 5583, ago. 2002. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/297/5583/950>>. Acesso em: 12 ago. 2002.

BARNEY, Jay B. Resource-based theories of competitive advantage: A ten-year retrospective on the resource-based view. **Journal of Management**, v. 27, n. 6, p. 643–650, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>.

_____.; WRIGHT, M.; KETCHEN Jr., D. J. The resource-based view of the firm: Ten years after 1991. **Journal of Management**, v. 27, issue 6, p. 625–641, nov./dec. 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/01492063>>. Acesso em: outubro de 2003.

BECKER, Berta K. Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia: Lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 5-28.

BELLUZZO, Luiz G. De M. **Valor e Capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 146 p. (30 anos de Economia – UNICAMP, 3)

BIANCHI, Patrizio; LABORY, Sandrine. **Intangible Assets in the European Health Industry**: the Case of the Pharmaceutical Sector. Ferrara: University of Ferrara, 2002.

BOLAÑO, César. R. S., Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, nº 11, dez. 2002, p. 53-78.

BOLSA Amazônia – Notícias. **Castanha, Vetada exportação para Europa**. Disponível em: <<http://www.bolsamazonia.com/brasil/noticias.asp?showp=1&codnot=323>>. Acesso em: Junho de 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001.

BRIANEZI, Thaís. Madeireiras certificadas no Amazonas têm prejuízo – especial 4. Set. 2005b. Disponível em:

<<http://www.radiobras.gov.br/especiais/gestaodeflorestas/materias.php?materia=238922&editoria=&q=1>>. Acesso: 07/10/2005.

_____. **Segundo Ibama, Flonas não têm manejo madeireiro em escala comercial** – Especial 19. Disponível em:

<<http://www.radiobras.gov.br/especiais/gestaodeflorestas/materias.php?materia=238920&editoria=&q=1>>. Acesso em: 09/09/2005.

BROWDER, John O. The limits of extractivism: Tropical forest strategies beyond extractive reserves. **BioScience**, v. 42, n. 3, p. 174-182, 1992.

BUAINAIN, Antonio Márcio; CARVALHO, Sérgio M. Paulino de. **Inovação e Gestão dos Ativos Intangíveis de Propriedade Intelectual em um Mundo Globalizado**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/farmacos/farma20.htm>. Acesso em: 20/7/2003.

BURLAMAQUI, Leonardo; PROENÇA, Adriano. Inovação, Recursos e Comprometimento: em Direção a uma Teoria Estratégica da Firma. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 1, p. 79-110, jan./jun. 2003.

CAMMACK, Paul. 'Signs of the times': capitalism, competitiveness, and the new face of empire in Latin America. In: **Globalization or Imperialism?** Theoretical and Practical Perspectives. Annual Conference of IPSA Research Committee 49, Rothermere American Institute, University of Oxford, 2-4 July 2004. Disponível em: <http://www.polsci.ku.dk/ipSARC49/Oxford/cammack.pdf>

_____. What the World Bank Means by Poverty Reduction. In: **International conference: Staying Poor** – Chronic Poverty and Development Policy. Manchester: Chronic Poverty Research Centre – University of Manchester, 2003. Disponível em: <http://www.chronicpoverty.org/pdfs/conferencepapers/Cammack.pdf> >.

CAMPANILI, Maura. **Falta proteção à biodiversidade amazônica**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2002/ago/02/272.htm> >. Acesso em: 02/08/2002.

CANUTO, Otaviano. Quanto custa uma reputação? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, caderno B, pág. 2, 22/02/2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo105.htm> >

CASTILLO, Christian. Comunismo sem transição? **Revista Estratégia Internacional**, n. 17, abril de 2001. 17 p. Disponível em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei17/ei17comunismoport.htm> >. Acesso em: 23/04/2004.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da S. **A Política Ambiental na Amazônia**: Um Estudo sobre as Reservas Extrativistas. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. 240 p. (Tese apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Economia)

CCIF. Conservation and Community Investment Fórum. **Analysis of the Status of Current Certification Schemes In Promoting Conservation**. San Francisco: CCIF, 2002. Disponível em: http://www.cciforum.org/pdfs/Certification_Analysis.pdf >.

CHANDLER, Gaylen N.; HANKS, Steven H. Market Attractiveness, Resource-Based Capabilities, Venture Strategies, and Venture Performance. **Journal of Business Venturing**, v. 9, p. 331-349, 1994. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br> >.

CIRAD/UNICAMP. **Projeto para o Fortalecimento das Atividades de Extrativismo no Estado do Acre** (TC-00-030-42-BR). Campinas: CIRAD/UNICAMP, 2001. Passim.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSLOVSKY, Salo Vinocur. **Determinantes de Sucesso na Indústria da Castanha** - como a Bolívia desenvolveu uma indústria competitiva enquanto o Brasil ficou para trás. 01 Jun 2005. (Texto para Discussão) Disponível em:

<<http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/artigos/Salo-castanha%20-%20FGV%2031%20maio%202005.pdf>>.

_____. **How Bolivia's Brazil-Nut Industry Became Competitive in World Markets While Brazil's Fell Behind: Lessons from a Matched Comparison.** 23 Out 2006. (Working Paper) Disponível em: <<http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3082>>.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/o_conceito_de_instituicao_nas_modernas_abordagens_institucionalistas.pdf>.

CONNER, Kathleen. A Historical comparison of Resource-Based Theory and Five Schools of Thought Within Industrial Organization Economics: Do We Have a New Theory of the Firm?. **Journal of Management**, Vol. 17, No. 1, p. 121-154, March 1991.

CORIAT, Benjamin; DOSI, Giovanni. Problem-solving and coordination-governance: advances in a competence-based perspective on the theory of the firm. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, ano 1, p. 49-84, jan./jun. 2002. Disponível em:

<http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/artigos/dosi_coriat.pdf>.

COSTA FILHO, Orlando Sabino da. **Reserva Extrativista** - Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. 1995. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

COUNSELL, Simon; LORAAS, Kim Terje (orgs.). **Trading in Credibility: The myth and reality of the Forest Stewardship Council.** London: The Rainforest Foundation, 2002.

Disponível em:

<<http://www.rainforestfoundationuk.org/files/Trading%20in%20Credibility%20full%20report.pdf>>.

DALY, Herman E. **Beyond Growth: the economics of sustainable development.** Boston: Beacon Press, 1996. 254 p.

DURAIAPPAH, Anantha Kumar. **Sustainable development and poverty alleviation** – exploring the links. [s.l]: International Institute for Sustainable Development (IISD), 2000. Disponível em: <http://www.iisd.org/pdf/pov_sd_overview.pdf>.

EMBRAPA – Notícias. **Embrapa monta colocação para falar de tecnologias.** 2005.

Disponível em: <http://www.cpa fac.embrapa.br/noticias/stand_expoacre.htm>

_____. **Certificação abre novos mercados para a castanha-do-brasil.** 28/04/2006. Disponível em: http://www.embrapa.br/noticias/banco_de_noticias/folder.2006/foldernoticia.2006-04-03.3722359657/noticia.2006-04-28.5123455324/mostra_noticia.

ENTINE, Jon. A social and environmental audit of the Body Shop: Anita Roddick and the question of character. July, 2003. Disponível em: http://jonentine.com/reviews/Body_Shop_Roddick_audit.doc.

_____. When Rainforest Ice Cream Melts: The Messy Reality of 'Socially Responsible Business'. **Electronic Journal of Radical Organizational Theory** (EJROT), v. 1, n. 1, nov. 1995. Disponível em: http://www.mngt.waikato.ac.nz/research/ejrot/Vol1_1/entine.pdf.

EUROPEAN Communities. Commission Regulation (EC) No 1525/98. **Official Journal of the European Communities**, L 201/43, 17 Jul 1998. Disponível em: <http://vm.cfsan.fda.gov/~acrobat/iaaf11.pdf>.

FAOSTAT – FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) Statistics Division, 2006. Disponível em: <http://faostat.fao.org/>.

FEARNSIDE, Philip M. Deforestation Impacts, Environmental Services and the International Community. In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads: The challenge of sustainable development.** London: ILAS, 2000. p. 11-24.

FLO – Fair Trade Labelling Organizations International. **Annual Report 2005 (a).** Disponível em: http://www.fairtrade.net/uploads/media/FLO_Annual_Report_05.pdf

_____. **Fair Trade in Europe 2005 (b).** Disponível em: <http://www.fairtrade.net/uploads/media/FairTradeinEurope2005.pdf>

_____. **Critérios de Comércio Justo para Nozes e Semente Oleaginosas de Organizações de pequenos produtores.** Março de 2006. Disponível em: http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/Nuts_and_Oilseeds_SF_March_06_P T.pdf

_____. **Impact.** Disponível em: <http://www.fairtrade.net/impact.html> >. Acesso em: Outubro de 2006 (b).

FRERIS, Nicole; LASCHEFSKI, Klemens. **A fachada verde da exploração madeireira.** 2002. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fachadaverde.pdf>

_____. **Seeing the wood from the trees.** 2001. Disponível em: http://www.wald.org/fscamaz/ecol_eng.htm. (an edited version of this article was published in 'The Ecologist' Vol. 31, No 6, July/August 2001)

GARCIA-JOHNSON, Ronie; GEREFFI, Gary; SASSER, Erika. **Certification Institution Emergence: Explaining Variation**. October 2000.

Disponível em: http://www.nicholas.duke.edu/solutions/documents/explaining_variation.pdf

GLASSER, Jeff. Dark Cloud: Ben & Jerry's Inaccurate in Rainforest Nut Pitch. Boston Globe, July 1995. Disponível em: http://www.jonentine.com/articles/boston_globe.htm

GODOY, Amalia M. G.; BIAZIN, Celestina C. A rotulagem ambiental no Comércio Internacional, **Anais...** IV Encontro nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2000. (publicado em CD).

GOULART DE ANDRADE, Alexandre A. L. **Artesãos da Floresta. População Tradicional e Inovação Tecnológica**: O caso do “Couro Vegetal” na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre. Campinas: IE/UNICAMP, 2003. (Dissertação de Mestrado – Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, IE/UNICAMP)

GRAF, Roberta. **Política ambiental transversal**: Experiências na Amazônia brasileira. Campinas: IG/UNICAMP, 2005. 251 p. (Tese de doutorado, Instituto de Geociências) Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000364372>.

_____; GOMES FILHO, Arlindo. Exploração comercial de madeira nas reservas extrativistas – Está virando uma rotina. Mas é realmente uma atividade legal? (Texto a ser publicado como parte do capítulo sobre Reservas extrativistas do Acre: Gestão e política ambiental, do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, 2a. Fase) Disponível em: http://ambienteacreano.blogspot.com/2005_12_01_ambienteacreano_archive.html >. Acesso em: 26 de dezembro de 2005.

GRANT, Robert M. The Resource-Based Theory of Competitive Advantage: implications for strategy formulation. **California Management Review**, v. 33, n. 3, p. 114-135, Spring 1991. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

HALL, Anthony. Environment and Development in Brazilian Amazonia: From Protectionism to Productive Conservation. In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads**: The challenge of sustainable development. London: ILAS, 2000b. p. 99-114.

_____. Introduction. In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads**: The challenge of sustainable development. London: ILAS, 2000a. p. 1-7.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: Limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

IBD. **A Agricultura Orgânica no Brasil**. Disponível em: http://www.ibd.com.br/artigos/agricultura_organtica_brasil.html >. Acesso em: 11/10/2006.

IMAFLORA. Comunicado Público - Cancelamento do certificado SW-FM/COC-119 da Empresa GETHAL AMAZONAS S/A. 2005. Disponível em:

<<http://www.imaflora.org/arquivos/COMUNICADO%20PUBLICO%20GETHAL%20-%20CANCELAMENTO%20CERTIFICADO%20FSC.pdf>>.

INDÚSTRIA madeireira vai gerar 1,1 mil empregos em Xapuri. Rio Branco, Jornal Página 20 On-line, Seção Política, 08 nov. 2005. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/pagina20/08112005/p_0308112005.htm>. Acesso em: 08/11/2005.

JONES, Helen. Participation in FSC certified Community Forest Management Projects in the Brazilian Amazon. In: In: International Conference on “Rural Livelihoods, Forests and Biodiversity”, 2003. **Anais...** Bonn: CIFOR, 2003. 26 p. Disponível em:

http://www.cifor.cgiar.org/publications/corporate/cd-roms/bonn_results/topics/Topic_5.htm

KAGEYAMA, Paulo. **Reserva Extrativista**: um modelo sustentável para quem? São Paulo, 1996. 4 p. (trabalho apresentado na mesa redonda sobre Reserva extrativista dentro do programa da reunião anual da SBPC)

KAIMOWITZ, David et al. **A Conexão Hambúrguer Alimenta a Destruição da Amazônia** – Desmatamento e Pecuária na Amazônia. S/l: CIFOR, 2004 Disponível em:

<http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/media/Amazon-Portugese.pdf>.

KALIL, Mariana. Índio high-tech. **Isto é Gente on line**, reportagens, 30 may 2005. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoegente/302/reportagens/indio_high_tech.htm>.

KENJEN, Sebastião. **Certificação de Produtos Florestais**. Disponível em:

<<http://www.redeambiente.org.br/Opinio.asp?artigo=50>>. Acesso em: 01/07/2002. 2 p.

KITAMURA, Paulo Choji. Políticas ambientais para a Amazônia: uma avaliação crítica. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (org.). **Amazônia**: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: NUMA, 1995. p. 125-162.

_____. Amazônia: produtos e serviços naturais e as perspectivas para o desenvolvimento sustentável regional. In: ROMEIRO, A. R., REYDON, B. P., LEONARDI, M. L. A. (Org.). **Economia do Meio Ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. p. 284-297.

LEFF, Enrique. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: **II Conferência Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales**: grupo de trabajo de Economía Internacional. Guadalajara: CLACSO, 2001. Disponível em:

http://www.aprodeh.org.pe/tlc/documentos/documentos_otros/LEFF_Enrique_Geopoitica_Bio diversidad.pdf

LEITE, Arthur C. P. **Neoextrativismo e desenvolvimento no Estado do Acre**: O caso do manejo comunitário de óleo de copaíba na Reserva Extrativista Chico Mendes. Florianópolis: UFSC, 2004. (Dissertação de Mestrado)

LOCKETT, Andy; THOMPSON, Steve. The resource-based view and economics. **Journal of Management**, v. 27, n. 6, p. 723-754, nov./dec. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>.

LOVEJOY, Thomas E. Amazonian Forest Degradation and Fragmentation: Implications for Biodiversity Conservation. In: HALL, Anthony (ed.). **Amazonia at the Crossroads**: The challenge of sustainable development. London: ILAS, 2000b. p. 41-57.

MACHADO, Altino. Governador revela o que fará após o segundo mandato. Rio Branco, **Jornal Página 20 On-line**, Seção de Entrevista, 06 set. 2003. Disponível em: <<http://www.pagina20.com.br/06092003/entrevista.htm>>. Acesso em: 06/09/2003.

MACHADO, Ricardo B., AGUIAR, Ludmila M. de S. Desmatamento na Amazônia e Consequências para a Biodiversidade. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 225-234.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes Maciel. **Ilhas de Alta Produtividade**: Inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas Reservas Extrativistas. Campinas: IE/UNICAMP, 2003. 88 p. (Dissertação de Mestrado – Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, IE/UNICAMP)

MAGALHÃES, Juraci Peres. **A ocupação desordenada da Amazônia**: Seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos. Brasília: Completa ed., 1990. 112 p.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. 276 p. (Relatório de pesquisa, 39)

_____. **Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region**. Washington: The World Bank, 1989. 56 p.

MAHONEY, Joseph T. A resource-based theory of sustainable rents. **Journal of Management**, V. 27, Nº 6, p. 651–660, 2001.

_____.; PANDIAN, J. Rajendran. The Resource-Based View Within the Conversation of Strategic Management. **Strategic Management Journal**, v. 13, n. 5; pg. 363-381, Jun 1992.

MARGOLIS, Mac. Economia da selva – ambientalistas pensavam que poderiam salvar a floresta e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Eles estavam errados. **Newsweek International**, n. 16, fev. 2005. Disponível em: <<http://msnbc.msn.com/id/4209186/>>.

MARGULIS, Sergio. **Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam?** Brasília: Banco Mundial, 2000.

_____. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira.** Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARQUES, João Fernando; COMUNE, Antônio Evaldo. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, A. R., REYDON, B. P., LEONARDI, M. L. A. (Org.). **Economia do Meio Ambiente:** teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. p. 23-44.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. 8 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MAY, P. **Certificação florestal no Brasil:** valorização comercial e ambiental. Washington, D.C.: Consumers' Choice Council, 2002.

_____. Forest Certification in Brazil. In: **Symposium Forest Certification in Developing and Transitioning Societies:** Social, Economic, and Ecological Effects. Connecticut: Yale School of Forestry and Environmental Studies, 2004. (Draft case studies) Disponível em: <http://www.yale.edu/forestcertification/symposium/latinamerica.html#brazil>

_____.; VEIGA NETO, Fernando C. **Barreiras à Certificação Florestal na Amazônia Brasileira:** a importância dos custos. S.l.: PRÓ-NATURA/IIED/GTZ, 2000. 74 p. (Relatório Final)

MEDAETS, Jean Pierre Passos. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar:** sistemas de certificação de produtos orgânicos. Brasília: CDS/UNB, 2003. 213 p. (Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

MOLNAR, Augusta et al. **Forest Certification and Communities:** Looking Forward to the Next Decade. Washington: Forest Trends, 2003. 54 p. Disponível em: <<http://www.forest-trends.org>>.

NELSON, Richard R. Why do firms differ, and how does it matter? **Strategic Management Journal**, v. 12, special issue, p. 61-74, winter 1991.

_____.; WINTER, Sidney G. **An Evolutionary Theory of Economic Change.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982. 437 p.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro:** os cem anos de andanças da população acreana. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 101 p.

OLIVEIRA, Patrícia Andrade. Marketing Verde: Vida ou Morte para as Florestas Tropicais? São Paulo, **Integração** – A revista eletrônica do Terceiro Setor, ano II, n. 13, 2000. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/13/administrando.htm>>.

PACHECO, Paula. Avanço Orgânico. **CartaCapital**, n. 412, seção especial, 22 set. 2006. Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/index.php?funcao=exibirMateria&id_materia=5411>.

PÁDUA, José Augusto. **Problemas e perspectivas para uma relação sustentável com a floresta amazônica brasileira**. 1996. Disponível em:

<<http://pbsd.rits.org.br/textos/texto5.rtf>>. Acesso em: março de 2002. (produzido no âmbito do Projeto Sustentabilidade Norte-Sul, desenvolvido em parceria com Amigos da Terra - Holanda)

PAEZ, Maria Lúcia D'Apice. Modelo de análise e gestão de sistemas de inovação do agronegócio: novos horizontes ou caos? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.2, p.37-67, maio/ago. 2001. Disponível em:

<http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/n18/n2/cc18n202.pdf>

PATEL, T. **Ben & Jerry's: A Model of Corporate Social Responsibility?** 2000. Disponível em: <http://leda.law.harvard.edu/leda/data/236/Patel_Tupate_Paper.html#fnB6>. Acesso em: 14/09/2005.

PEARCE, David W.; PEARCE, Corin G. T. **The Value of Forest Ecosystems**. Montreal: CSERGE, 2001. 59 p. Disponível em: <http://www.cserge.ucl.ac.uk/Value_of_Forests.pdf>. (Report to the Secretariat of the United Nations Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada.)

_____.; PUTZ, Francis; VANCLAY, Jerome K. **A Sustainable Forest Future**. S.l.: CSERGE, 1999. 67 p. (Working Paper GEC 99-15) Disponível em: <http://www.gtz.de/forest_certification/downloads-pdf/d29.pdf>.

PENROSE, Edith. **The theory of the growth of the firm**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 1995. 272 p. (new preface by Edith Penrose)

PERES, Carlos et al. Demographic Threats to the Sustainability of Brazil Nut Exploitation. **Science**, v. 302, n. 5653, p. 2112-2114, dec. 2003.

PESSALI, Huáscar F.; FERNÁNDEZ, Ramón G. **Microeconomia Institucional?** O que o "Velho" Institucionalismo tem a dizer sobre a Teoria dos Custos de Transação. Curitiba: CMDE/UFPR, 1999. (Texto nº 02/99). Disponível em: <http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/1999/txt0299%20Hu%E1scar.rtf>

PETEAN, Saulo. **Broken promises**. 1996. Disponível em: <<http://www.brazzil.com/p16dec96.htm>>. Acesso em: 08/07/2005.

PETERAF, Margaret. The Cornerstone of Competitive Advantage: A Resource-Based View. **Strategic Management Journal**, Vol. 14, No. 3, p. 179-191. March 1993.

PIERCE, Alan; SHANLEY, Patricia; LAIRD, Sarah. Certification of Non-Timber Forest Products: Limitations and implications of a market-based conservation tool. In: international Conference on “Rural Livelihoods, Forests and Biodiversity”, 2003. **Anais...** Bonn: CIFOR, 2003. 12 p. Disponível em: http://www.cifor.cgiar.org/publications/corporate/cd-roms/bonn_results/topics/Topic_5.htm

PONDÉ, João Luiz. Instituições e Mudança Institucional: uma Abordagem Schumpeteriana. In: **IX Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia: SEP, 2004. (mesa 05 - Economia Mercado e Instituições I). Disponível em: http://www.sep.org.br/arquivos/s_nove/05_ponde.zip

POSSAS, Mario Luiz. Elementos para uma integração Micro-macrodinâmica na Teoria do Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, ano 1, p. 123-149, Jan./Jun. 2002. Disponível em: http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/artigos/possas.pdf.

POSSAS, Silvia. A economia atual e o marxismo: pontos de uma agenda para repensar as categorias marxistas. In: Encontro Nacional de Economia Política, III, 1998, Niterói. **Anais...** Niterói: SEP, 1998.

PRADO, E. F. S. Pós-grande Indústria e Neoliberalismo In: III Coloquio de Economistas Políticos de America Latina, 2003b, Buenos Aires. **Anais do III Coloquio de Economistas Políticos de America Latina**. Buenos Aires: Asociacion de los Economistas de Isquierda de Argentina e Sociedade Brasileira de Economia Política, 2003b. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/eleuterio.

_____. **Economia Política do Imaterial**. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ >. Acesso em: junho de 2004.

_____. Pós-grande Indústria: Trabalho Imaterial e Fetichismo In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003a, Florianópolis. **Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2003a. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/eleuterio.

PROYECTO CCI BOL/61/80 - Cooperación Técnica Multifuncional para el Desarrollo y Promoción de Exportaciones. Disponível em: <http://www.exportebolivia.net>. Acesso em: Outubro de 2006.

RÊGO, J. F.; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Editores). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80p.

RÊGO, José Fernandes do (coord.). **Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre**. Rio Branco: UFAC, 1996. 53 p. Disponível em: <http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC)

_____. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar.1999.

RICHARDS, Michael. **Certification in complex socio-political settings**: looking forward to the next decade. Washington: Forest Trends, 2004. Disponível em: <<http://www.forest-trends.org/documents/publications/Complex%20Settings.pdf>>.

RICHARDSON, G. B. The organization of industry. **The Economic Journal**, v. 82, n. 327, p. 883-896, sept. 1972.

ROMEIRO, Ademar R. Cultural and institutional constrains on ecological learning under uncertainty. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, Campinas, n. 110, ago. 2002.

_____. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional**: notas preliminares. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Texto para Discussão n. 68). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/texto68.pdf>>.

_____. Economia ou economia política da sustentabilidade. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001. 28 p.

ROMEIRO, Simone. Biodiversidade gera lucros na Amazônia. **Revista Agroamazônia**, 2005. Disponível em: <http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=528®ional=20>.

ROSIN, Hanna. The Evil Empire: The Scoop on Ben & Jerry's Crunchy Capitalism. **The New Republic**, v. 213, n. 11, p. 22-25, sept. 1995. Disponível em: <http://www.jonentine.com/articles/evil_empire.htm>.

ROHTER, Larry. Castanha-do-pará, só no nome: agora é da Bolívia. **Estado de São Paulo**, 27 ago 2004. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view&exibir=clipping¬id=2747>>.

RUSSO, Michael V.; FOUTS, Paul A. A resource-based perspective on corporate environmental performance and profitability. **Academy of Management Journal**, June 1997. Disponível em: <http://www.jonentine.com/articles/academy_mgmt.htm>. Acesso em: 11/11/2003.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHLOSBERG, Jeremy. Rain forest chic: saving the rain forest was the hot cause of the '80s, but does anyone still care? **Vegetarian Times**, May, 1995. Disponível em: <http://www.gobelle.com/p/articles/mi_m0820/is_n213/ai_17065664#continue>.

Schulze, M. et al. Madeiras nobres em perigo: práticas e leis atuais de manejo florestal não garantem exploração sustentável. **Ciência Hoje**, v. 36, n. 214, p. 66-69, abr. 2005.

SEGURA, Gerardo. **Forest certification and governments**: the real and potential influence on regulatory frameworks and forest policies. Washington: Forest Trends, 2004. Disponível em: <<http://www.forest-trends.org/documents/publications/Certification%20and%20Governments%2011-15-04.pdf>>.

SHANLEY, Patricia; PIERCE, Alan; LAIRD, Sarah. **Beyond timber: certification of non-timber forest products**. Washington: Forest Trends, 2005. Disponível em: <http://www.forest-trends.org/documents/publications/Forest%20Certification%20and%20NTFP_7-22-05.pdf>.

SHAPIRO, Carl. The theory of business strategy. **RAND Journal of Economics**, v. 20, n. 1, p. 125-137, 1989.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do acre**: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1990. 79 p. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1990.

SMITH, Tony. Grass Is Green for Amazon Farmers. **The New York Times**, Business/Financial Desk, Late Edition - Final, Section W, Page 1, Column 3, October 8, 2003. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/10/08/business/worldbusiness/08para.html>> Acesso em: 08/06/2005.

STEWART, Jane et al. Increasing the Contribution of Forest Certification to Sustainable Rural Livelihoods. In: International Conference on “Rural Livelihoods, Forests and Biodiversity”, 2003. **Anais...** Bonn: CIFOR, 2003. 21 p. Disponível em: http://www.cifor.cgiar.org/publications/corporate/cd-roms/bonn_results/topics/Topic_5.htm

STIGLITZ, Joseph E. Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes. Geneva: UNCTAD, 1998. (9th Prebisch Lecture). Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/Download.asp?docid=899&lang=1&intItemID=3268>>.

TADELIS, Steven. **What's in a Name?** Reputation as a tradeable asset. Stanford University, 1997. Disponível em: <<http://www-econ.stanford.edu/faculty/workp/swp97033.pdf>>.

TEECE, David J. Towards an economic theory of the multiproduct firm. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 3, p. 39-63, 1982.

_____.; PISANO, Gary; SHUEN, Amy. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n.7, p. 509-533, 1997.

TURNER, Terence. Neoliberal Ecopolitics and Indigenous Peoples: The Kayapo, The “Rainforest Harvest,” and The Body Shop. **Yale F& ES Bulletin**, Yale University, New Haven, n. 98, p. 113-127, 1995.

UICN. **Reservas Extrativistas**. Cambridge: UICN, 1995. 133 p.

UNECE/FAO. Forest products annual market review: 2004-2005. Genebra: Nações Unidas, 2005. (Boletim da Madeira - Volume LVIII). Disponível em:
<<http://www.unece.org/trade/timber/docs/fpama/2005/fpama2005a.htm>>.

URUCUM. 2002. Disponível em: <<http://inventabrasilnet.t5.com.br/urucum.htm>>.

VAN DAM, Chris. La Economía de la Certificación Forestal: ¿desarrollo sostenible para quien? In: **Congreso Iberoamericano de Desarrollo y Medio Ambiente “Desafíos locales ante la globalización”**, Quito, FLACSO, nov. 2002.

VASCONCELOS, Francisco U. M de.; FADELL, Mário J. da S. O governo do Acre e suas políticas amazônicas. **Amazônia Política**, n. 08, 28 nov. 2005. Disponível em:
<<http://www.ildis.org.ec/Ubiracy.pdf>>.

VASSALLO, Cláudia. Um jeito diferente de fazer negócios. **Revista Exame**, v. 37, n. 5, mar. 2003. (reportagem de capa sobre a Natura)

VIANA, Virgílio M. **Certificação Florestal e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
< <http://www.ipef.br/servicos/artigos/certificacao.html> > Acesso em: 01/07/2002.

VITA, Adele. **A certificação como instrumento de apoio para alcançar a sustentabilidade ambiental e econômica na exploração madeireira da Amazônia Legal**. Campinas: IG/UNICAMP, 1999. (Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da UNICAMP)

WALTER, Sven et al. Impact of certification on the sustainable use of NWFP: Lessons-learned from three case studies In: international Conference on “Rural Livelihoods, Forests and Biodiversity”, 2003. **Anais...** Bonn: CIFOR, 2003. 31 p. Disponível em:
http://www.cifor.cgiar.org/publications/corporate/cd-roms/bonn_results/topics/Topic_5.htm

WERNERFELT, Birger. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, p. 171–180, Apr.-Jun 1984. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>.

WILK, Eduardo de O. **O Uso de uma Abordagem "Resource Based View" na Formulação de Estratégias, o Caso do Setor Vitivinícola da Serra Gaúcha**. Disponível em:
<<http://read.adm.ufrgs.br/read20/artigo/artigo2.htm>>. Acesso em: 11/11/2003.

WILLIAMSON, Oliver E. Strategizing, economizing, and economic organization. **Strategic Management Journal**, v. 12, special issue, p. 75-94, winter 1991.

WWF. **Exploração sustentável de madeira**. Disponível em:
<http://wwf.org.br/informa/default.asp?module=opinioao_fsc.htm>. Acesso em: 01/07/2002b.

_____. **Floresta comunitária recebe certificação FSC**. Disponível em:
<<http://wwf.org.br/informa/noticias.asp?action=detail&item=138>>. Acesso em: 01/07/2002a.

XIAO, Samantha. Face of the Body - An Insight into the Cosmetic Giant. TED Case Studies, v. 11, n. 1, Jan. 2001. Disponível em: <<http://www.american.edu/TED/bodyshop.htm>>.

ZÍLIO, Andréa. A nova história do povo Yawanawá. **Jornal Página 20 On-line**, Especial, 19 abr. 2005. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/pagina20/19042005/especial_indio.htm>.